Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Flávio da Rocha Pires da Silva

Faces de um conflito ambiental: Uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreendimentos

Rio de Janeiro

2021

Flávio da Rocha Pires da Silva

Faces de um conflito ambiental: Uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreendimentos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Márcia da Silva Pereira Leite

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S586 Silva, Flávio da Rocha Pires da.
Faces de um conflito ambiental: Uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreendimentos / Flávio da Rocha Pires da Silva. – 2021.
152 f.

Orientadora: Márcia da Silva Pereira Leite.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Movimentos sociais – Teses. 2. Usinas siderúrgicas – Teses. 3. Organizações não-governamentais – Teses. 4. Meio ambiente – Teses. I. Leite, Márcia Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 304

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Flávio da Rocha Pires da Silva

Faces de um conflito ambiental: Uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreendimentos

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de agosto de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Profª Drª Márcia da Silva Pereira Leite (orientadora)

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

_____

Profª Drª Roberta Sampaio Guimarães

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Profª Drª Lia de Mattos Rocha

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

_____

Profª Drª Raquel Giffoni Pinto

Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Sabemos que a educação pode abrir muitas portas para as crianças e jovens em nosso país. Porém, muitos desses são desencorajados pela escola, precisam trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias ou são vitimados pelas violências cotidianas produzidas pelo Estado e reproduzidas pelas sociedades. Enquanto pessoa negra e periferizada, tive a sorte de ter pai e mãe que me incentivaram a não desistir da educação e tive a sorte de ainda não ter sido vitimado por essas violências mencionadas. Assim, agradeço à minha mãe, Flávia Rocha, que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me a seguir com os estudos, segurando as pontas, sempre que possível, para me manter amparado e poder priorizar meus estudos.

Agradeço ao meu pai, Maurício Portela, que escolheu me amar e ter-me como filho, acreditou e apostou no meu potencial, apoiou meus projetos e sempre foi rígido com a minha educação. Como sempre disse, devo servir de inspiração aos meus irmãos mais novos, para que sigam também o caminho de crença na educação.

Sou grato por meus irmãos Leonardo, Miguel, Gabriel e Ernande Júnior, por me inspirarem, por demonstrarem carinho e sempre falarem inocentemente para os outros: “meu irmão está no doutorado”. Espero vê-los, daqui a alguns anos, escrevendo um agradecimento deste e o defendendo em uma banca numa área que eles amem. Também aos demais familiares que me incentivaram em meus estudos, tios e tias, primos, muito obrigado!

Agradeço à Roberta Ribeiro por ter lido meu trabalho por diversas vezes, me ouvir falando sobre minhas indagações, minhas ideias e ser parceira no processo de elaboração da dissertação, que não foi fácil. Aos colegas acadêmicos que estiveram no processo, recomendando leituras, debatendo e “trocando figurinhas”, Jonathan da Motta, Tathiane Vitorino e Aline Sousa.

Não posso esquecer o quanto sou agradecido ao Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), por ter me convidado a acompanhar as reuniões e conhecer cada um dos problemas da região, as histórias de cada um dos moradores que se mobilizam, que questionam a presença da Companhia Siderúrgica do Atlântico em seu bairro. Igualmente posso dizer sobre cada uma das famílias que acreditaram em meu trabalho e sempre tiveram um enorme carinho nos espaços de encontro.

Deixo meu muito obrigado ao Coletivo Martha Trindade: Aline, Wanessa, Jamilly, Aliane, Thabata e Flávia. Grupo com o qual pude compartilhar algumas ideias da pesquisa, alguns questionamentos, recorrer em caso de dúvidas sobre algum ponto específico e, também, me divertir durante os momentos de descontração da pesquisa e da mobilização política.

Agradeço às orientadoras: profª Roberta Guimarães, que acompanhou o trabalho até o momento da qualificação e contribuiu muito no desenho, nas primeiras reflexões da pesquisa e na construção da narrativa sobre o campo, seus escritos etnográficos inspiraram em meu processo; profª Márcia Leite, que deu continuidade à orientação e recomendou bibliografias riquíssimas, que me ajudaram a desvendar algumas questões que estavam nebulosas no ponto de vista teórico, portanto, as recomendações foram fundamentais.

Não posso esquecer das recomendações cruciais da banca de qualificação composta pelo prof. João Paulo Macedo e Castro e profª Deborah Bronz, as recomendações ajudaram muito na continuidade do trabalho. Do mesmo modo, agradeço, desde já, às profªs Lia de Mattos Rocha e Raquel Giffoni, por aceitarem o convite para a banca.

Sou grato ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UERJ (PPCIS/UERJ), tanto aos professores quanto aos técnicos administrativos, por contribuírem, tanto no processo de aprendizado nas aulas quanto nos processos burocráticos que encontramos pelo caminho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

ROCHA, Flávio. *Faces de um conflito ambiental:* uma etnografia das performances e simbolismos na crítica aos megaempreedimentos. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

No presente trabalho, busco apresentar o conflito ambiental que ocorre na Zona Oeste do Rio de Janeiro, protagonizado por moradores, pescadores, coletivo de jovens e Instituto PACS, em torno da operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, empresa localizada no bairro de Santa Cruz. Apresento as denúncias mobilizadas pelos atores críticos, algumas estratégias de denúncia e seus desdobramentos, bem como alguns simbolismos e categorizações próprios do campo dos movimentos sociais. Há um esforço para apresentar algumas estratégias das empresas siderúrgicas frente às mobilizações e críticas acionadas pela sociedade, assim como a relação empresa e administração pública que permite a instalação e exercício do poder por um empreendimento privado em uma determina região periferizada da cidade. Dessa maneira, analiso os fatores socioeconômicos e raciais como motivadores para a instalação de um empreendimento danoso à saúde e ao meio ambiente na Zona Oeste da cidade.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Siderúrgica. Conflito. Juventude. Meio Ambiente. ONG.

ABSTRACT

ROCHA, Flávio. *Faces of an environmental conflict*: an ethnography of performances and symbolism in the criticism of megaenterprises. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

In this work, I seek to present the environmental conflict that occurs in the West Zone of Rio de Janeiro, starring residents, fishermen, youth collective and PACS Institute, around the operation of the Atlantic Steel Company, company located in the neighborhood of Santa Cruz. I present the complaints mobilized by the critical actors, some denunciation strategies and their developments, as well as some symbolism and categorization of the field of social movements. There is an effort to present some strategies of the steel companies in front of the mobilizations and criticisms triggered by society, as well as the corporate and public administration relationship that allows the installation and exercise of power by a private enterprise in a certain peripherized region of the city. Thus, I analyze the socioeconomic and racial factors as motivators for the installation of an enterprise harmful to health and the environment in the West Zone of the city.

Keywords: Social movements. Steel mill. Conflict. Youth. Environment. NGO.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Padronização do nome da empresa no trabalho. Os diferentes nomes utilizados para se referir à siderúrgica 22
Figura 2 - Área de Contaminação da Ingá Mercantil. 33
Figura 3 - Barqueata do dia 26 de junho de 2015 em frente à portaria 1 da Companhia Siderúrgica do Atlântico. 35
Figura 4 - Amostra da chuva de prata no bairro de Santa Cruz - Zona Oeste do Rio de Janeiro. 39
Figura 5 - Jovens moradores de Piquiá de Baixo visualizando as siderúrgicas vizinhas de suas casas. 59
Figura 6 - Casa de farinha no Assentamento Francisco Romão - MA. 60
Figura 7 - Aparelho de aferição atmosférica Dylos 68
Figura 8 - pontos de coleta da Vigilância Popular em Saúde - Santa Cruz - Rio de Janeiro, RJ – 70
Figura 9 - Programa "Sala de Convidados"28/09/2017 84
Figura 10 - Facilitação gráfica do primeiro dia de encontros entre coletivos da América Latina. 11/09/2017. 91
Figura 11 - Mandala feita pelos grupos participantes do evento com a presença de diferentes contextos de lutas latino-americanas – 12/09/2017. 94
Figura 12 - Facilitação gráfica do segundo dia de encontros entre coletivos da América Latina. 12/09/2017. 103
Figura 13 - Banner do evento - As lutas que educam na América Latina. 13/09/2017 104
Figura 14 - : Facilitação gráfica do terceiro dia de encontros entre coletivos da América Latina. 13/09/2017. 105
Figura 15 - Trajeto no tabuleiro do jogo Dragão de Aço. 110
Figura 16 - Tabuleiro do dragão de aço. O jogo perpassa sobre territórios afetados por siderúrgicas no Brasil. 110
Figura 17 - Mapa dos coletivos autogestionados agrupados por regiões no Brasil 113
Figura 18 - Figuras representativas às categorias que subdividem os coletivos do PPAD. ... 114
Figura 19 - Banner do evento CSA Social - Realizado em Santa Cruz pela ThyssenKrupp. 123
Figura 20 - Lista com os projetos sociais continuados pela Ternium Brasil no vídeo institucional de 2019. 125

Figura 21 - Equipamentos culturais distribuídos na cidade do Rio de Janeiro. A AP5 corresponde a Santa Cruz, Guaratiba, Campo Grande, Bangu e Realengo. 127
Figura 22 - Inauguração da biblioteca comunitária em Santa Cruz. 137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado das Campanhas de Vigilância Popular em Saúde em Santa Cruz – Rio de Janeiro – RJ. 71
Tabela 2 - Resultado das Campanhas de Vigilância Popular em Saúde em Piquiá de Baixo – Açailândia – MA. 71
Tabela 3 - Personagens do Dragão de Aço e suas respetivas histórias..... 109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEDIN	Associação das empresas do distrito Industrial de Santa Cruz
APP	Área de Planejamento permanente
ARPEN	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro
ASFOC	Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública
BEPE	Bienaventurados Los Pobres
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEHAB	Companhia Estadual e Habitação do Rio de Janeiro
CESTEH	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
COHAB	Cooperativa de habitação popular
CONAMA	Conselho nacional do Meio Ambiente
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
DC	Dylos Corporation
DEM	Democratas
EBTE	Empresa Brasileira de Terraplanagem
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
FAPP-BG	Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNDES	Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social
GAEMA	Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente
GEASUR	Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur
GRES	Grêmio Recreativo Escola de Samba
GRUFIDES	Grupo de Formación e Intervención para el Desarrollo Sostenible
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPPUR	Instituto de Planejamento Urbano e Regional
ITERJ	Instituto de Terras
JNT	Justiça nos Trilhos
JUVRIO	Secretaria de Juventude do Rio de Janeiro
MBL	Movimento Brasil Livre
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement*)
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PMDB	Partido do Movimento Democrático Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
RJ	Rio de Janeiro
SEA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SESI	Serviço Social da Indústria
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCA	Termo de Cooperação Ambiental

TKCSA	ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico
UCZO	União Coletiva da Zona Oeste
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
VPR	Movimento Vem Pra Rua

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	**ENGAJAMENTO JOVEM E A VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E AMBIENTE**.....	28
1.1	**Denúncias, impactos e problemas. Do que reclamam os moradores de Santa Cruz?**.....	28
1.2	**Reuniões precedentes da Vigilância Popular em Saúde – Dinâmicas das denúncias à siderurgia (abril a junho de 2016)**.....	41
1.2.1	Primeiro dia – Lugares com denúncias parecidas.....	43
1.2.2	Primeiro dia – Cartografia social.....	45
1.2.3	Segundo dia – Ciência, sociedade e juventude.....	49
1.2.4	Preparativos para a Vigilância Popular em Saúde.....	53
1.3	**Início da Vigilância popular em saúde (julho a outubro de 2016)**.....	55
1.3.1	Formação de jovens – comunicando-se – Midiativismo como prática de ação coletiva.....	55
1.3.2	Aprendendo a medir a qualidade do ar – Formação em Vigilância Popular em Saúde e ambiente no Maranhão.....	57
1.4	**Mãos à obra – Vigilância Popular em Saúde e ambiente – A etnografia da produção de dados técnicos (novembro de 2016 a julho de 2017)**.....	67
2	**DESDOBRAMENTOS DA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE: PROTAGONISMO JOVEM NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E NOVOS INTERCÂMBIOS DE CONFLITOS SEMELHANTES**.....	73
2.1	**O Instituto PACS enquanto ator do conflito - O papel das organizações não-governamentais nos conflitos ambientais (julho a dezembro de 2017)**.....	73
2.1.1	Organização interna da instituição - etnografia enquanto estagiário.....	73
2.1.2	Financiamento da instituição - Cooperação Internacional e as relações das ONGs do Norte e do Sul.....	77
2.1.3	O início da atuação do Instituto PACS com o caso CSA em Santa Cruz.....	79
2.2	**Busca pelo protagonismo jovem na primeira devolutiva: Canal Saúde**	

(setembro de 2017)..... 82
2.3 **Oficina de Vigilância Popular Ambiental e grandes projetos de desenvolvimento – 11, 12 e 13 de setembro de 2017**..... 87
2.3.1 Primeiro dia – visita à Baía de Sepetiba e debate no Ecomuseu de Santa Cruz.. 87
2.3.2 Segundo dia – Ritos dos movimentos sociais e os diferentes contextos de "lutas" ambientais – Espaço Raízes do Brasil..... 91
2.3.3 Início da divulgação de resultados da Vigilância Popular em Saúde para a sociedade civil – "As lutas que educam na América Latina"..... 103
2.3.4 Entrega do Relatório de Vigilância Popular em Saúde na ALERJ e Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro..... 105
2.3.5 Divulgação do dragão de Aço..... 107
2.3.6 Coletivo de Autogestão e PPAD..... 111
3 **REAÇÃO DA TERNIUM – POSICIONAMENTO EMPRESARIAL E CONDICIONANTES QUE PRODUZEM LEGITIMIDADE**..... 116
3.1 **Um olhar sobre as práticas empresariais, o outro lado do conflito**..... 116
3.2 **Discussão acerca das fronteiras de Estado e Mercado – gestão de população em lógica colonial**..... 126
4 **REFORMULAÇÃO DO COLETIVO MARTHA TRINDADE – NOVOS RUMOS DA CRÍTICA SOCIAL**..... 134
4.1 **Contexto da COVID-19, União Coletiva Pela Zona Oeste e divisão em eixos temáticos (2020)**..... 134
4.2 **Campanha "Licença pra que"? Crítica em torno da renovação da licença da Ternium. (2021)** 138
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 140
REFERÊNCIAS..... 144
ANEXO A – Organizações de cooperação Internacional que financiam projetos do Instituto PACS..... 149
ANEXO B – Publicações do Instituto PACS registradas até o fim da pesquisa..... 150
ANEXO C – Perguntas do jogo Dragão de Aço..... 151
ANEXO D – Respostas do jogo Dragão de Aço..... 152

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é apresentar o conflito ambiental que ocorre no Rio de Janeiro em torno da operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico. São analisadas as performances dos atores: moradores, pescadores, Coletivo Martha Trindade, Instituto PACS e empresa CSA.

Desse modo, é válido demonstrar o conflito não somente como uma luta de bem e mal, certo e errado ou somente apresentar os problemas e soluções. Existem vários interesses envolvidos, os dos moradores e pescadores, dos jovens, do Instituto PACS[1] e até mesmo da empresa. Cabe desvendar, através da etnografia, as distintas faces dos interesses: as críticas, as mobilizações, as reuniões, os cantos e o posicionamento empresarial, que se apresentam por meio de performances e simbolismos e repetem-se de maneira parecida em outros cenários de embate em torno do meio ambiente.

Portanto, nesses contextos, há estratégias das várias partes envolvidas, motivações específicas, bem como categorizações que direcionam quem é quem em determinado campo social. Buscarei descrever e analisar os atores, suas performances, seus papéis e as motivações para a existência de um conflito ambiental.

Para a coleta de dados, estive presente no campo, acompanhando o coletivo de jovens de Santa Cruz, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e os moradores críticos à siderúrgica situada na Zona Oeste. Entre 2016 e 2021, frequentei reuniões, eventos públicos e palestras, todos presenciais. Com a pandemia da Covid-19 nos dois últimos anos de pesquisa, os eventos passaram a ser remotos e, por isso, muitas das coletas mais recentes ocorreram por meios digitais.

Também recorri às publicações na mídia digital e impressa, a relatórios cedidos pelo PACS, entre outros meios que puderam contribuir na reconstrução da memória e na convergência com o caderno de campo, como conversas presenciais, relatos cedidos via *WhatsApp* e transcrição de vídeos institucionais do *Youtube*. Em suma, os dados foram, em sua maior parte, qualitativos, com base em participações efetivas como membro multissituado no contexto de pesquisa.

Além disso, tratando-se de um conflito, um emaranhado de retóricas, narrativas e classificações serão trazidas em meu campo e abrem margem para diversas interpretações, pois os termos são mobilizados por diferentes atores em posições distintas no estudo. Os

[1] Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

personagens do contexto da dissertação são pessoas com seus nomes reais, suas histórias, motivações, sentimentos e narrativas que foram conduzidas na escrita a partir de minha participação efetiva como pesquisador, profissional, morador, crítico, amigo, entre diversos papéis sociais que pude cumprir enquanto estive acompanhando o contexto de conflito.

Vale salientar que, em minha escolha metodológica, compartilhei a narrativa com meus interlocutores mais próximos, por princípios éticos, no sentido de saber se em algum relato específico ou na forma como descrevi determinada situação cometi algum equívoco ou, de alguma forma, expus uma informação pessoal que não deveria ser compartilhada. Então, fiz uma divisão: os moradores, em geral, críticos à empresa não terão suas falas com nomes originais, apenas os membros do Instituto PACS e de jovens dos coletivos analisados aqui, por se tratar de pessoas que exercem discursos públicos em vídeos, palestras, seminários etc.

No primeiro capítulo busco apresentar o conflito ambiental com base nos discursos de denúncia apresentados pelos moradores nas primeiras reuniões por mim frequentadas para a coleta da presente pesquisa. Do mesmo modo, delineio o discurso de perda e a diferença de percepção sobre o conflito a partir dos diferentes pontos de vista que há nos distintos grupos: moradores em geral, pescadores e jovens. Assim, começo apresentando os impactos gerados pela siderúrgica para que o leitor possa ter noção das motivações para o conflito que ocorre no bairro de Santa Cruz e de algumas das inquietações que geram denúncias por parte da população mobilizada.

Em seguida, descrevo algumas reuniões que ocorreram antes mesmo de minha entrada em campo, pois esta é relevante para a idealização do projeto Vigilância Popular em Saúde, iniciativa que ganha um protagonismo no decorrer da pesquisa e se torna chave para a interpretação de diversas práticas dos movimentos sociais, ONGs e Instituições públicas. Nesses eventos, identifico as primeiras ritualizações, que se repetirão de diferentes modos ao longo da pesquisa: cartografias, *banners*, facilitações, mandalas, discursos prontos e encenações que aparecem aqui e perpassam outras etnografias notórias.

Sigo para a idealização do coletivo de jovens, refletindo sobre a função dos coletivos nos últimos anos da arena política brasileira. Nesse ponto, reflito sobre a função das reuniões enquanto processo ritualizado, no qual há regras, procedimentos predefinidos e roteirizados, lugares, pessoas que costumam falar sempre, indivíduos que conduzem e objetivos previamente elaborados. Imediatamente, busco relacionar essa ritualização à gênese de determinadas organizações políticas e sociais – como o PACS e Justiça nos Trilhos – na Igreja Católica e especificamente na Teologia da Libertação.

Por último, apresento descritivamente todo o processo de Vigilância Popular em Saúde, que participei ativamente e tive um envolvimento técnico e metodológico para a realização, culminando em um relatório e artigo científico, que se desdobrou em outros processos de mobilização que são apresentados mais à frente.

O segundo capítulo inicia com uma etnografia em que exerço um complicado papel de pesquisador, militante e estagiário, na qual precisei ter diversos cuidados éticos na construção da narrativa e no uso dos dados. Aqui busco responder as seguintes perguntas: "o que é o PACS?", "como funciona o PACS?", "como surge o PACS?" e "como se financia o PACS e como funciona seu modelo de financiamento?". Desse modo, narro alguns dias de conversa e observações que realizei enquanto atuei como estagiário da instituição e realizo reflexões a partir de algumas bibliografias sobre ONGs, movimentos sociais e cooperação internacional.

Seguidamente, avanço para os desdobramentos da vigilância popular em saúde, passando por mais uma reflexão sobre protagonismo juvenil, associando a uma reportagem em que o projeto de vigilância aparece como uma iniciativa de juventude e cidadania. No mesmo caminho, o tópico ajuda a refletirmos sobre como as instituições públicas podem relacionar-se com os movimentos sociais, ou estes podem ser instrumentalizadas para o cumprimento de demandas da sociedade civil organizada.

Logo, sigo para uma relevante abordagem do campo, que são os simbolismos. Alguns elementos aparecem nos eventos seguintes da pesquisa, como as mandalas, facilitações gráficas, discursos de sensibilização, esperança e unificação. Tudo isso, compondo o necessário para o exercício dos "saberes de gestão" que se constituem como fundamentais para as práticas dos movimentos sociais e das ONGs no mundo contemporâneo. No mesmo caminho, analiso que os simbolismos buscam criar uma idealização de unificação e de identidade coletiva. Portanto, os símbolos unificam o que é chamado de "luta" nos movimentos sociais e em conflitos em geral. Isso será percebido no decorrer do capítulo.

Por fim, apresento a prática de incidência em mandatos parlamentares adotada pelo Coletivo Martha Trindade[2] e vista como estratégia historicamente efetiva na sociedade brasileira desde a redemocratização em 1988. Apresento, também, o Dragão de Aço[3] como estratégia pedagógica de suma importância, empregada em contextos escolares a fim de obter engajamento de adolescentes do ensino médio. Além disso, e não menos relevante, realizo uma breve explicação sobre o Coletivo de Autogestão, que é um espaço organizado pelo Instituto

[2] Grupo de jovens fundado para exercer aferição da qualidade do ar em Santa Cruz. Sua trajetória e formação será detalhada nos próximos capítulos.
[3] Jogo didático em formato de tabuleiro elaborado pelo Instituto PACS.

PACS e que conta com a presença do coletivo de jovens e de diversos outros movimentos sociais de todo o país.

O capítulo três surge com a função de apresentar o outro lado do conflito, nesse caso, a CSA, que aparece como ator do conflito. Deixo explícita a dificuldade que há de se realizar uma etnografia sobre "os de cima", sobre os poderosos. Sendo assim, a coleta sobre a siderúrgica é menos minuciosa. Portanto, recorro à análise de práticas que são publicizadas, iniciando pelo posicionamento, o modo como a empresa se apresenta para a comunidade vizinha, que é por meio da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), reforçada pelo jornal ao qual é detentora.

Considero, a partir daí, relevantes trabalhos que versam sobre a "gestão dos riscos sociais", "posicionamento ambiental" e "licenciamento ambiental". Com base nisso, apresento os projetos sociais e ambientais que apareceram como mais latentes, que ajudaram e ajudam a CSA a isentar-se de penalizações por degradação ambiental ou a construir sua legitimidade sobre a população de Santa Cruz. Dessa maneira, apresento projetos que perpassam os temas da educação, saúde, esporte e lazer, meio ambiente e assistência social e, ao mesmo tempo, procuro desnaturalizar a existência de uma benevolência por parte dos empresários ao apresentar alguns limites que há na associação das práticas que pertencem ao mercado e ao Estado.

Interessando-me a isso, avanço para um breve ensaio teórico com o intuito de refletir sobre as fronteiras entre o mercado e o Estado. Tento compreender até que ponto os gestores da CSA puderam fazer o que historicamente seriam funções atribuídas ao Estado/administração pública? Por que houve um interesse dos empresários em fazer uma função de "governança" na região? Recorro a distintas reflexões para compreender os "atos de Estado" e as práticas de "governança" debatida por importantes autores do campo das Ciências Sociais.

Acabo por identificar fatores socioeconômicos e raciais que motivam determinadas práticas de dominação com a anuência da administração pública. Assim sendo, evoco à discussão os conceitos de "racismo ambiental" e "Zonas de sacrifício" que surgem como fundamentais para desvendar as motivações e possibilitações para a implantação de uma siderúrgica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Dessa maneira, a Companhia Siderúrgica do Atlântico exerce um "Colonialismo Interno" ao privatizar o poder, reconfigurar o território, definir novos sujeitos e subordinar a lógica econômica local aos seus próprios moldes.

O quarto e último capítulo coloca novamente o Coletivo Martha Trindade no centro do debate, ao demonstrar uma reconfiguração da atuação política do grupo. Em um contexto pandêmico, muitas dificuldades econômicas e políticas assolaram o país e a cidade do Rio de

Janeiro, sendo assim, o coletivo passou a compor espaços remotos de debate e a articular com outros coletivos, a fim de realizar doações de cestas básicas às populações afetadas pelo desemprego e pela crescente crise econômica. No mesmo período, o Instituto PACS junto a outras organizações da sociedade civil partiram para uma nova iniciativa de mobilização que reaproximou o Coletivo Martha Trindade.

Portanto, começa a campanha "Licença pra quê?" questionando a renovação da Licença de Operação (LO) cedida para a CSA em 2016, com validade até setembro de 2021. Esse momento marca os últimos registros de campo da atual pesquisa e a nebulosidade sobre os próximos acontecimentos relacionados ao conflito que permeia Santa Cruz.

Localização do campo

A presente narrativa etnográfica acontece no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste, uma das maiores regiões administrativas da cidade do Rio de Janeiro. Ao caminhar por algumas horas no bairro e observar superficialmente o trânsito de pessoas, percebe-se que o local é marcado por características de agricultura, pesca, conjuntos habitacionais e uma crescente expansão da indústria e do comércio. Seu ambiente natural é também conhecido pela Baía de Sepetiba, pelos manguezais, e por diversas reservas naturais que, ao decorrer dos anos, vêm sendo apropriadas por interesses econômicos de variados tipos. O bairro se formou com diversos processos, os principais (séc. XX e XXI) são: a presença das Colônias agrícolas, as políticas de Conjuntos habitacionais e a industrialização na Zona Oeste da cidade.

Após a virada do século XIX para o XX, Santa Cruz, que, anteriormente foi fazenda do Imperador D. Pedro II no período monárquico brasileiro, agora se tornava – no ponto de vista estatal – uma área voltada à produção agrícola. Assim sendo, as Colônias agrícolas japonesas foram pioneiras no bairro, chegando no período da política de imigração criada pelo então presidente Getúlio Vargas no Estado Novo. Essa política, que incentivou a vinda de pessoas da Europa e da Ásia, foi vista como alternativa à mão de obra ex-escravizada, que era encarada de forma negativa pelas elites políticas, intelectuais e econômicas da época.

A política trazia consigo um vetor representado pelo projeto de branqueamento da população, justificado pelo conceito de que os negros pertenciam a uma raça inferior e eram vistos como incapazes para o trabalho assalariado no recém-chegado sistema capitalista no Brasil. Com isso, a imigração promoveria a eliminação dos traços negros e sua substituição por características brancas, tidas como "civilizadas" (BOMENY, 2003). No caso de Santa Cruz, os

japoneses herdaram vastos terrenos que são explicitamente os maiores da região, onde, até os dias de hoje, praticam várias atividades agrícolas.

Um dos entrevistados, pescador e agricultor, Oswaldo, conta que a Colônia japonesa foi feita na década de 1930, e que Santa Cruz era o "cinturão verde do Rio de Janeiro", segundo ele, produzia-se de tudo, verdura, aipim — "porque aqui é Terra do aipim, o melhor do Brasil é daqui". Descreveu também que ali era uma área totalmente agrícola, "um paraíso", e praticamente todo mundo no lugar era agricultor, inclusive ele, e que a região foi mudando e perdendo isso com o passar dos anos.

A primeira mudança foi em relação aos Conjuntos Habitacionais. Farias (2011) explica que, em um primeiro momento, durante o Governo do Estado da Guanabara [4](década de 1960), criou-se a COHAB (Cooperativa de Habitação Popular) para construir casas para os moradores removidos das favelas na Zona Sul. Surgiram então as comunidades da Vila Kennedy, Vila Aliança, Senador Camará, Vila Esperança, entre outras, que abrigaram em torno de 37 mil habitantes que moravam nas áreas removidas. As remoções perduraram nos governos estaduais de Carlos Lacerda (1961 – 1965), Negrão de Lima (1965 – 1970) e Chagas Freitas (1970 – 1975).

Na segunda metade da década de 70, após a extinção do Estado da Guanabara, surge a CEHAB-RJ (Companhia Estadual de habitação do Rio de Janeiro) e o público dos conjuntos habitacionais deixa de ser "os favelados" e passa a ser pessoas com renda de até cinco salários-mínimos. Estas casas eram cedidas aos moradores mediante sorteios, como as casas dos Conjuntos Habitacionais da João XXIII, local próximo ao distrito industrial de Santa Cruz e da Companhia Siderúrgica do Atlântico e que aparecerá no trabalho como palco dos conflitos que ocorrem na região.

As políticas de remoções que ocorreram no Rio de Janeiro ajudam-nos a compreender uma "ideologia" que perdurou por um bom tempo no imaginário hegemônico das grandes elites: as favelas como um problema, compondo diversos discursos de higienização e ordem social (MAGALHÃES, 2013). O pressuposto básico dessa ideologia era afastar a população pobre e os moradores de favela das áreas centrais da cidade, considerando que a Zona Sul do Rio de Janeiro estava se valorizando. Em relação a essa ideologia, Castro (2004) expõe os discursos do governador Carlos Lacerda em sua campanha de combate às favelas. O governador dizia

[4] A cidade do Rio de Janeiro, entre 1960 e 1970 era o Estado da Guanabara, independente do Estado do Rio de Janeiro. Esta separação ocorreu quando a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser o Distrito Federal e a capital do país se tornou Brasília.

que essas localidades não eram só mais um problema localizado ou habitacional, mas eram também um obstáculo que atingia as dimensões sociais, psicológicas, sanitárias e educacionais.

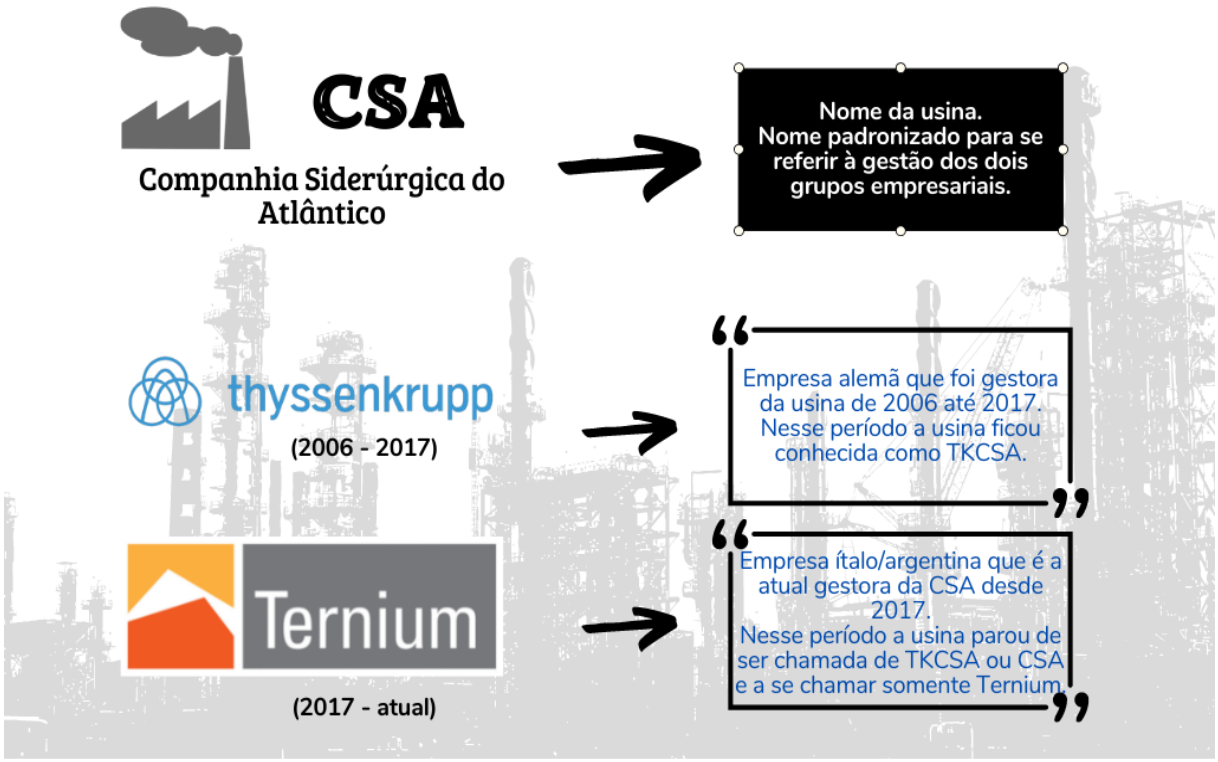
Durante esses períodos de remoções, ao mesmo tempo em que os governos estavam preocupados com a “higienização” dos bairros mais ricos, igualmente estavam com o intuito de fixar os mais pobres em uma área mais distante do Centro e da Zona Sul da cidade, além de criar uma região proletarizada, de onde se vinha acentuando um processo de industrialização, somado à construção da Avenida Brasil e o loteamento da Zona Oeste. Esse processo de fixação tem o intuito de classificar e hierarquizar pessoas em territórios, a partir de políticas públicas que fixaram públicos em determinados locais.

Castro (2004) diz que há três momentos de percepção sobre “favelados” e seus locais de moradia: o primeiro busca identificar e erradicar as favelas, o segundo tenta urbanizar, e o terceiro tem o objetivo de integrá-la em uma organização urbana. Identifico que os conjuntos habitacionais estão fortemente vinculados a esse movimento de integração, quando a classificação dos favelados se torna de “morador de comunidade” ou de população proletária, pobre, entre distintas outras categorizações dadas pelo Estado e pelos meios de comunicação.

Gradativamente, junto às políticas habitacionais do Rio de Janeiro, a industrialização em Santa Cruz ganha força no início dos anos 1970, quando chegavam as empresas Rolls-Royce Energy, Casa da Moeda do Brasil, Cosigua (Grupo Gerdau), Valesul, White Martins, entre outras menores. Desta forma, entre os anos 1975 e 1985, muitas pessoas de classes mais pobres chegavam ao bairro, atraídas pelas possibilidades de emprego. Dava-se, portanto, a reestruturação urbana e o espraiamento da cidade, delimitando áreas voltadas para a indústria e para a população pobre, terrenos centrais focados nos postos de trabalho comerciais. Enquanto as áreas nobres na Zona Sul, próximas ao litoral do Rio de Janeiro, foram sobrevalorizadas.

O incentivo à industrialização em Santa Cruz permanece até hoje e o apogeu ocorreu em 2006 quando um bilionário empreendimento siderúrgico ergueu-se no bairro, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) (*figura 1*). Uma indústria integrada, cuja planta industrial dispõe de dois altos-fornos, uma usina termelétrica, e um porto privativo com duas plataformas para escoamento da produção (INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL; JUSTIÇA GLOBAL, 2017). Inaugurado em 2010, inicialmente o empreendimento era administrado pela ThyssenKrupp Steel (73% das ações) e a brasileira Vale S.A. (27% das participações), e desde 2017 é gerido integralmente pela ítala-argentina Ternium, do grupo Technint.

Figura 1 - Padronização do nome da empresa no trabalho. Os diferentes nomes utilizados para se referir à siderúrgica



Fonte: O autor, 2021.

A planta industrial da usina localiza-se às margens da Avenida João XXIII, rua de Santa Cruz em que encerra ou inicia, a depender da perspectiva, a Avenida Brasil. O terreno onde está o empreendimento possui 1,5 hectares (Área de Preservação Permanente)[5] e foi doado pelo Governo Federal em 2005. Contou também com incentivos fiscais que foram aplicados por outras esferas do governo: estado e município. Além de ter sido um investimento de R$ 16,64 bilhões da empresa alemã ThyssenKrupp Steel, a União contribuiu com R$ 2,3 bilhões por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), entidade pública brasileira, cujo principal objetivo é o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia do país.

Esse mesmo terreno em que está operando atualmente a siderúrgica, antes da construção era ocupado por um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cerca de 370 pessoas (75 famílias) habitavam, plantavam e cultivavam na área que se chamava

[5] Segundo Viégas, Giffoni Pinto e Garzon (2014), a legislação (especificamente o zoneamento industrial estadual) foi alterada por meio de Decreto para permitir que a empresa se instalasse em uma Área de Preservação Permanente (APP). A justificativa para tal alteração se deu mediante o enquadramento de todo o complexo siderúrgico da TKCSA na categoria de "utilidade pública", para fins de atendimento ao artigo 4° do Código Florestal (Lei Federal n° 4.771/1965).

“Assentamento Terra Prometida” (SANTOS, 2010). O grupo que estava assentado no local há cerca de cinco anos passou por um longo período de negociação com o poder público (por meio do Instituto de Terras — ITERJ) e com os empresários da siderúrgica — que já acessavam o terreno para realizar estudos de solo. Pediam, em um primeiro momento, um reassentamento para um local que favorecesse seu cultivo agrícola e uma indenização pelas plantações e investimentos que foram feitos ali (DAMAS, 2018). O Governo do Estado fechou um acordo abaixo do preço avaliado como “real” pelas indenizações, e as famílias que residiam ali precisaram mudar-se para locais distantes e, segundo relatos de moradores nas reuniões, algumas migraram para municípios da Baixada Fluminense.

No mesmo ano em que o terreno foi doado, em 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como governadora Rosinha Garotinha (PSB/PMDB), assinou a Lei n.º 2529/05 com o intuito de atrair a chegada de empreendimentos que seriam potencialmente lucrativos para a unidade federativa. Essa legislação garantia a participação da CSA no programa de atração de investimentos RIOINVEST, que autorizou a empresa a utilizar recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social — FUNDES.

No ano seguinte, em 2006, foi a vez da prefeitura do Rio de Janeiro. O prefeito César Maia (PFL/DEM) assinou a Lei n.º 4372, no dia 13/06/2006, que isentou o complexo siderúrgico e o terminal portuário na Zona Oeste do Rio de Janeiro de ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) ou de outro tipo de imposto que pudesse substituir, durante o período de cinco anos.

Esses são alguns apontamentos iniciais que ajudam a situar a pesquisa, compreendendo assim, onde ocorre a narrativa do presente estudo e qual empreendimento que se relaciona conflituosamente com os atores que apresentarei no primeiro capítulo deste trabalho.

Chegada em campo

O impulso inicial de pesquisa ocorreu em julho de 2016, quando realizava a iniciação científica na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no campus de Manguinhos. Ao chegar no corredor de elevadores do prédio, deparei-me com cartazes e uma mostra itinerante — Exposição fotográfica “Baía de Sepetiba e Santa Cruz — em busca de um futuro legal” —, bairro em que eu residia na época. Chamou minha atenção a foto de diversos moradores que eu conhecia na região, fazendo-me continuar atento às descrições contidas ali. Fiquei eufórico a cada parágrafo, percebendo que havia um

movimento social que atuava em Santa Cruz e aqueles cartazes tratavam exatamente sobre a sua atuação no bairro.

Na mesma exposição era anunciada uma palestra que ocorreria ali na ENSP sobre o caso da ThyssenKrupp — Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), organizada pelo movimento #PareTKCSA[6], que, até aquele momento, nunca ouvira falar. Despertou-me a curiosidade e fui em direção à sala em que eu trabalhava, para usar o computador e saber mais sobre o que se tratava aquele movimento. A página *web* trazia reportagens e relatos sobre impactos ambientais acarretados pela operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico na Zona Oeste e Baía de Sepetiba, além de vídeos com narrativas de vários moradores conhecidos.

Aquele contato com a página contrariou o que eu pensava até então, em minha mente sempre martelava a ideia de que "Santa Cruz não tem coletivo, tampouco movimento político". Era algo ingênuo de se pensar, até mesmo para aquela época de entrada em campo com 21 (vinte e um anos), momento em que estava na metade da graduação e refletindo sobre tema de monografia para o fim do curso. Com essa inquietação e recente "descoberta", comecei a pensar que meu tema de pesquisa estava mais próximo do que eu pensava. Então decidi entrar em contato, por *e-mail*, com o movimento #PareTKCSA, descobrindo assim, que este era organizado (o *site* e o movimento) pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul — PACS.

Por meio da resposta do correio eletrônico, Gabriel Strautman (membro do Instituto PACS) fez o convite para que eu participasse de uma reunião que ocorreria na região da Av. João XXIII em Santa Cruz, mas no *e-mail* não foi dito o local exato, apenas o horário. Quando próximo da data da reunião, enviei uma mensagem para a instituição, mas não obtive resposta sobre o local em que ocorreria o encontro.

Já que não obtive retorno, segui com a rotina normalmente, em algum momento naquela semana talvez obtivesse resposta. Foi quando em uma quinta-feira, descendo as escadas da universidade, deparei-me com um *banner,* afixado no auditório 101, sobre a Baía de Sepetiba e seus pescadores. Era um seminário que contava com pesquisadores, pescadores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entrei e me sentei em uma das cadeiras do auditório para assistir. Após umas quatro pessoas falarem, um homem que se identificou como Gabriel do PACS fez uma pergunta aos debatedores. Lembrei que era ele quem havia respondido ao meu e-mail e sentei-me ao lado dele para perguntar da reunião que ocorreria no sábado (estávamos na quarta-feira da semana em que aconteceria o encontro). Ele confirmou o local e

[6] Naquela época a siderúrgica ainda era gerida pela ThyssenKrupp, portanto, era comum a utilização da sigla TKCSA.

o horário, disse que estavam montando um coletivo de jovens e que sábado me explicaria melhor.

Dia 02 de julho de 2016, cheguei um pouco mais cedo ao encontro marcado para as oito da manhã em um antigo salão de festas do bairro. Estavam lá três membros do Instituto PACS, eu e mais duas jovens que também estavam engajadas com os problemas da região. O encontro foi dividido em duas partes: das 8h às 9h, seria apenas com os jovens e, das 9h às 11h, seria com os moradores como um todo. A primeira parte foi importante para eu conhecer a atuação da instituição em Santa Cruz e saber o que era a "Vigilância Popular em Saúde e Ambiente", projeto que estavam almejando realizar em Santa Cruz. Na reunião, os representantes do PACS mencionaram que em abril ocorreu um "intercâmbio territorial", no qual homens, mulheres e jovens de Piquiá de Baixo (Açailândia, MA) foram a Santa Cruz para conhecer a realidade do bairro (detalharei mais à frente), até então eu estava perdido. Perguntei-me "por que haveria um intercâmbio?"

É significativo conceber o sentido das reuniões, a simbolização dos encontros por ONGs e movimentos sociais é muito bem ilustrada no trabalho de John Comerford (2002) ao tratar de assembleias camponesas, que, de forma geral, são convocadas por alguma organização formalmente definida, em torno de um objetivo previamente estabelecido. Com base em uma pauta, utiliza-se tanto a palavra falada (desde discursos formais até cantos, orações e piadas) como da escrita (documentos para discussão). Há um caráter democrático, igualitário e participativo da organização. Não menos importante, "são momentos fundamentais no sentido de criar, atualizar e consolidar laços que compõem as redes de sociabilidade que atravessam as organizações formalmente instituídas e que são essenciais para a sua existência 'de fato'" (COMERFORD, 2002, p. 154).

É interessante chamar a atenção para as categorias produzidas e demarcadas nas narrativas dos membros do PACS, as quais também foram e, às vezes, são reproduzidas por mim e pelas outras integrantes do coletivo. Algumas já apareceram por aqui, como "jovens", "coletivo", "intercâmbio", "território". Outras, que ainda aparecerão em diferentes narrativas: "resistência", "liderança", "luta". Não menos importantes, as categorizações que são feitas para a construção retórica comum de movimentos sociais: "moradores", "pescadores", "atingidos", "juventude", "mulheres", entre outras que produzem o engajamento de grupos com base na sensibilização com causas específicas: impactos ambientais, feminismos e educação popular são algumas delas.

Esta maneira de categorizar pessoas por grupos também é trazida por Comerford (2002), "[…] há uma abundante simbolização de pertencimento a um grupo, classe e categoria — os

trabalhadores rurais, os trabalhadores de tal ou qual comunidade ou assentamento, os sem-terra, os posseiros, os assentados" (COMERFORD, 2002, p. 163). Dessa forma, reforça-se e simboliza-se a todo momento a ideia de "união" que deve existir naquele grupo que está reunido, e essa idealização é reforçada pela ritualização dos procedimentos ordenados, sejam as reclamações, as divergências internas, os cantos, o ordenamento de quem conduz a equipe e de quem leva os discursos de "esperança". O pequeno grupo representa "moradores de Santa Cruz", mesmo que a região tenha um número muito maior de pessoas e o todo não se sinta representado ali.

Ao terminar a reunião com os jovens, onde se formou o coletivo, chegaram os moradores mais velhos de Santa Cruz. Eram pessoas de diferentes idades, com distintas críticas à siderúrgica no bairro e de vários conjuntos habitacionais da Avenida João XXIII. Nessa coletividade havia os classificados como "moradores" e os "pescadores", que eram habitantes dali, mas, nas narrativas, algumas categorias de pertencimento falavam mais alto que as outras. Em outras palavras, às vezes era mais "político" e mais pragmático um indivíduo identificar-se como pescador do que como morador, a depender da demanda e da crítica. Além disso, havia naquele espaço outros pesquisadores e militantes de movimentos sociais que simpatizavam ou trabalhavam com conflitos ambientais.

Meu interesse, ao começar a acompanhar as reuniões, era tratar somente da empresa, então eu acabava focando nos discursos enviesados dos presentes ali e, depois, buscava um distanciamento e uma análise do que estava ocorrendo. Porém, ao colocar um conflito ambiental no foco central de uma etnografia e não em um grupo social em particular, nós, antropólogos, somos obrigados a identificar os diferentes atores envolvidos, analisá-los em interação entre si, assim como suas reivindicações e cotas de poder formal e informal (LITTLE, 2006). Dessa forma, a narrativa como trago agora, dá ênfase ao conflito e, por isso, os mobilizados, assim como a empresa siderúrgica CSA, aparecem como atores desse grande campo conflituoso no qual existe uma interação ou mesmo uma ruptura que gerou novas interações: mobilizações, negociações, ajustamentos, conformidades, entre outros elementos.

As reuniões são frutos dos conflitos, nelas havia demandas, denúncias, críticas e relatos relacionados à instalação e operação da CSA, que foram explanadas naquele encontro, que, a meu ver, foi um dos mais cheios e mais interessantes do campo, considerando o meu encanto com o primeiro dia da investigação. Isso já me faz refletir sobre o campo com ênfase nos escritos de Mariza Peirano (2002). A autora sugere a Antropologia como uma disciplina que se desenvolve por meio do diálogo entre a teoria e a etnografia, e como base a surpresa com que o antropólogo se depara com os novos dados que são revelados no contato com pesquisa,

principalmente nos eventos de que participa, aos quais reconhece como significativos para aqueles que observa. Dessa forma, foquei nos ritos, nos eventos, nas expressões, nas simbologias e categorias enunciadas pelos atores do campo.

1 ENGAJAMENTO JOVEM E A VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E AMBIENTE

1.1 Denúncias, impactos e problemas. Do que reclamam os moradores de Santa Cruz?

Neste tópico, resumo as diversas denúncias realizadas de maneira individual para preservar os interlocutores presentes nas reuniões. Os relatos contidos aqui servirão para entender as histórias locais, as afetividades com o bairro, atividades cotidianas que se entrecruzaram com as dinâmicas industriais e as explanações históricas sobre a região. Como estratégia metodológica, reuni as narrativas de várias reuniões em apenas uma narrativa, considerando que a maioria das denúncias se repetia consecutivamente nos encontros em que estive[7].

O primeiro problema da CSA, relatado por Gabriel enquanto representava o PACS na reunião, foi em relação à licença de operação que a empresa não tinha desde sua chegada em Santa Cruz em 2010. Cabe explicar que empreendimentos industriais precisam passar por um licenciamento ambiental, previsto pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) na Resolução n.º 237/97, que versa sobre três etapas no processo de licenciamento ambiental: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), esta última etapa não ocorreu no rito burocrático da CSA.

A competência de autorizar ou não o funcionamento da empresa após o processo cabe ao órgão ambiental estadual, nesse caso FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), hoje em dia denominado INEA (Instituto Estadual do Meio Ambiente) por ser uma companhia instalada no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, de acordo com o jornal "O Estado de São Paulo" (2011), a delegação de competência ao órgão estadual foi criticada pelos próprios técnicos do INEA e pelos representantes do Ministério Público, que alegaram que o licenciamento da usina siderúrgica deveria ter sido realizado em âmbito federal. A justificativa era a ponte do porto privativo da empresa, que havia avançado 3,8 quilômetros sobre o mar, patrimônio da União.

Existindo a irregularidade da licença ambiental, explicou-se que a ThyssenKrupp havia garantido seu funcionamento em Santa Cruz por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) — assinado em 22 de julho de 2008 junto à SEA (Secretaria de Estado do Ambiente) e

[7] Os relatos aqui são recolhidos de discursos massivos utilizados pelos que Comerford (2002) chama de "equipe de frente". Que consiste em uma parcela minoritária dos participantes de reuniões, que geralmente fala bem mais que uma parcela majoritária. São os mais participativos e mais "soltos" ao relatarem os problemas da região, em contarem suas histórias de vida e assumirem-se enquanto lideranças em algum grupo ou pauta específica.

ao INEA —, tendo em vista que a empresa não estava cumprindo algumas condicionantes da licença de instalação.

O TAC é um acordo que estabelece o ajustamento de uma conduta considerada inapropriada pelos promotores e organizações civis que oficializam contestações; seu objetivo é dar fim ou impedir algum inquérito civil ou ação civil pública, que podem ser homologadas ou arquivadas com um acordo. Essa é uma decisão que cabe ao Conselho Superior do Ministério Público Estadual ou Federal (BRONZ, 2016). No caso da CSA, não houve participação dos Ministérios Públicos, e seu objetivo era estabelecer os prazos e as condições para que a CSA promovesse, fiel e integralmente, as adequações de suas atividades em suas instalação para implantação do terminal portuário (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014).

Em 2011, foi assinado um termo de cooperação ambiental, após algumas notificações não serem atendidas parcialmente sem resultados e autos de infrações serem aplicados. "Embora no termo não sejam utilizadas as palavras compensação ou indenização, o Secretário Estadual do Ambiente afirmou à imprensa que o termo representava uma indenização compensatória acordada" (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 156). Em 2012, um novo TAC é assinado entre a CSA e os órgãos ambientais do Rio de Janeiro: SEA, INEA e CECA – Comissão Estadual de Controle Ambiental, prorrogando o prazo de pré-operação do complexo siderúrgico e propondo 134 medidas que visam à adequação operacional da empresa.

> A elaboração desse TAC não contou com a participação de nenhuma associação de pescadores ou moradores, ainda que estes últimos figurem como os principais denunciantes dos problemas operacionais que a empresa se compromete a adequar. Embora envolvessem medicadas relacionadas ao ambiente de trabalho, o acordo também não contou com a participação de trabalhadores ou do sindicato (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 161).

Desse modo, podemos interpretar o TAC como um meio de flexibilizar a legislação ambiental e garantir o funcionamento de empreendimentos industriais com o aval da administração pública. Constitui-se como um instrumento atrelado ao processo de licenciamento, pois são estabelecidos uma série de compromissos, que em muitas das vezes não são cumpridos e, mesmo assim, são "perdoados" pelos órgãos ambientais. No campo das Ciências Sociais, o conceito de gambiarra jurídica[8] nos ajuda a compreender a celebração do TAC entre empresa e órgãos públicos, de modo que,

[8] "De um lado, trata-se da desativação do campo normativo dos direitos e da cidadania, introduzindo dispositivos de exceção nos meandros da ordem jurídica-institucional do Estado de Direito. De outro, isso instaura o que poderíamos chamar de regimes de visibilidade e regimes de verdade, que constroem as evidências de sua própria (e suposta) eficácia, os critérios aceitáveis de suas razões e racionalidade – verdades e evidências que também

> [...] mediante sua celebração, permite-se que empreendimentos que, no momento da concessão ou renovação das licenças ambientais, estejam fora dos padrões estabelecidos por lei continuem a operar até que sejam cumpridas as obrigações fixadas em suas cláusulas ou até que se extinga o seu tempo de vigência. Dessa forma, constrói-se uma lógica "flexibilizante" da lei mediante a qual se admite hoje o descumprimento aos padrões ambientais legais para que, no futuro, ao final do prazo de vigência do acordo, sejam cumpridos os padrões legais. Faz-se isso geralmente por meio da presença no acordo da "obrigação de não fazer", que consiste no compromisso do empreendimento de abster-se da ação ou atividade danosa que vem cometendo. Entretanto, ao permitir que o empreendimento continue suas operações, a garantia da averiguação do cumprimento do compromisso realizado passa a ser possível somente por meio de fiscalização, o que acaba por transferir a competência do tratamento da questão para a capacidade de controle ambiental por parte dos órgãos ambientais (que, por vezes, são os propositores do TAC) (VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 240).

O termo não é foco central do trabalho, mas algumas condicionantes[9] ganham uma centralidade quando dialogam com as pautas dos moradores enquanto ajudam a empresa a criar uma imagem benéfica da usina para a região. Isso talvez explicasse um significativo esvaziamento das reuniões promovidas pelo Instituto PACS ou, até mesmo, o fato de não perceber críticas diárias e constantes à empresa no cotidiano de Santa Cruz e seu entorno. Ouviam-se algumas vezes alguém relatando algo sobre o ar ser poluído, mas nada que gerasse uma mobilização que trouxesse o bairro inteiro ou ao menos uma quantidade expressiva de pessoas.

Lembro-me de, até mesmo, após frequentar as primeiras reuniões e tentar falar com alguns vizinhos sobre a CSA para entender um pouco da opinião deles sobre a siderúrgica no bairro, muitos pareciam indiferentes ao empreendimento ou viam como algo bom, pois parecia haver um consenso sobre a empregabilidade possibilitada por ela, assim como os benefícios dos projetos sociais que foram promovidos por ali (mesmo que fossem condicionantes do TAC e isto não fosse explicitado para a população). Muito se falava do crescimento de empregos no período da construção da usina, pois a chegada de um complexo siderúrgico internacional, trouxe uma massiva mão de obra de diversas partes do país e do mundo para trabalhar na obra.

> Na época que a siderúrgica chegou, eu trabalhava por conta própria, eu tinha uma loja em minha casa que vendia várias coisas – artigos de perfumaria, roupas, fazia recargas de celular – então nessa época, para mim, foi bom, porque essas pessoas que vieram de outros estados pra cá me trouxe muito lucro na loja. Na época da inauguração, que trouxe muita gente para trabalhar, deu muito emprego. Hoje em dia, essa empregabilidade não continua, caiu muito, as pessoas que vinham de fora já não estão mais aqui para trabalhar. Tanto que tinham muitas casas aqui pra alugar, quartos, tinha pessoas que alugam a própria casa e dividia para alugar pra eles. Hoje em dia não tem

---

pautam a assim chamada opinião pública, jogando na invisibilidade e ilegitimidade ações de questionamento ou resistência a esses procedimentos" (TELLES, 2013, p. 5).

[9] Algumas dessas condicionantes serão citadas ao decorrer do trabalho, a partir do momento que forem aparecendo nas narrativas.

> mais, e o emprego é mais pra esse pessoal de fora, não é mais para os moradores daqui da área. No começo, trouxe muito emprego, mas, hoje em dia, tenho contato com pessoas que tentam arrumar emprego lá e encontram muita dificuldade (Fabiana, Moradora do conjunto Alvorada, 07/08/2017).

Notou-se que a migração de novas pessoas com diferentes costumes e práticas de trabalho para Santa Cruz provocou uma reconfiguração de um território historicamente marcado por atividades de agricultura e pesca artesanal. Alterou, também, antigas relações de vizinhança e pertencimento, pois, segundo Paulo Alves (2020, p. 78), "esse espaço também é um lugar de memória e identidade, é constituído socialmente a partir de uma dimensão afetiva. Trata-se de um lugar de moradia e habitação, onde ocorrem as tramas de relações da vida que se estabelecem na experiência de atores sociais".

> Moro em Santa Cruz há 30 anos, comecei a trabalhar com pesca desde os meus oito anos e vivo aqui na região de Santa Cruz e Baía de Sepetiba desde os 19. Aqui tinha uma fartura de peixe imensa, e sem mais nem menos, de repente, plantam uma empresa de alto nível aqui em cima da gente trazendo problemas de saúde, em primeiro lugar, barulho, apito de trem que deixou todos que não estavam acostumados com isso abismados. E de vez em quando ouvimos explosões lá dentro, que tiram o sossego das pessoas. Aqui era um lugar muito pacífico, um lugar muito calmo, muito arejado, o cheiro da maresia do mar era dentro de nossas casas e de repente foi trocada por essa poluição. [...] Eles acabaram com a Baía com tanta poluição, o peixe que tinha já não tem mais, o pescador fica a noite toda e não consegue pescar para sobreviver da pesca hoje em dia. (Evandro, Pescador de Santa Cruz, 08/08/2017).

Alguns pescadores de Santa Cruz estavam sempre nas reuniões em que acompanhei, e esses atores foram os pioneiros na denúncia dos problemas ambientais da região ainda nos primeiros passos para as obras do complexo siderúrgico, no ano de 2005. Alguns estudos mostram que as obras interferiram significativamente na pesca da Baía de Sepetiba, local onde foram construídos o porto da CSA (administrada pela ThyssenKrupp) e o píer da usina. Essas obras afetaram diretamente o Canal São Francisco, Guandu e São Fernando – que cortam a região da João XXIII e deságuam na Baía. Ocorreu uma alteração no curso dos rios que diminuiu drasticamente a quantidade de peixes, abalando significativamente as vidas marinhas.

A Baía de Sepetiba possui grande relevância para as atividades pesqueiras e para o turismo ecológico na região. É marcada pela presença de manguezais, mata Atlântica e inúmeras ilhas que conformam a Baía de Sepetiba e a Baía de Ilha Grande. Atualmente, com mais de 400 empreendimentos industriais no seu entorno, o estopim de sua poluição foi com a Companhia Mercantil Industrial Ingá que se instalou em 1962 – faliu em 1998 – na Ilha da Madeira em Itaguaí. Essa indústria foi responsável por depositar, durante 24 horas, rejeitos tóxicos (Figura 2) em um manguezal que desaguava no mar, gerando resíduos que formaram

montanhas de material tóxico ao ar livre no pátio da empresa; seus passivos ambientais trazem problemas aos pescadores e para todo a região (TOLENTINO; SOARES, 2004).

> Lá na Marambaia, teve a primeira escola de pesca, fazia-se os melhores barcos de pesca. Tinha fábrica de sardinha, de gelo, escola para pescador. Isso tudo acabou com a morte do Getúlio Vargas [...]. Na Ilha da Madeira, criou-se – numa época que não se falava em ecologia, podia queimar madeira, botar fogo que não tinha problema –, formou lá na Ilha da Madeira uma indústria de Zinco, que poluía completamente, e o resto dela era altamente venenoso, cancerígeno, tudo de ruim tem ali. E esses restos eram jogados no mar, jogava em um lugar que desaguava no mar. Depois com o desenvolvimento científico, que começaram a criticar a poluição, eles começaram a colocar em terra (enterrar). E aí quando chovia, vazava para o mangue e ia poluindo a Baía de Sepetiba. Por sorte, era um lugar pequeno e ficava preso ali. Aí quando veio o porto (Porto da CSA), começou a tirar o poluente e jogar no solo, e depois as dragagens vinham e acabavam espalhando isso. [...] O pescador aqui é impactado totalmente, aqui nós dependemos dos canais que são pré-fabricados, não é rio, aqui não existe. O único rio que existe é o Guandu e o Guandu-mirim que acaba lá no Km-42 em Nova Iguaçu, onde fica a Estrada Rio-São Paulo, e a mesma coisa o Canal São Francisco que acaba lá no Km 44 e 45, onde fica a CEDAE. Dali pra baixo, foi criada a Colônia e nestas foram criados os canais que eram controlados com diques e comportas. Só que, de um tempo pra cá, esses canais não têm sido dragados o suficiente e aí esses canais ficaram assoreados, então o pescador que mora nessas regiões precisa sair para o mar, e para sair para o mar fica difícil por causa disso. E com a implantação dessas indústrias [...], esse lugar onde estão as indústrias é onde se criava o camarão, e onde é riquíssimo de ‘sardinha boca torta’ que é pequena e serve de alimento para peixes maiores. Era muito peixe! Muito peixe! E ali onde era o mangue era o lugar onde vinha a tainha desovar, porque ela não desova na água salgada, mas sim o estuário, onde mistura a água, porque o peixe pequeno não pode receber muita água salgada e precisa de um plâncton que tem no mangue para se alimentar [...]. Tinha muita fartura de peixe! Corvina, cavala, anchova. O impacto da CSA é no nosso rio aqui, Guandu e Guandu Mirim e o São Francisco e Rio de Guarda (Oswaldo, pescador e agricultor da região, 04/10/2016).

Segundo Damas (2018), no período de dragagem na baía para a construção do píer do complexo siderúrgico, revolveu-se lama tóxica de rejeitos da ingá, trazendo novamente metais pesados que estavam concentrados em águas superficiais. O autor atribui isso a um elo constante entre velhos e novos desastres, causando um movimento cada vez mais sinérgico de impactos negativos para o ecossistema local.

Figura 2 - Área de Contaminação da Ingá Mercantil.

Fonte: http://falamarisco.blogspot.com/

A categoria "pescadores" é trazida aqui, mas nem sempre ela é utilizada para abranger a todos os que pescam na região. Quando digo pescadores nas reuniões do PACS, estou falando sobre um número aproximado de 8 ou 10 pessoas que exercem a crítica em parceria com o PACS. Por outro lado, existiam outros pescadores que não se reuniam nos encontros, mas eram críticos e mobilizavam processos judiciais contra a empresa, e existia um grupo maior alinhado à associação dos pescadores e ao seu presidente. De acordo com meus interlocutores, este último grupo era mais suscetível a aceitar acordos de reparação diretamente com a empresa, sem recorrer aos processos judiciais. Dessa forma, o grupo pesqueiro que acompanhei, taxava esses que negociavam com a empresa de pelegos e traidores do movimento. Não me aprofundarei nesta disputa interna, mas é válido explicitar a existência da divergência.

No período desta pesquisa, a briga dos pescadores com a empresa, no auge das discussões, era a construção da Soleira Submersa[10], uma espécie de barragem que ficava no Canal do São Francisco. A construção impedia a circulação de algumas embarcações no rio,

[10] A Soleira submersa é uma barragem que impede a passagem da água salgada para o rio, pois ela é imprópria para a produção do aço.

sua presença foi a causa de diversas manifestações e processos de pescadores[11] que marcaram o ano de 2015 e 2016, destacarei algumas.

A primeira manifestação, denominada barqueata (*figura 3*), aconteceu no dia 26 de junho de 2015 em frente à portaria 1 da CSA e contou com a presença de todos os grupos de pescadores mencionados, incluindo os alinhados à Associação. Como consequência, conseguiram uma reunião com os representantes das empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz.

Os representantes das empresas não compareceram e adiaram o encontro para dois dias depois, 3 de junho. De acordo com o site "Pare Ternium"[12], a reunião ocorreu com a participação dos representantes da AEDIN – Associação das empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz –, defensores públicos e o deputado estadual Flávio Serafini (PSOL) – o parlamentar apoiava os pescadores. Os empresários propuseram a construção de um atracadouro e a instalação de um trator para "rebocar" os barcos que não conseguissem transpor a correnteza criada pela barragem e assim ajudá-los a passar para o outro lado da soleira. Os pescadores recusaram a proposta.

Na semana seguinte, dia 8 de junho, uma nova reunião aconteceu e terminou sem um acordo entre as partes. Os defensores públicos fizeram uma proposta de reparação aos pescadores. Por não chegarem a um consenso, as obras da soleira submersa foram interrompidas pelos pescadores no dia 15 de junho, quando, em protesto, os trabalhadores atracaram suas embarcações nas margens da barragem. Nesse dia, a polícia militar foi acionada e os pescadores foram levados para prestar esclarecimentos na delegacia de Santa Cruz - 36ª Delegacia de Polícia.

---

[11] Os pescadores foram os grupos mais criminalizados nesses processos, alguns relatam que foram detidos por protestar contra a presença da barragem no Canal do São Francisco.

[12] Nesse período, o movimento #PareTKCSA se tornou #PareTernium. Acesse em: https://pareternium.org/

Figura 3 - Barqueata do dia 26 de junho de 2015 em frente à portaria 1 da Companhia Siderúrgica do Atlântico.

Fonte: Instituto PACS.

Em 2017, especificamente no dia 31 de agosto, 102 pescadores conquistaram na justiça a indenização de R$ 10 mil para cada um e a retirada definitiva da barragem. Em dezembro do ano anterior, a justiça já havia determinado o pagamento de uma pensão aos pescadores no valor de um salário mínimo mensal e a realização de uma perícia na obra da soleira submersa. De acordo com o Instituto PACS, era a primeira vez em dez anos que as empresas da região eram responsabilizadas por algum impacto ambiental.

Naquele instante, havia percebido dois novos problemas que eu não conhecia sobre a Companhia Siderúrgica do Atlântico, a parte legislativa que versava sobre a legalidade do empreendimento e o âmbito da pesca, que foi surpreendente a meu ver, pois mesmo que eu fosse um morador de longa data da região, não conhecia a atividade pesqueira de Santa Cruz.

Ao transitar pela Avenida João XXIII, voltando de minhas atividades cotidianas, até avistava os barcos no canal do Guandu e pouco lembrava de quando ia para a área da Chatuba na infância – onde passa o Canal do São Francisco. Lá avistava algumas pessoas pescando ou ouvia um relato de outros indivíduos indo pescar, porém, compreendia aquelas atividades como *hobby*, não como meio de subsistência. O contato com os pescadores alterou, pela primeira vez, a minha percepção sobre Santa Cruz no campo, fez-me perceber que o bairro era visto de

diferentes formas a partir de cada um dos grupos de pertencimento, bem como as reivindicações também alteravam cada vez que eu ouvia um grupo distinto ou cada indivíduo que era afetado, isso ficava cada vez mais explícito nos relatos.

Alves (2020) observa os saberes que são comunicados e repassados por gerações, assim as memórias e identidades são atualizadas e transmitidas pela socialização. O autor analisou esse conflito com um olhar sobre os pescadores e o Coletivo Martha Trindade. De acordo com ele, o grupo dos pescadores é o mais atingido pela existência do distrito industrial, que afeta diretamente suas atividades econômicas, enquanto o coletivo busca se reunir para elaborar estratégias com o objetivo de engajar outros grupos.

O referido autor destaca que alguns atores mais velhos ainda reforçam o *status* "rural" e "agrícola" de Santa Cruz, enquanto os mais jovens possuem um olhar mais distanciado dessa característica local. Um ponto de convergência minha com Alves (2020) é que ambos analisam que os jovens possuem uma ligação maior com a história dos conjuntos habitacionais e com as indústrias, trazendo elementos relacionados à educação, à produção de dados sobre poluição e lembrando do bairro como um lugar pacífico.

Em síntese, cada indivíduo tinha uma história e crítica específica para contar relacionada à siderúrgica e aos empreendimentos da região. Contudo, cada indivíduo também possuía seu "grupo de crítica", ao qual se encaixava e se sentia pertencente, e com ele mobilizava uma narrativa em comum à coletividade. Vejamos um exemplo hipotético: poderia haver o "senhor João", pescador que era crítico por causa dos problemas de saúde acarretados pela poluição, que sofreu com as enchentes e, ao mesmo tempo, teve seu pescado reduzido. Quando ele estivesse nas reuniões do PACS junto a outros pescadores, ele iria mobilizar com os seus colegas os problemas do seu grupo na considerável parcela do tempo, atuando, na maior parte do tempo, como um "pescador".

Os relatos continuavam e, como foi referido, houve mudança no curso dos rios da região, causando enchentes nos conjuntos habitacionais do bairro, principalmente no São Fernando. De acordo com o Instituto PACS e Justiça Global (2017), ocorreram 36 enchentes no período de 2006 a 2012, durante as quais os moradores perderam boa parte de seus pertences e tiveram que ser acolhidos por parentes, igrejas e escolas. A ThyssenKrupp desviou a rota do canal do São Fernando para a realização de obras, pois ele passava dentro do terreno doado pela União. Depois dessa intervenção, o canal deixou de desaguar diretamente na Baía de Sepetiba. Nessa época, mesmo negando sua responsabilidade sobre os acontecimentos, a empresa enviou colchonetes e bombas de drenagem para o Conjunto São Fernando e assinou um acordo de cooperação com o INEA, construindo uma estação de tratamento de esgotos no local.

As histórias relacionadas às enchentes foram coletadas mais à frente, já no final da pesquisa de monografia e no início do campo para a dissertação. Quando retomei a conversa sobre determinados assuntos com meus interlocutores, foi o momento em que o Coletivo de jovens começou a ganhar um protagonismo em minha análise de pesquisa.

> Então, inicialmente, com a vinda da empresa, a gente não tinha percebido impacto nenhum, mas a partir das enchentes de 2010, a gente se tocou de que algo realmente havia mudado, e aí foi muito ruim porque, como aconteceu comigo, né, eu tive que sair de casa e fui para a casa da minha avó em Santa Margarida com os materiais da escola, e foi muito ruim porque a gente perdeu muita coisa. Perdemos geladeira, perdemos alguns documentos importantes, sendo que, depois dessa semana da enchente, a gente via muitas coisas, tipo: sofá, móveis das pessoas nas ruas para a Comlurb pegar. E como aqui já é uma área carente, as poucas coisas que a gente poderia ter perdido, já foi muita coisa, mas se tornou mais ainda pelo fato de a gente não ter dinheiro para comprar as coisas de novo (Wanessa, Coletivo Martha Trindade, 10/05/2019).

Duas pessoas do Coletivo de jovens eram moradoras do Conjunto São Fernando e ambas carregavam em seus relatos as perdas relacionadas às enchentes no início da operação da CSA. Nota-se que os relatos foram feitos em períodos diferentes, mas possuem similaridades quanto aos impactos. Mesmo que as duas fossem muito novas no período de ocorrência das enchentes, os acontecimentos pareceram-me muito vivos em suas memórias afetivas.

> Perdemos vários móveis, sofá, geladeira, armário de cozinha, mesmo colocando no alto, molhou. Meu computador quase caiu dentro da água, tivemos que jogar o guarda-roupa fora. Muita gente teve que ir para casa de familiares em outros lugares, e muita gente ficou na Adalgisa Nery (escola no Conjunto São Fernando), morando lá por umas semanas. Eu fiquei na casa de amigos, no Conjunto 61 [...], eu lembro que muita gente, muita gente mesmo, se mudou daqui. Pessoas que eu conhecia, e agora são muitas pessoas novas aqui na região que eu nem conheço e toda aquela coisa que tinha antes de eu ter amigos [...], depois de tudo isso, colocaram a “bomba” (bomba de sucção de água), mesmo assim alagou as ruas. O lugar era muito bonito, é um lugar pobre, mas era bonito, mas ele perdeu o seu valor, as pessoas que gostavam do lugar por ser um lugar calmo e tranquilo de morar, o lugar ficou feio [...]. Além de todo o problema com a situação da casa, o lugar que foi desvalorizado, acabou que perdi muito a identidade que eu tinha com esse lugar, não é mais a mesma coisa. Eu não enxergo mais o São Fernando como era antes (Jamílly, Coletivo Martha Trindade, 07/02/2017).

Vibrações, rachaduras e barulho sobre as casas também foram pautas de denúncias e reclamações. Segundo alguns moradores que residem na Av. João XXIII, área vizinha da ferrovia pertencente à empresa, o trem de minério transita muito próximo das casas e abala suas estruturas ao passar. A buzina provoca poluição sonora, incomodando muitos moradores da região. Quando contaram sobre o trem, lembrei-me do barulho que ele fazia – e passou buzinando enquanto realizava algumas entrevistas – parecia que eu já havia naturalizado.

Apesar disso, já me deparei com pessoas externas ao grupo da reunião, às quais a buzina assustava diariamente.

Chamou-me a atenção o fato de a siderúrgica ter aproveitado e reformado uma antiga ferrovia da região para fazer o transporte de minério, tal estrada de ferro, há algumas décadas, era utilizada para realização de viagens intermunicipais.

> Meu problema aqui não foi primeiro a CSA, eu não sou inimigo da CSA, vamos falar a verdade, aqui o que chegou primeiro foi a Zona industrial, que foi implantada e não teve um desenvolvimento tão violento (em comparação à CSA). Primeiro, foi feito a uma usina termoelétrica, e a Furnas, que foi implantada aqui, e aí que começou o sofrimento, porque essa usina usava o óleo bruto, que não vinha lá de Duque de Caxias, ele não vinha por tubulação, no caso oleoduto. Então foi altamente poluente, porque ele vinha em caminhões que vinha trazendo esse óleo bruto, que parecia um asfalto grosso, era o resto do resto da refinaria [...]. Hoje temos menos poluição vindo dela, essa usina está desativada, só é ativada quando tem alguma emergência. E depois veio a Furnas, ela veio para aproveitar restos (sucatas) que liberava muita sujeira que vinha misturada, a única vantagem é que ela não queima carvão [...]. Quando começou a CSA, há 10 anos, voltou a poluição, nessa época governo do Garotinho, se eu não me engano, e essa concessão pegou um terreno de 9km², a planta industrial e 1/3 dela era considerado mangue verdadeiro com alagamento, mas foi aterrado com 3 ou 4 metros. Esse aterro foi retirado da Baía de Sepetiba, perto da Indústria do Ingá, que era a indústria de zinco [...]. Essa empresa é esquisita, teve muito emprego na época da construção, o terreno era baixinho, então teve obra para fazer o aterro, teve para operar as estacas (de 30 metros de profundidade), era martelos em guindaste que pesava 5 toneladas e daqui eu ouvia o barulho [...]. A população de Santa Cruz se multiplicou astronomicamente, porque o inchaço da cidade foi muito grande, e o valor do terreno nas outras áreas da cidade eram muito maiores do que aqui, então houve uma corrida para Campo Grande, Santa Cruz, que eram lugares vagos para a população. Fez surgir muito loteamento. Hoje em dia, você tem a ‘minha casa minha vida’, que eu chamo de minha casa minha morte, porque as pessoas estão ali em risco (Oswaldo, pescador e agricultor da região, 04/10/2016).

Por fim, a poluição atmosférica era o foco de denúncias constantes, em toda reunião havia ao menos dois ou três relatos relacionados a esse fato. Até mesmo quem não era mobilizado ou crítico à usina reconheceu e reconhece a existência de poluição no ar. Os episódios de “Chuva de prata” são conhecidos em toda a cidade do Rio de Janeiro e consistiu em constantes emissões de poluentes prateados e visíveis a olho nu em Santa Cruz. Nas vezes em que ocorreu, a fuligem espalhava-se pelo bairro manchando as quadras de esportes, no interior das casas era explícita a poeira prateada sobre os móveis. Esse fato fez disparar o número de denúncias e relatos sobre problemas respiratórios e dermatológicos na região, assim como tornou o conflito em Santa Cruz mais conhecido para além da Zona Oeste da cidade.

> A empresa só prejudicou minha vida, com esse “pozinho” maluco que complicou a minha vida e me trouxe diversos problemas de saúde. Desenvolvi uma tosse crônica que não consigo identificar o que é, só piorou após a chegada da empresa. Esse pó da CSA também é muito prejudicial para a “vista” e traz também muitos problemas respiratórios. Me lembro de uma vez, em um natal, eu estava no portão e minha neta

> era pequena, e de repente sentimos um negócio cair, a gente olhava e parecia purpurina e eram flocos mesmo. E entramos todos correndo, com medo de cair nos olhos (Maiara, Moradora do Conjunto Novo Mundo, 07/08/2017).

A fuligem poluente começou a ser observada com a inauguração do primeiro Alto-forno em julho de 2010. A partir daí, três ocorrências de "Chuva de Prata" (*figura 4*) – termo criado pelos moradores de Santa Cruz e pelos meios de comunicação – foram registradas respectivamente. Em agosto de 2010, dezembro de 2010 e a terceira em outubro de 2012 – a segunda acarretada com a autorização do segundo Alto-forno pelo então governador Sérgio Cabral Filho[13]. Os relatos sobre problemas respiratórios e dermatológicos tomaram os jornais que até então tratavam de forma crítica as questões da CSA. Naquele contexto, até mesmo alguns deputados e vereadores da região mobilizavam críticas à empresa junto à grande maioria de moradores que passou a criticar a indústria devido às chuvas de prata.

Figura 4 - Amostra da chuva de prata no bairro de Santa Cruz - Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo PACS.

A visibilidade que o caso CSA ganhou com a chuva de prata foi incentivo para que pesquisadores de diferentes instituições começassem a produzir artigos, laudos, teses e dissertações sobre a presença da companhia em Santa Cruz, com base em distintos pontos de

[13] Autorização que lhe rendeu uma ação civil pública que gerou, em 2016, um processo ajuizado pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público, por improbidade administrativa. De acordo com o Ministério Público, o alto-forno foi autorizado de forma ilegal.

vista. Algumas organizações da sociedade civil também passaram a engajar-se a partir daí, com exceção do Instituto PACS que já atuava no caso desde antes da inauguração.

> Com toda a sabedoria dos seus 74 anos, Martha Trindade diz que não pode ir contra o progresso. Ela se refere à chegada da ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico, que começou as operações, este ano, em Santa Cruz, bairro onde a aposentada mora. Apesar disso, dona Martha e vizinhos estão preocupados: desde o início da produção, os novos ventos estão soprando também um pó branco, brilhoso, que eles acreditam vir da siderúrgica.
> - A rua fica cheia desse pó. Isso começou há dois meses. Minha garganta fica ressecada. Tenho que beber água o tempo todo. Também fico com tosse. Comprei um nebulizador - diz Martha, que mora no Conjunto Novo Mundo, nas proximidades da CSA.
> A professora Cláudia Gaspar de Souza, de 42 anos, que dá aulas particulares em sua casa, diz que está com uma alergia há um mês:
> - Comecei a passar mal, a tossir bastante. Tenho que fazer nebulização três vezes ao dia. Fui a um hospital particular, me passaram um xarope e antibióticos - conta.
> - Até hoje, as mães não reclamaram, mas eu tenho que ficar limpando tudo várias vezes - acrescenta.
> Além do Conjunto Novo, as queixas acontecem nas comunidades Conjunto Alvorada e Conjunto Miécimo.
> Segundo o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) com doutorado em poluição atmosférica, Jorge Luiz Fernandes de Oliveira, se as pessoas já estão reclamando e se sentindo incomodadas, isso já está afetando o sistema respiratório delas:
> - Geralmente idosos e crianças sentem mais. Não posso dizer que é tóxico (seria preciso uma análise química), mas com certeza é um material que causa irritação.
> A siderúrgica informou que vai verificar se os relatos dos moradores têm alguma relação com as atividades da empresa, que começou a operar no dia 18 de junho desse ano, produzindo placas de aço. A CSA acrescentou que obteve todas as licenças ambientais e que "utiliza a mais avançada tecnologia de filtros disponíveis e, por isso, não há emissão de nenhum gás ou partícula prejudicial à saúde"
> (GOMES, 2010, Moradores de Santa Cruz dizem que pó branco sai de siderúrgica).

Apesar da existência de denúncias, havia um choque de narrativa relacionada às poluições. De um lado, havia moradores, pescadores, movimentos sociais e pesquisadores atribuindo a poluição de Santa Cruz à operação da siderúrgica. Do outro lado, havia a ThyssenKrupp afirmando que a poluição não era de sua responsabilidade, reforçando a todo momento que o empreendimento era sustentável, que o ar de Santa Cruz era de boa qualidade e os poucos poluentes presentes na região eram provenientes das atividades de outras empresas vizinhas. Ou seja, ela não poderia ser responsabilizada individualmente. Era comum os moradores nas reuniões e membros do PACS frisarem uma frase que foi cunhada pelos gestores em uma audiência pública: “o ar de Santa Cruz é melhor que o ar do Leblon” – bairro nobre, com o 3º maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade.

Vale retratar que o Termo de Ajustamento de Conduta da CSA previa uma “Unidade Sentinela de Saúde” – não realizada –, ou seja, a contratação de uma consultoria pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS) para elaboração de um Termo de Referência para

esse centro. Funcionaria como uma espécie de observatório ou sala de situação ou pode se definir como

> [...] princípios e procedimentos fundamentais para se instituir um sistema de coleta de dados para acompanhamento de alguns problemas de saúde típicos de grandes cidades, visando aportar subsídios aos diagnósticos e análise de situação de saúde na perspectiva de implantação do novo modelo de assistência à saúde denominado Vigilância da Saúde (TEIXEIRA, Maria da Glória *et al.*, 2003, p. 22).

Foi também previsto um estudo epidemiológico para esclarecer eventuais riscos à saúde na região (INSTITUTO PACS, 2015). Esse estudo tinha alguns objetivos: **(a)** disponibilizar aos trabalhadores informações sobre a exposição no ambiente de trabalho, utilizando os meios de comunicação internos da empresa; **(b)** oferecer estrutura e informação de acesso para realização de audiência pública; **(c)** custear obras para a central de regulação em Telemedicina de acordo com a orientação da Secretaria Municipal de Saúde; por último, **(d)** fornecer suporte financeiro para a estruturação de Unidade Sentinela – já mencionada aqui.

Tínhamos então um impasse que permanece até os dias atuais e, mesmo que não tenha ocorrido um episódio marcante de chuva de prata após 2012, os relatos sobre problemas atmosféricos persistem, e ainda se percebem partículas finas e prateadas na pele ou em pertences da casa dos moradores. Esse é o fato que é denunciado nas reuniões até hoje.

Dessa forma, volto para o relato da minha primeira reunião com o PACS, entendendo o propósito da Vigilância Popular em Saúde e do coletivo. Na perspectiva do Instituto PACS, precisava-se construir um discurso contrário ao da empresa, mostrando com base científica e "popular" que o ar de Santa Cruz estava afetado pela poluição industrial.

1.2 Reuniões precedentes da Vigilância Popular em Saúde – Dinâmicas das denúncias à siderurgia (abril a junho de 2016)

A idealização do projeto ocorreu, antes mesmo de eu aparecer naquela reunião do dia 2 de julho, por Marina e Gabriel (membros do Instituto PACS), que contaram um pouco sobre o intercâmbio entre pessoas do Maranhão e do Rio de Janeiro nos dias 15 e 16 de abril de 2016. As informações sobre esse intercâmbio são contadas com suporte de meu caderno de campo em diálogo com o relatório de atividades cedido pelo Instituto PACS, que me ajudou a conferir as ações e descrições de pessoas presentes nelas.

Os encontros ocorreram no mesmo salão de festas onde inicialmente aconteciam as reuniões do PACS com os moradores. "As paredes do salão estavam ornamentadas com faixas

que representavam as comunidades de Santa Cruz e Piquiá de Baixo, fotos, imagens, que buscavam demonstrar como as duas comunidades eram parecidas”[14]. O primeiro encontro teve a presença de 22 pessoas: três membros do Instituto PACS e dois integrantes da Justiça nos Trilhos (JNT)[15] – Açailândia – MA.

A relevância das reuniões foi destacada na introdução, mas outros elementos desse tipo de encontro devem ser considerados e refletidos. Segundo Comerford (2002), esses espaços são onde todos falam abertamente o que pensam, à medida que tomam decisões coletivas, aprendem e se conscientizam. São os momentos “festivos” nos quais os participantes saem da rotina, se reencontram, criam vínculos de amizade, se alimentam, cantam e fortalecem os discursos da crítica.

Todos esses elementos podem ser percebidos facilmente pelo leitor nesta etnografia[16], e ficam ainda mais explícitos no presente tópico, já que as reuniões são utilizadas pelos organizadores ou mobilizadores, para atualizar informações sobre o conflito em questão, neste caso: notícias sobre os processos judiciais, novos trâmites da siderúrgica e novas dinâmicas da mobilização.

Este primeiro evento abre, pela primeira vez, a reflexão sobre dramas sociais, símbolos e ritos, que pode ser associada ao presente trabalho. O antropólogo britânico Victor Turner (2008) delineia os dramas sociais como fenômenos ascendentes em fases “anarmônicas” das sociedades, ou seja, nos conflitos, que são unidades do processo social que podem ser isoladas e passíveis de uma descrição, sejam elas relações de ruptura ou de cooperação.

> Dramas sociais e empreendimentos sociais – bem como outros tipos de unidades processuais – representam sequências de eventos sociais, que, vistas respectivamente por um observador, podem ser mostradas como tendo uma estrutura. Esta estrutura “temporal”, diferentemente da estrutura atemporal (incluindo estruturas “conceituais”, “cognitivas” e “sintáticas”) é organizada primeiramente pelas relações no tempo, ao invés de no espaço, embora, é claro, esquemas cognitivos sejam, eles mesmos, o resultado de um processo mental e possuam qualidades processuais (TURNER, 2008, p. 31).

O autor complementa que a estrutura do drama social não é produto do instinto e sim de modelos e metáforas que os atores carregam em suas cabeças. Em uma mesma perspectiva, Peirano (2002, p. 21) descreve que os “ritos seriam dramas sociais fixos e rotinizados, e seus

---

[14] Fonte: Relatório cedido pelo Instituto PACS, grifos meus.
[15] Organização não-governamental que atua em Açailândia no Maranhão, é conduzida pelos padres combonianos pautando direitos humanos e justiça ambiental.
[16] As denúncias elencadas no tópico anterior são recolhidas destas mais variadas reuniões presenciais em que estive presente de 2016 até 2020.

símbolos, no âmbito da razão *durkheiminiana*, estariam aptos para uma análise microssociológica refinada". Em diálogo com Turner, enfatiza: "símbolos instigam a ação".

Nesse caso, compreendo o drama social existindo quando se criam categorias elaboradas pelos atores do conflito, nos eventos em que cada pessoa leva seus pontos de vista ou nas narrativas que carregam a melancolia das perdas materiais e simbólicas, assim como nas acusações aos empreendimentos, entre outros que podem ser facilmente identificados no decorrer da escrita.

Obviamente, os empreendimentos não estão isentos dos dramas sociais, eles também simbolizam, categorizam e ritualizam o processo social: seja pelos eventos no território – nas falas públicas, na comunicação escrita ou imagética – ou na judicialização do conflito; não à toa utilizei anteriormente o termo "rito de licenciamento ambiental".

1.2.1 Primeiro dia – Lugares com denúncias parecidas.

O encontro foi iniciado com relatos de histórias sobre os últimos três anos nas duas comunidades, tendo em vista que já havia ocorrido uma atividade entre ambas em 2013. Em seguida, ocorreu um intervalo com lanche e exibição de um vídeo chamado "Caravana Sul – Caminhos e olhares das Mulheres". Posteriormente, dividiram os moradores em dois grupos mistos entre as pessoas das duas localidades, Grupo 1 e Grupo 2. Em razão dessa divisão, deveriam dizer os problemas das regiões e a mudança que tiveram nos últimos três anos. Ocorreram diversas críticas que já foram apontadas no tópico anterior, mas nesse encontro aparecem outros elementos que valem ser destacados, pois também se apresentam de formas pontuais nas falas de variados grupos.

Como exemplo, uma dentre as diversas exigências do TAC da CSA, está a escola técnica no bairro, Erich Walter Heine, construída pela ThyssenKrupp e gerida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O Instituto PACS (2015) informa que foram gastos R$16 milhões em sua construção e a escola oferece 520 vagas para ensino médio técnico em administração com ênfase em logística e informática.

Na época, a empreiteira EBTE Engenharia foi contratada para construir o que seria o primeiro colégio totalmente sustentável do Brasil e da América Latina[17]. De acordo com o EBTE, apenas 121 escolas têm essa certificação – dessas, 118 ficam nos Estados Unidos, 1 na Noruega, 1 em Bali, e agora, 1 no Brasil. Em 2013, o colégio recebeu a certificação de primeira

[17] Veja os detalhes da construção da escola aqui: http://ebte.com.br/ff-portfolio/colegio-erich-walter-heine/>. Acesso em: 13 jun. 2020

escola totalmente sustentável do Brasil e de toda América Latina, que foi concedida pela entidade internacional *Green Building Council*.

Apesar do grupo siderúrgico construir uma escola no bairro, o que poderia ser analisado como um feito positivo do empreendimento, alguns dos presentes na reunião não se demonstraram satisfeitos com essa realização da CSA, entendiam como uma "propaganda enganosa da empresa".

> [...] Mesmo com todos os impactos causados e evidentes, os alunos ficam do lado da escola [...], a escola não permitiu um professor passar um vídeo sobre os impactos da empresa para os pescadores [...], isso é uso das escolas, dos cursos financiados para influenciar os jovens a ficarem ao lado da empresa. [...] A CSA não faz projeto por bondade! E as pessoas não entendem isso! Faz para conseguir a licença e mesmo assim, não fazem direito! Depois da licença definitiva duvidamos que a empresa continue com os projetos sociais (relato de reunião, moradores do Grupo 1, grifos meus, 15/04/2016).

Em seguida, o grupo 1, ao tratar das mudanças ao longo dos três últimos anos, destacou a questão da empregabilidade, traçando o papel do gênero – o grupo era composto por seis mulheres e dois homens. Destacaram uma diferença, pois, de acordo com eles, "pouquíssimos empregos são para as mulheres, por se tratar em sua maioria de funções braçais e precárias. E que a mulher ainda tem trabalho em dobro na limpeza das casas e no cuidado com a família quando adoece" – vale destacar que esse papel de gênero relacionado a mulheres serem as mais afetadas é ressaltado até hoje pelo Instituto PACS.

> Lá em Piquiá, depois de 30 anos, podemos pensar nas doenças respiratórias crônicas (sinusite, rinite), alergias nos olhos, câncer de pele, no pulmão. As doenças são as mesmas [...], já podemos ver o que Santa Cruz vai viver pela frente, não podemos negar que os empreendimentos afetam nisso (relato de reunião, moradores do Grupo 1, grifos meus, 15/04/2016).

Em seguida, iniciaram os relatos do grupo 2, que foram comparações entre Piquiá e Santa Cruz. Um primeiro morador de Piquiá – grupo 2 – relatou que a fuligem está presente nas duas regiões – "É muita poluição do ar, da água e do som. Neblina vermelha de tanta poluição que não dá nem pra andar pela noite. Pegam a água do rio e devolvem ela quente com substâncias químicas".

Outro morador de Piquiá comparou os dois locais e relatou uma particularidade do Maranhão. "Aqui em Santa Cruz é bem próximo das casas dos moradores, e lá somos rodeados por elas, são cinco siderúrgicas que nos cercam e têm os dejetos que eles despejam atrás das casas". Outro morador de Santa Cruz complementou: "Os impactos da poluição de Santa Cruz

diminuíram por conta de muita pressão, que fez com que a empresa colocasse filtros. Está menos visível, mas ainda poluído. Dá pra sentir quando passamos as mãos nos móveis".

A particularidade do maranhense é a presença de cinco empreendimentos siderúrgicos: Gusa Nordeste, SIMASA - Siderurgia do Maranhão S/A, Viena Siderúrgica do Maranhão S/A, FERGUMAR - Ferro Gusa do Maranhão Ltda e Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré. Todas elas fazem fronteira com Piquiá de Baixo e são separadas somente pela rodovia BR-222, onde diariamente os caminhões de transporte passam com minérios de ferro e com o aço em seus diversos estágios de produção, inclusive com a gusa, que é o produto imediato da redução do minério de ferro[18]. Em suma, cada processo de fabricação do aço era feito em um lugar diferente de Açailândia, coqueria em um lugar, sinterização em outro, alto-forno também separado.

Enquanto em solo carioca, a CSA possui uma usina integrada, na qual todo o processo é feito somente em um lugar, sem precisar realizar longas viagens para realizar todas as etapas do processo produtivo do aço. No Maranhão, enquanto visitava, presenciei a passagem de um caminhão com gusa muito próximo de nosso grupo, enquanto estávamos nas margens da BR-222; tal ocorrido chamou minha atenção para mais um aspecto grave naquele território.

Havia um consenso sobre a poluição atmosférica ser um elemento que afetava tanto o Rio de Janeiro quanto a Açailândia, contudo, ambas tinham demandas diferentes relacionadas à empresa. Os moradores de Santa Cruz, em sua grande maioria, pleiteavam uma indenização da ThyssenKrupp pelos diversos danos causados, a mais latente naquela reunião era pela construção da barragem que prejudicou significativamente a pesca. Já os moradores de Piquiá de Baixo clamavam por um reassentamento para um local de Açailândia mais distante das siderúrgicas e de seus poluentes.

1.2.2 Primeiro dia – Cartografia social

Na parte da tarde, chegaram mais pessoas para a atividade, a Coordenadora Geral do Instituto PACS, outra pertencente à coordenação do PACS, dois membros da Fundação Rosa Luxemburgo (Organização de Cooperação Internacional), dois pescadores e dois moradores. Depois de uma rodada de apresentação dessas pessoas, foi proposto por uma integrante do PACS a realização de cartografias sociais, uma prática muito comum dos movimentos políticos, que parte do princípio de que as populações devem se mapear e contar suas próprias histórias.

[18] O produto é obtido através do derretimento do minério de ferro, carvão vegetal e calcário sob pressão de ar intensa. Esse ferro é refinado através de fusões e é utilizado para obter ferro forjado, ferro fundido ou aço.

> Vamos contar nossas histórias através dos mapas, da visualização de nosso território? Pois o que queremos aqui é disputar o mapa – "uma verdadeira guerra de mapas" – a atividade de hoje é contar a histórias de suas comunidades pelos mapas [...]. Afinal, esse sempre foi um campo do conhecimento dominado pelos que se dizem donos da história, um campo do conhecimento científico, pouco aberto à construção das pessoas comuns, que vivenciam os territórios [...]. E essa será nossa tarefa agora [...], colocar nos mapas nossa história [...], dividir por território [...]. E depois pensar: o que nos une e o que nos afasta? (Joana, coordenadora do Instituto PACS, 15/04/2016).

Esses mapas não possuem um rigor científico e neles são destacados os pontos mais importantes de uma localidade, a depender do grupo que está produzindo. Eles carregam afetividades, memórias, identificações e uma série de valores do grupo ou indivíduo que produz. Ou seja, as histórias são contadas por intermédio dos mapas, por percursos, experiências, encontros. "Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço" (DE CERTEAU, 1998, p. 200). Os mapas historicamente foram construídos pela estrutura do relato de viagem, De Certeau (1998) traz como exemplo os mapas medievais que contavam com percursos de peregrinações com locais onde deveria se alojar, parar, rezar, entre outras práticas; com distâncias registradas em tempo de marcha. "Cada mapa desses é um memorando que prescreve ações" (DE CERTEAU, 1998, p. 206). Desse modo, produziam-se os espaços e os lugares.

Por um lado, os espaços são os percursos, leva-se em conta os "vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo" (DE CERTEAU, 1998, p. 202). Por outro, pode-se dizer que parte da noção de lugar enquanto identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1994), ou seja, os lugares antropológicos, nos quais as pessoas reconhecem que elas pertencem a um mesmo mundo, que se completa pela fala, pela troca de algumas senhas e pela intimidade entre os interlocutores. É a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência (DE CERTEAU, 1998).

Segundo Acselrad (2010), quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida. Sendo assim, os mapas passam a integrar as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos culturais, buscando retirar do Estado o monopólio da representação territorial.

> É visível que um processo político se estabelece na articulação entre os povos tradicionais, quando reúnem-se diferentes grupos e comunidades, dando visibilidade a um conhecimento que muitas vezes esteve guardado entre os mais velhos ou pelos detentores da memória coletiva – em grande parte sobre o que as comunidades perderam ou estão ameaçadas de perder – sobre as áreas de uso comunal, sobre o território das "coisas criadas", paisagem local das interações simbólicas e materiais entre homens, lenha, pasto, água, espíritos, caça e pesca... Colocam-se na pauta, por outro lado, os mapas da prospecção de riquezas dos quais as comunidades ameaçadas, quando mobilizadas, poderiam, eventualmente, com proveito, se apropriar para ter

> clareza sobre a posição e a atuação que os grandes interesses econômicos pretendem ter sobre suas áreas (ACSELRAD, 2010, p. 6).

O autor também sinaliza que as estratégias de produção e controle sobre o "território médio" da dominação podem servir a construir direitos territoriais e instabilizar a dominação. "As experiências de mapeamento participativo e cartografia social põem em discussão a questão da formação de comunidades que incluem membros reunidos transitoriamente na busca de objetivos apresentados como comuns" (ACSELRAD, 2010, p. 29). Alguns autores datam a gênese da prática das cartografias sociais a partir da década de 1990, no que chamam de "virada territorial", "para designar processos em que há transferência de direitos de propriedade e 'governança' de territórios, da parte de um certo número de Estados da América Latina, para comunidades indígenas e afrodescendentes" (CÁCERES, 2010, p. 123).

Dessa maneira, o território deve ser entendido como um recurso político mobilizado de forma diferenciada, considerando que o mapa sempre esteve a serviço do poder, ocultando realidades e reduzindo nas representações os complexos processos sócio-territoriais (CÁCERES, 2010). Nesses mapas, aparecem patrimônios culturais materiais e simbólicos, campos de disputa, narrativas históricas e enunciam descontentamentos das populações que as elaboram.

> Os mapas ditos participativos aparecem como alternativa na construção do conhecimento, subvertendo os lugares de enunciação das formas positivas da ciência ocidental e encarnando a tentativa de "democratização" do acesso e controle por um domínio técnico hegemônico. Nesse sentido, os exercícios de contra-mapeamento promovidos por atores locais desafiam a invisibilidade de populações tradicionais ou subalternas nos mapas oficiais dos Estados (CÁCERES, 2010, p. 125-126).

Portanto, o que interessa não é a elaboração e o domínio das técnicas de mapeamento pelas populações, mas sim os objetivos por trás dessas técnicas e a rede de forças que as condiciona. "A alternativa não estaria em si na ferramenta, mas nos modos de uso" (CÁCERES, 2010, p. 126). Ou seja, a cartografia social constitui-se mais enquanto ferramenta política do que propriamente um mapa que pretende tornar-se o mapa oficial; é fundamental para contestação e incidência em políticas públicas.

Na atividade, dois mapas foram construídos e resolvi trazer na íntegra a transcrição da apresentação dos mapas, cedida pelo Instituto PACS. O primeiro grupo era formado por moradores de Santa Cruz e a apresentação foi feita por um pescador e uma jovem.

> Mapeamos moradias, postos de saúde, a TKCSA, marcamos com as caveiras os locais de maior impacto para a saúde dos moradores [...]. Na Baía de Sepetiba, marcamos nossas maiores perdas na área da pesca […], a fartura imensa de peixe, pescava 70 kg de peixe e agora são só 7kg […], por conta do uso da água para resfriamento de máquinas, dejetos químicos jogadas na água […], os peixes vivem os mesmos

> impactos que nós [...], mas morrem mais fácil [...]. Marcamos a barragem […] construída em 2015 […]. Ocorreu a enchente no São Fernando [...], atingiu as áreas agrícolas […], ficamos dependentes de uma balsa que nos levanta e atravessa a barragem [...]. Teve a enchente [...], que não foi uma inundação por cheia [...], foi um represamento da água via barragem que avançou por seu limite [...]. Somos 260 pescadores e a empresa reconhece só 60 [...]. Com entrada no ministério público, aumentaram para 209 reconhecidos.
> Mapeamos locais de responsabilidade social (Escola Erich Walter Heine) [...], mapeamos também áreas de agricultura e pesca, pois a empresa não trouxe trabalho para os moradores locais, muito mais para gente de fora, o território historicamente é local de pesca e agricultura [...], mas hoje em dia [...], grande parte da população trabalha na região como prestadores de serviço formais ou informais. (apresentação da cartografia de Santa Cruz, 15/04/2016, grifos meus)

Percebe-se que os lugares de prática pesqueira foram os mais destacados pelos membros do grupo que representou Santa Cruz. Apesar dos impactos se perpetuarem para os outros diferentes grupos, a poluição da água foi um destaque no relato, embora, na maioria das atividades que acompanhei, a questão do ar tenha tido mais protagonismo.

Para representar Piquiá de Baixo, duas jovens foram à frente de seu mapa para explicar os pontos destacados.

> Somos moradoras de Piquiá de Baixo desde quando nascemos (Kelly, Jordânia...) Nosso bairro é tão pequeno, que ao ver a foto só vemos as empresas [...]. Há o Piquiá de Baixo e o Piquiá de Cima [...], nós moramos no Piquiá de Baixo, onde estão as empresas [...]. Ficamos na beira da BR-322 – onde trafegam os caminhões, as gaiolas que trazem madeiras para os fornos das siderúrgicas [...]. Impacto: temos uma empresa no nosso quintal fornecendo todo o tipo de coisa ruim para família [...]. Se estamos na BR esperando um transporte, por 10/15 minutos, ficamos com a roupa preta [...], uma cidade rica com uma administração péssima [...]. No nosso bairro é ainda pior. Vamos lembrar que a siderúrgica chegou e a gente já estava. Os prefeitos são todos corruptos e não se importam com a comunidade. Piquiá é o sustento para o Maranhão, mas de onde vem o sustento [...] não tem NADA, não tem saneamento básico [...], passam veículos de carga pesada [...]. Outro dia, um deles bateu e caiu carga [...], os caminhos dos caminhões são por dentro da comunidade, e eles são imprudentes, tínhamos quebra-molas para reduzir a velocidade e eles tiraram. E eles vão transportando e caindo minério pelas estradas [...], que com a chuva é lavada, com o calor vai para o ar [...]. Eles não têm o menor cuidado com a comunidade. Minério é lavado, a casa da minha irmã alagou [...], e veio água até o joelho [...], água vermelha de tanto minério [...]. Por que vamos fazer alguma coisa aqui se vocês vão sair? (é o que dizem!) Isso já tem mais de 20 anos [...], essas conversas [...]. Coisas boas em Piquiá […] a tranquilidade, não tem violência, confusão [...], o problema mesmo é o impacto da poluição e precisamos sair por conta disso, mesmo contra a nossa vontade! Temos uma quadra de esporte, que nos traz muita diversão [...], temos uma escolinha que vai somente até o fundamental 1, temos um rio que aparentemente era algo bom, mas com os metais pesados que vêm da reserva de pó, contaminaram o rio e ele já não serve mais para ser uma área de lazer [...]. Tem a termoelétrica, fábrica de cimento, Queiroz Galvão, Gusa Nordeste, Viena, Entreposto de Minério, aciaria, Britador (conseguimos fechar), depósito de minério [...]. O Piquiá de Baixo fica como em um vale e o pó do minério vem todo nessa direção [...] e "caí" no vale. E tem uma reserva de pó, dejetos, que parece que é terra firme, mas não é, é uma areia movediça queimante, então se as pessoas afundam, se queimam gravemente, chegando até à morte (como já aconteceu!) [...]. Resfriamento de alto-forno […] vem com dejetos e aumenta muito a temperatura da água do rio e gera o óbito de muitos animais aquáticos. [...] O rio tá se acabando totalmente, um fator para tal, foi duplicação da

> estrada de ferro de Carajás, que duplicou uma ponte que passa no bairro e tiveram que aterrar um pedaço do rio, gerando mais assoreamento [...]. Aciaria – ferro líquido a 1500 graus – vai panela quente e volta nessa temperatura, sendo transportada por caminhões, no meio do bairro, na BR (que atravessa o bairro), por isso, morremos de medo que aconteça um acidente, já houveram vários casos dessas panelas furarem [...], ainda não em Piquiá, mas se acontecer?

Em conexão com o relato das meninas de Piquiá de Baixo, Padre Dário – representante da Justiça nos Trilhos – reforçou a explicação sobre Açailândia. "Piquiá de Baixo ainda está em uma área de Floresta Amazônica, era uma zona de mata virgem. Mas com as empresas, gerou o fim das florestas, e tudo em volta de Piquiá hoje em dia é eucalipto, deserto verde e monocultivo". E prosseguiu, "Outra questão muito determinante é a passagem da ferrovia que vai para o Porto de São Luiz... Estamos na linha que liga a mina com o porto... São trajetos curtos, mas que passam caminhões sem parar". A fala do Padre marcou os últimos acontecimentos do primeiro dia, o dia seguinte seria marcado pela ida de pesquisadores da Fiocruz, para delinear os primeiros passos da Vigilância Popular em Saúde.

1.2.3 Segundo dia – Ciência, sociedade e juventude

As atividades do segundo dia foram abertas com a exibição do filme "Desenhando um sonho – a história de Piquiá de Baixo a partir dos olhares das crianças". Com a apresentação da fase atual – naquele período – do reassentamento do bairro. Em seguida, fez-se uma espécie de resgate de relatórios produzidos pela Fundação Oswaldo Cruz sobre o caso da ThyssenKrupp – Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), transmitindo a linha do tempo sobre o caso. A FIOCRUZ firmou naquele momento uma parceria com PACS e JNT para iniciar um projeto baseado no conceito de ciência cidadã, ou seja, a sociedade produzindo dados científicos.

Na reunião, a Fiocruz foi representada pelo pesquisador Marcos André que fez algumas falas técnicas e ressaltou: "o processo industrial libera uma série de substâncias químicas, tem literatura sobre isso que já dá pra gente ter uma ideia, mas a gente precisa analisar a quantidade, a direção do vento". E acrescentou posteriormente, "a gente tem que ter um olhar crítico aos números, aos cálculos. Por exemplo, às vezes a medida e uma fotografia, naquele momento não calculam os danos à exposição crônica". Ao mesmo tempo, uma moradora reforçava: "a gente vai aos postos e eles não dão os laudos, a gente pode cobrar isso? É nosso direito?"

Gabriel, representante do PACS, incentivava a partir das falas técnicas de Marcos, um certo engajamento dos moradores ali presentes. "A Vigilância popular em saúde significa o empoderamento de vocês, para que possam fazer a vigilância e depois lutar por seus direitos. Ninguém pode chegar aqui e dizer o que vocês devem ou não fazer". Enfatizou, "É importante

que se organizem pra dizer que ajuda vocês precisam. A vigilância popular em saúde pode ser um caminho importante para que se apropriem do território e tenham instrumento para cobrar". Em resposta à moradora, explicou: "sim! Além disso, é possível que a gente monitore a qualidade do ar de Santa Cruz. A pesquisa da PUC (Pontifícia Universidade Católica) que o Marquinhos apresentou falou que a qualidade do ar melhorou. Vocês acham que isso é verdade?"

Era necessário pôr em prática um contradiscurso, algo que mostrasse o contrário da emblemática fala dos gestores e dos responsáveis pela comunicação da empresa, "o ar de Santa Cruz é melhor que o ar do Leblon". Questionava-se nas reuniões: "Se o ar de Santa Cruz é tão bom, por que os donos não moram aqui?" Indignavam-se outros: "Eles mesmos vivem lá na Zona Sul, ou na Alemanha!". Ou eram mais críticos no sentido de perguntar: "Essa empresa não é boa, se fosse boa estava na Alemanha, ela não é alemã? Tem que colocar lá na área deles".

> [...] O que eu estava querendo observar é o seguinte: quem mora aqui sabe que a qualidade do ar não é boa, mas uma coisa é o [morador] levantar aqui e dizer que não é boa, contra o empreendimento, contra o estado. Quem monitora a qualidade do ar aqui é a própria TKCSA. Assim é no Piquiá também. É a raposa tomando conta do próprio galinheiro. Se a gente consegue, nós mesmos, garantir essas provas da poluição, do dano à saúde. Se vocês estiverem dispostos a produzir essas provas, as organizações aqui presentes se dispõem a ajudar vocês, mas a gente pode até abrir caminhos, vocês têm que trilhar (Gabriel, representante do PACS, 16/04/2016).

Enfatizando o papel das organizações em Santa Cruz com o projeto de Vigilância Popular em Saúde, Padre Dário, representando a JNT, juntou-se a Gabriel e explicou que a proposta era criar dois grupos com moradores de Santa Cruz e Piquiá. E que nesse caso, precisaria do "engajamento das comunidades no controle da saúde de seus territórios".

Algumas pessoas comentaram, que havia um certo receio de boa parte dos presentes em relação a quem iria compor o projeto. "Eu acho muito importante, mas tem que ser pessoas que tenham capacidade de operar esses aparelhos", alertou o primeiro; "eu acho que tem que ter muita responsabilidade", ressaltou um segundo morador. "É um compromisso muito sério". Gabriel em resposta aos moradores levou uma solução.

> Tenho uma provocação a fazer, eu acho que a gente poderia aproveitar esse processo e atrair pessoas jovens pra essa luta. É uma dificuldade que a gente tem de renovar e aproximar jovens aqui em Santa cruz, e poderíamos aproveitar esse processo para aproximar esses jovens. Aline e Aliane, o que acham disso? (Gabriel, representante do PACS, 16/04/2016).

Uma das meninas respondeu que tentaria levar alguns de seus amigos para participar e daria um retorno. Por fim, a Fiocruz aceitou produzir um laudo/relatório ambiental com base na Vigilância Popular em Saúde. Em um aspecto prático, as duas localidades precisavam pensar em uma iniciativa para lidar com o problema da poluição, e a contraprova a partir da Vigilância que surgia como uma ferramenta de denúncia interessante e muito bem avaliada por movimentos sociais, no Rio de Janeiro. Desse modo, seria uma prática inédita do ponto de vista dos conflitos ambientais. Antes de retomar o campo e à formação do grupo de jovens, é de suma relevância analisar estas categorias: "coletivo" e "jovens", e, ao mesmo tempo, averiguar a função de um "coletivo de jovens" nas práticas dos movimentos atuais e da política contemporânea.

Não podemos interpretar a ideia do representante do PACS como uma ideia levada espontaneamente, possivelmente a formação de um coletivo de juventudes já havia sido evocada antes mesmo do acontecimento da reunião, porque toda reunião de movimento social, ONG, sindicato ou coletivo é precedida por uma pauta e, por meio desta, que se decide a sequência dos procedimentos e as questões a serem discutidas (COMERFORD, 2002).

Por elas, os organizadores estabelecem uma dosagem entre os momentos de concentração e dispersão. Portanto, a ordem dos acontecimentos, a provocação de uma discussão interna, uma reflexão, a interrupção de uma narrativa destoante são previstas e planejadas pela pauta da reunião. Todo esse processo é delimitado por uma coordenação de reunião que reveza entre si as diversas tarefas atribuídas a esse importante ator nas práticas institucionais de mobilização[19].

Considerando que os espaços de decisões tradicionais vinham contando pouco com a participação de jovens e focando mais em líderes e lideranças predefinidas, tais como partidos, sindicatos e ONGs. Os novos movimentos com presença massiva de jovens e com início dos anos 2000 tiveram um notável crescimento. Principalmente com o advento da internet, que fez emergir distintos grupos mobilizados por jovens que buscam intervir nas políticas

[19] "[...] lança mão de uma série de mecanismos, tais como: controle das etapas (iniciando-as e encerrando-as, além de comentar seu sentido e explicar as "regras" válidas para cada uma); disciplinamento (controle do tempo de fala, do grau de ruído do público, da ordem da fala, da pertinência daquilo que é falado em termos das questões em pauta); animação (aumentar o entusiasmo coletivo nos momentos de canto, oração e dinâmica de grupo, e favorecer o "entrosamento", em tese para facilitar a participação de todos); ordenação espacial (orientar a distribuição dos participantes no espaço e a montagem do "cenário", com a colocação de decorações, cartazes, cartolinas com anotações dos resultados das discussões etc.); relatoria (anotar esquematicamente aquilo que é apresentado e discutido, bem como todas as resoluções, decisões, conclusões, tarefas a serem realizadas, e questões a serem discutidas em outras ocasiões); elaborar documentos que representam o resultado oficial das reuniões, e organizar a infraestrutura (alojamento, limpeza, alimentação, materiais para uso ao longo da reunião) (COMERFORD, 2002, p.155).

institucionais, como associações de cunho liberal que surgiram nas manifestações de julho de 2013: Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR); ou grupos de denúncia, a exemplo, coletivos de favelas: Coletivo Papo Reto (Complexo do Alemão), Coletivo fórum de juventudes (criador do aplicativo de denúncias Nós por Nós), e coletivos de comunicação como a Mídia Ninja.

Gohn (2018) delineia as características da categoria juventude, que são duas: (1) pertencimento a uma dada faixa etária (sobre a qual não há consenso) e (2) relacionada aos aspectos socioeconômicos e culturais determinados pela classe social. "Essas categorias referem-se ao modo como a sociedade constitui e atribui significados à juventude em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, dentro de escalas e hierarquias sociais" (GOHN, 2018, p. 119). A autora comenta que os jovens atualmente podem ser estudados em seus vários papéis sociais: estudantes, políticos, produtores de arte, blogueiros etc.

É com a ascensão das redes sociais que emergem os coletivos e movimentos sociais com grande poder de formação de opinião pública. Segundo Gohn (2018, p. 119) "esses grupos não só decodificam, mas também codificam os problemas e conflitos a partir de temáticas das quais se articulam". Ele explica que os coletivos de jovens, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Esses vivem experiências e experimentações que podem ser tópicas ou mais permanentes, fragmentadas ou mais articuladas.

> Um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias ou não, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais existentes entre os jovens. Eles contestam e renovam práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura. Na atualidade, os jovens aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais, por não se identificarem com sua forma nem com seus métodos de ação, os quais repudiam (GOHN, 2018, p. 120).

Compreender a formação de coletivos de jovens na política contemporânea é o ponto inicial para analisar as práticas do coletivo que estava nascendo naquele ano de 2016, bem como as motivações de cada um de seus membros e o motivo pelo qual o Instituto PACS sugeriu a construção de uma equipe de jovens em Santa Cruz. Dessa forma, "é possível notar a mudança do centro de reivindicações que sai dos pescadores, os primeiros impactados, indo para os moradores, a partir de relações mais horizontais que marcam os coletivos políticos" (ALVES, 2020, p. 84).

1.2.4 Preparativos para a Vigilância Popular em Saúde

Entrei no coletivo primeiramente enquanto pesquisador, mas permiti-me afetar, ou simplesmente já era afetado pelo campo e pela empresa, já que era também um morador, um jovem como o PACS e o Coletivo precisavam, e acabei me tornando um crítico ao empreendimento com o decorrer do tempo em que estive no campo. Analisando meu trabalho monográfico de graduação com o mesmo campo, minha escrita é totalmente militante e pouco imparcial. Tive alguns questionamentos relacionados ao tema, um deles era se "enquanto morador poderia fazer uma pesquisa sobre o conflito que acometia meus familiares e colegas?" Perguntava-me se isso era um problema metodológico para a Antropologia. Hoje sei que a resposta é "Não". Porque compreendo a possibilidade de distanciamento e análise multissituada ao perceber os diferentes pontos de vista dos atores e de deixar bem explícito o meu lugar e minha visão crítica ao começar a escrever.

A indignação com algo pode ser motivação e motivo para uma pesquisa antropológica (NADER, 2020). Da mesma forma, a escolha por etnografar um conflito ambiental representa uma decisão política, na medida em que pode analisar um problema social sob uma perspectiva científica. Além de que, a identificação dos direitos em conflito cumpre a função de ampliar o debate político para incluir direitos culturais ou sociais, ignorados pelo Estado ou por atores hegemônicos (LITTLE, 2006).

Atualmente, enquanto revisito meus materiais para analisá-los, tenho outro olhar sobre o processo, realizo uma nova etnografia, com críticas, inquietações, incômodos e amadurecimentos sobre o que foi visto enquanto acompanhava os processos. A etnografia, segundo Goldman (2003) e Peirano (2014), não é apenas o ato de ir a campo, não é a simples observação participante, é vivenciar o campo, permitir o afeto e o processo de escrita em si, porque, quando praticamos a escrita etnográfica, podemos revisitar os nossos escritos e mudar percepções. Nessas escritas, conseguimos captar e descrever as informações ditas e não ditas pela observação participante, assim como os fatos implícitos, simbólicos e as sutilezas dos atores que passam de forma despercebida no momento da coleta presencial.

Esclarecido esse ponto, retomo o relato da primeira reunião do dia 2 de julho, estopim desta etnografia. Tínhamos, daquele momento em diante, o coletivo formado inicialmente por Flávio Rocha, Aline Marins e Aliane Marins. Portanto, vale apresentar esses personagens, já que a partir daqui eles ganham um protagonismo no trabalho. Começarei pelas irmãs Aline e Aliane, moradoras do Conjunto Guandu, ambas são filhas de um importante pescador e agricultor, morador de longa data e um ator bem importante na crítica.

Aline, naquele período, estava estudando para o vestibular e, atualmente, cursa biologia em uma Universidade Estadual. Aliane, por outro lado, estudava para cursar Engenharia Aeronáutica. Ambas carregam em seus relatos a prática pesqueira do pai e suas identidades com o território.

> A presença da empresa afetou o reconhecimento de Santa Cruz como "o meu lugar", o meu empoderamento, o meu território. Que "eu" como moradora daqui, se eu não lutar por minha região, não vai ter outra pessoa que vai fazer, não vai ser o Estado ou o poder público que vai fazer com que as coisas melhorem. Então, a chegada da empresa mudou isso em mim, mais o empoderamento da região como minha. E aí entra o Coletivo, entra a Vigilância, que foram coisas que eu fiz não só para mim, mas para toda a região (Aline, Coletivo Martha Trindade, 20/05/2019).

Nos dias posteriores ao ponto inicial do coletivo, duas novas jovens juntaram-se ao Coletivo Martha Trindade. Thabata Ribeiro, amiga de infância de Aline e, estudante de dança, coreógrafa e moradora do Conjunto São Fernando e Flávia Mello, professora do ensino fundamental, na época, estudante de geografia e moradora do conjunto Alvorada. Tivemos também a participação de Bianca Wild, uma socióloga moradora de Sepetiba, contratada pelo PACS para acompanhar o coletivo, elaborar relatórios e realizar reuniões conosco em Santa Cruz. Com o coletivo completo, o Instituto PACS marcou algumas oficinas de formação para o coletivo preparar-se para eventuais críticas e denúncias da empresa.

O grupo de jovens que se formou em Santa Cruz ganhou o nome de Coletivo Martha Trindade, em homenagem à moradora e líder negra que morava na região, era auxiliar de enfermagem e denunciava a operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico. Faleceu em 2013 em decorrência de problemas respiratórios que ocasionaram paradas cardíacas. Essa moradora foi a primeira a denunciar e chamar a imprensa para relatar a Chuva de prata em Santa Cruz.

Martha foi uma das centenas de pessoas que mobilizou processos judiciais contra a ThyssenKrupp. No dia 10 de dezembro de 2013 – data de comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos –, recebeu homenagens no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os diversos movimentos sociais rememoraram suas atuações em prol das melhorias da saúde pública no estado do Rio de Janeiro. A cerimônia contou com a presença de familiares que receberam um diploma e flores em homenagem e respeito à história de Dona Martha Trindade[20].

> Sou Martha Trindade, vocês já me conhecem. Eu só vou dizer uma coisa, meus irmãos brasileiros, amigos, lutadores e guerreiros. Não parem de lutar! Se deus deu o país

[20] Veja o relato de Dona Martha em: https://www.youtube.com/watch?v=LvGlIm9naxw – Acesso em: 29/06/2021.

> para nós, o país é nosso. Não esmoreçam! Não tenham medo. Segura na mão de deus e vai em frente, porque nós temos que lutar pelo que é nosso. É um direito que nós temos, porque, quando ele fez o mundo, quando ele deu o Brasil, deu para todos. O Brasil não é privilégio daqueles que têm dinheiro. E outra coisa, alertar que a escravidão acabou. Há muito tempo! Lutem para que, amanhã ou depois, seus filhos possam ter amor a vocês e a esse país. Vamos pensar no presente, vamos olhar o passado, para que tenhamos um futuro muito bom e feliz. E que todos se amem, tenham amor no coração (Martha Trindade, vídeo gravado pelo Instituto PACS, 2013).

1.3 **Início da Vigilância popular em saúde (julho a outubro de 2016)**

1.3.1 Formação de jovens – comunicando-se – Midiativismo como prática de ação coletiva

A primeira oficina foi organizada em agosto de 2016 pelo grupo de comunicação do PACS em parceria com a WITNESS, uma organização que lida com o midiativismo em vídeos de denúncias em situações de conflito, sejam eles em contextos ambientais, como Santa Cruz, ou em cenários de violência policial, como é visto em várias favelas e comunidades do Rio de Janeiro. O objetivo desta oficina era aprendermos, enquanto coletivo jovem, a utilizar o vídeo como denúncia de violações de direitos humanos, de degradação ambiental, entre outras formas de violência. Nesse dia, trabalhou-se com um vídeo de paródia como denúncia à atuação da empresa em Santa Cruz, participaram: eu, Aline, Aliane, Thabata e Flávia (cinco jovens moradores do bairro), Bianca, e os membros da comunicação do PACS e WITNESS.

Posteriormente a esta oficina, no início de setembro eu e Aline (Coletivo) fomos a um estúdio de rádio e TV comunitária na Glória (bairro do Rio de Janeiro), TV Mutirão. Iríamos gravar uma entrevista para membros da WITNESS, que estavam produzindo reportagens no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos megaeventos. Com isso, aproveitaram para realizar uma reportagem sobre o coletivo de Santa Cruz. No mesmo período, o Instituto PACS estava produzindo um material chamado “Rio Olímpico: qual o legado um ano depois dos jogos?", que tratava das diversas intervenções que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro na época dos Megaeventos (Porto Maravilha, privatização do Maracanã, remoção da Vila Autódromo, militarização, entre outros temas) (MENDES, 2017).

O midiativismo – forma de mobilização apresentada anteriormente – é um conceito que surge neste contexto em que a internet se torna palco dos coletivos de atuação contestatória, em que o celular se converte em ferramenta de denúncia e de fazer política. É a fase da política em que os meios de comunicação não são apenas os veículos hegemônicos – rádio, TV, jornal impresso, entre outros –, mas a população e os grupos mobilizados que podem também difundir a informação.

O conceito se tornou popular no Brasil a partir de 2013, com atuações como as da Mídia NINJA e Jornalistas Livres, ao oferecer pontos de vistas alternativos aos das emissoras do país frente às manifestações que ocorreram no Brasil em decorrência do aumento das tarifas de ônibus. “A grande maioria dos grupos que se qualificam como midiativistas assumem e afirmam a sua parcialidade ideológica a favor dos movimentos e mobilizações que reivindicam melhores condições de vida, igualdade social e o fim de uma série de preconceitos” (MACEDO; ROCHA; MARTINS, 2017, p. 94).

Alguns trabalhos como de Fleischman (2006) e Macedo *et al*. (2017) mostram que os movimentos sociais já utilizavam alguns meios digitais para denúncia em seus coletivos antes mesmo da popularização da internet e do surgimento do termo midiativismo. Na década de 1990, movimentos sociais e ativistas políticos já começavam a formar redes e apropriar-se de informações para utilizá-las como ferramenta de ação política. Macedo *et al*. (2017) colocam o movimento zapatista como pioneiro nessa forma de articulação em redes, em 1994, quando ocorreu o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

> A presença dos zapatistas na internet começou a partir da divulgação de seus comunicados em vários idiomas e foi estendida através de listas e grupos de discussão, páginas de apoio à luta indígena (incluindo a luta zapatista) e a análise e documentação dos meios alternativos, que levou parte da opinião pública a tomar conhecimento das mobilizações sem depender dos meios comerciais (MACEDO; ROCHA; MARTINS, 2017, p. 97).

Os autores também trazem o exemplo dos projetos de meio de comunicação em Chiapas (CMP), comunidades mexicanas que tinham o objetivo de dar informação aos moradores locais com ferramentas multimídia que podiam ser utilizadas pelos próprios habitantes. Esses, assim como Fleischman (2006) consideram que o acontecimento mais marcante dos movimentos sociais, no que tange ao uso de ferramentas multimídia em escala global, é o movimento de Seattle em 1999. Nele, mais de 50 mil pessoas de diferentes lugares do mundo manifestaram-se por três dias contra a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). No contexto, a *Indymedia* ficou conhecida como “o movimento dos movimentos” por articular diversas intervenções de mídia, fazer publicações e transmitir ao vivo em seu site oficial, que era o principal veículo de comunicação das manifestações.

Esse foi o estopim para a mídia como forma de denúncia, avançando para contextos como a Primavera Árabe, *#occupywallstreet*, manifestações de 2013, até chegarmos aos dias atuais, com as manifestações em torno das eleições presidenciais estadunidenses, *fake news*,

black lives matter e o contexto da pandemia da covid-19 em que a internet se torna o principal meio de mobilização política.

1.3.2 Aprendendo a medir a qualidade do ar – Formação em Vigilância Popular em Saúde e ambiente no Maranhão

A estratégia de enfrentamento proposta pelo Instituto PACS e Justiça nos Trilhos aos moradores das localidades em abril, a Vigilância Popular em Saúde (PORTO; FINAMORE, 2012) ou Vigilância Popular Ambiental (VPA) (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021) realizada a partir do conceito de monitoramento comunitário em parceria com a FIOCRUZ.

Desse modo, o PACS organizou uma reunião, no dia 2 de outubro de 2016 em Santa Cruz, a fim de definir quem do coletivo de jovens iria ao Maranhão para realizar o curso de como manusear o aparelho de medição da qualidade do ar. Todos do coletivo estavam, e os membros do PACS mostravam-se interessados em saber quais eram nossas expectativas frente à viagem que seria realizada em poucos dias. Sendo assim, registrei alguma das falas para recordar posteriormente como pensavam os jovens do grupo naquela ocasião.

> Vai gerar ganhos porque vamos poder produzir dados nossos, para contrariar a empresa, pois eles produzem os dados sobre a qualidade do ar. E quem vive ali sabe que não vivemos bem. Eu já não aguento mais todos os dias ficar cheio de poeira em casa. (Aline, Coletivo Martha Trindade, 02/10/2016).
> Eu encaro como bem ousada a nossa prática, pois confrontaremos uma multinacional com uma força enorme. E isto será feito com jovens que estão começando agora. Cada um tem uma potencialidade, vejo peças fundamentais no coletivo [...]. (Flávio, Coletivo Martha Trindade, 02/10/2016).

Após a reunião, viajamos para o Maranhão no dia 11 de outubro de 2016, os representantes do PACS nomeavam o evento como “Intercâmbio entre comunidades atingidas pela indústria siderúrgica de Santa Cruz – Rio de Janeiro (RJ) e Piquiá de Baixo – Açailândia (MA)”. Como já descrito, havia acontecido outros intercâmbios desse tipo entre os moradores das duas localidades, uma jovem de Santa Cruz já tinha visitado o Maranhão e algumas pessoas do Maranhão viajaram até Santa Cruz alguns meses antes.

No terceiro intercâmbio, no qual estive presente – junto com Bianca, Flávia, Thabata, Aline, Gabriel (PACS), Marina (PACS), Leandro Carvalho (FIOCRUZ) e Renan Finamore (FIOCRUZ) –, o objetivo foi realizar uma formação técnica e política dos grupos de jovens que formariam, a começar daquela semana, a Vigilância Popular em Saúde e Ambiente. O Intercâmbio contou com a presença de 24 pessoas: jovens de Santa Cruz e Piquiá de Baixo, das equipes do PACS, Rede Justiça nos Trilhos, pesquisadores da Fiocruz e de integrantes do

projeto “Saúde no Piquiá de Baixo”. Essa etapa de formação foi crucial para todo o processo do projeto de Vigilância, foi nele que aprendemos a manusear o aparelho de monitoramento da qualidade do ar.

Algumas anotações durante a viagem – o engajamento do pesquisador no processo

A comunidade do Piquiá de Baixo é um vilarejo situado na parte oeste do Maranhão (MA), fazendo divisa com o estado do Pará (PA). A cidade de Açailândia tem um total estimado de 112 mil habitantes e o bairro de Piquiá de Baixo foi um dos primeiros a ser formado, ainda na década de 1970. Dez anos depois do estabelecimento do bairro, as cerca de 1200 pessoas – 320 famílias – de Piquiá de Baixo passaram a ser vizinhas de cinco siderúrgicas que operam com catorze altos-fornos. Esta foi a localidade em que eu e os outros “turistas” do Rio de Janeiro nos hospedamos e realizamos atividades diárias: reuniões, almoços e jantares, dinâmicas de grupo e aulas sobre manuseamento do aparelho.

Registro aqui uma das minhas anotações de campo com impressões gerais da viagem:

> A viagem ao Maranhão também foi muito positiva para o amadurecimento do nosso coletivo, pois avalio como exemplar a ação dos moradores de Piquiá frente à covardia feita pelas empresas. Exemplar, pois conseguiram o tão sonhado reassentamento que diminuiria os impactos na saúde e no modo de vida da população daquele bairro. A ideia de reassentamento soou como algo muito diferente para mim, lembrou um pouco Santa Cruz no início da instalação da TKCSA, ouvia o tempo todo os boatos e rumores dos moradores da João XXIII sobre a possibilidade de indenização da ThyssenKrupp aos moradores da região. Avalio como um “livramento” de culpa, quando uma empresa remove um local e os moradores para se instalar, acredito que isto apaga e desconsidera a história da localidade e de sua população. Mas no caso de Piquiá, os moradores avaliaram como uma melhor alternativa se afastar do processo siderúrgico que tanto afeta a saúde do bairro (Anotações do caderno de campo, 17/10/2016).

Figura 5 - Jovens moradores de Piquiá de Baixo visualizando as siderúrgicas vizinhas de suas casas.

Fonte: https://www.brasildefato.com.br/

Um dos dias da viagem do Maranhão que considerei como o mais marcante foi a visita realizada a um assentamento sem-terra. Durante o caminho, era perceptível a produção de eucalipto em grande escala nos arredores da rodovia. Essa plantação é comumente utilizada pelos diversos tipos de usinas para fazer carvão vegetal, que é utilizado na fabricação de gusa[21]. Outro ponto que chamou a atenção, é que a Vale S.A. é a principal exploradora dos minérios na região e é proprietária e responsável pelas diversas ferrovias que rasgam todo o território de Açailândia e do corredor dos Carajás (onde se localizava o assentamento).

[21] A gusa é o produto imediato da redução do minério de ferro pelo coque ou carvão e calcário num alto forno. A gusa normalmente contém até 5% de carbono, o que faz com que seja um material quebradiço e sem grande uso direto. Geralmente nos processos industriais, o ferro gusa é considerado como uma liga de ferro e carbono, contendo de 2,11 a 5,00 % de carbono e outros elementos ditos residuais, como silício, manganês, fósforo e enxofre. A gusa é vertida diretamente a partir do cadinho do alto forno para contentores para formar lingotes ou usado diretamente no estado líquido em aciarias ou fundições. Os lingotes são então usados para produzir ferro fundido e aço, ao extrair-se o carbono em excesso (SIDERÚRGICA SETEGUSA, 2018).

Figura 6 - Casa de farinha no Assentamento Francisco Romão - MA.

Fonte: O autor, 2016.

O assentamento visitado foi o Francisco Romão, que se encontra em uma área cedida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), afastada da cidade de Açailândia. Havia duas associações rivais dentro dele por divergências em projetos políticos. O local fica a aproximadamente 70 km do centro de Açailândia. As casas eram modestas e variavam entre madeira e pau a pique, havia poucas moradias de alvenaria, consegui contar umas cinco e, além de tudo, cada uma ficava em seu lote.

Um dos problemas enfrentados por esta população era a presença da estrada de ferro Carajás, pertencente à Vale S.A, que se inicia no Pará (PA) e vai até São Luís (MA), passando por dentro de algumas comunidades do assentamento, bloqueando a atividade desse povoado: causando barulho, vibrações nas estruturas das moradias e às vezes passando no meio do caminho dos moradores, impedindo a circulação deles para trabalhar, estudar ou exercer qualquer outra atividade cotidiana.

Nesse dia, quando chegamos, fomos recebidos como se fosse um evento. “O pessoal veio do Rio de Janeiro!”. Engraçado (para não dizer o contrário) como a imagem do Rio é vendida no país e no mundo, mesmo que a gente tivesse problemas semelhantes: comunidades impactadas por empresas, falta de moradia digna para diversas famílias, desigualdades; ainda assim, o Rio de Janeiro era visto com entusiasmo. Paramos para almoçar e dividimo-nos em grupos pequenos para comer na casa de diferentes famílias do local. Fiquei na casa de um senhor bem simpático, onde serviram uma alface cultivada com produtos naturais, carne sem hormônio e tempero caseiro.

Após o almoço, ocorreu uma situação que me chamou a atenção. Tivemos uma reunião na escola do assentamento, onde os representantes da JNT queriam que nós, jovens do Rio de Janeiro, falássemos do nosso processo de “luta e resistência” para a juventude que residia na localidade. Havia uma preocupação da organização e das lideranças locais com os jovens da localidade, que estavam crescendo e almejando sair do assentamento para ir trabalhar na cidade, visto que os garotos entendiam esta como uma forma de ascensão social.

Na época questionei: “qual o problema disso? Não é melhor ir? Talvez lá tenha mais empregabilidade! Se aqui está ruim, é melhor ir para a cidade!” Fui convencido que não, que a cidade não oferecia as melhores oportunidades, que era melhor que eles continuassem trabalhando com o cultivo de terras, com o legado dos movimentos sem-terra daquela região. Era necessário haver ainda engajamento.

Atualmente, por um lado analiso de maneira crítica o que ocorreu ali, como estratégia de movimento social para perpetuar sua influência sobre a juventude. Por outro lado, compreendia que era preciso que as novas gerações fossem engajadas, em razão da necessidade de pessoas para sucedê-los no cuidado à terra – jovens são a continuidade da luta e isso pode ser percebido tanto no Maranhão quanto no Rio de Janeiro por meio do Coletivo Martha. Desta forma, alguns membros da Justiça nos Trilhos, que era a organização responsável pelo trabalho de mobilização no Francisco Romão, tentavam convencer os jovens a permanecer e representar o território na “luta”, utilizando-nos como exemplo.

Também compreendo que há uma influência da lógica ocidental sobre o pensamento dos jovens locais, de modo que há uma construção de que a economia urbana, industrializada, *hightech* é superior à economia agrícola, rural e camponesa. Essa lógica é projetada no mundo moderno desde a revolução industrial, reforçada pelo capitalismo, que hierarquiza e cria a dicotomia entre urbano e rural. Nesse sentido, não faria mesmo sentido sair do cultivo da terra para fazer parte do proletariado urbano, vendendo sua mão de obra em troca de um salário que pouco daria para o sustento familiar.

Poderíamos associar a prática dos agricultores e ONGs locais ao exercício de um “Poder Tutelar”? Percebendo que há uma intervenção pedagógica que atua sobre espaços geográficos, sociais e simbólicos, rumo à capacidade de autocondução moral e política plena como integrantes de uma comunidade política. Por meio dessa forma de poder, as organizações políticas produzem, transmitem e reproduzem, por intermédio de seus quadros administrativos, internamente especializadas quanto ao conhecimento destinado à gestão de espaços e populações (SOUZA LIMA, 2002).

Com essa suposição, identifiquei a atuação da Justiça nos Trilhos como muito parecida com a forma de operar do PACS, entendendo que as duas instituições, bem como as suas práticas, possuem sua gênese na igreja católica e nos movimentos eclesiásticos de base. Ambas mobilizam o que Souza Lima (2002) denomina como “Saberes de gestão” que são utilizados para descobrir, disseminar informações, submeter, definir, classificar, hierarquizar, aglutinar e localizar povos conquistados e os espaços por eles habitados.

Partindo desses saberes de gestão, o autor destaca quatro tipos de tradições de conhecimento no caso brasileiro. A tradição sertanista, a tradição missionária, a tradição mercantilista e a tradição escravista. A que está muito presente nesse trabalho e na prática destas organizações é a tradição missionária, porque é dotada de saberes, práticas e técnicas específicas para o exercício do poder tutelar.

Além disso, a tradição missionária tem na Igreja Católica seu ponto de dispersão e, no cristianismo em geral, sua referência básica através do dispositivo da conversão e das técnicas de pastorado (SOUZA LIMA, 2002). Essa tradição parte do pressuposto de que se deve entender os povos para explicar e impor os modos de ser e agir, bem como a visão de mundo do conquistador – que está incorporada em valores, disposições para a ação, em modos de percepção e interação, disposições corporais, formas de sentir e expressar-se. Essas técnicas são objetivadas em crenças disseminadas e submetidas a dispositivos de controle social, códigos e narrativas que passam a constituir “a história dos que nela se reconhecem”.

No que tange a esse tipo de tradição, Souza Lima (2002) é muito específico em seu tópico “Formação de estado e colonização interna no Brasil”, remetendo logo ao que podemos trazer às organizações aqui trabalhadas como exemplo. “A estratégia de representar-se como ‘comunidade’, isto é, de reconhecer-se e fazer-se reconhecer como ‘a’ comunidade ‘X’ ou ‘Y’, é, em parte, devedora da presença dos segmentos da Igreja relacionados à Teologia da Libertação, na Organização das chamadas ‘Igrejas Eclesiais de Base’” (SOUZA LIMA, 2002, p. 173).

Muitas ONGs e movimentos sociais que ganharam força após a redemocratização do Brasil carregaram consigo diversos elementos das práticas pastorais do catolicismo, principalmente com o chamado Cristianismo da Libertação. O Instituto PACS, assim como a Justiça nos Trilhos, utiliza-se a todo momento de símbolos e ritos religiosos a fim de fortalecer a luta política. Esta prática é bem exemplificada por Christine Chaves (2000). No referido trabalho, a autora descreve a marcha nacional dos sem-terra, apresentando o movimento, bem como todas as suas práticas de mobilização política.

Vale refletirmos sobre o referido Cristianismo da Libertação (ou Teologia da Libertação)[22], fenômeno político relevante que se desenvolveu na América Latina durante a segunda metade do século XX, mais especificamente a partir de 1970. Podemos dizer que fez parte de uma reformulação na postura da Igreja Católica e da expressão de um vasto movimento social que contou com a participação de setores importantes do catolicismo, movimentos religiosos laicos, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Case (CEBs), entre outros (LÖWI, 2016).

Löwi (2016) descreve que esse fenômeno político possui como motor as dimensões moral e religiosa que são essenciais para a motivação de milhares de ativistas cristãos que atuam nas mais distintas frentes revolucionárias. Além disso, compreendem que "os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé" (LÖWI, 2016, p. 75). O autor alerta que a Teologia da Libertação não é um discurso social e político e sim, antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual e que os pobres são os agentes de sua própria libertação e sujeitos de sua própria história – e não simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja, objeto da atenção caridosa.

Por que ocorreu esse fenômeno dentro da Igreja Católica? Segundo Löwi (2016), há argumentos que indicam uma crise financeira e que a instituição desejava renovar sua influência frente à ascensão de outros movimentos religiosos e políticos, como os movimentos de esquerda. Desse jeito, a elite da Igreja viu que o novo caminho seria conquistar as populações mais pobres. Por outro lado, ressalta que alguns outros sociólogos defendem a ideia de que "o povo tomou conta das instituições e converteu-a e fez com que ela agisse em seus interesses" (LÖWI, 2016, p. 83).

---

[22] Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como "Teologia da Libertação", porém, como movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de "Igreja dos Pobres", mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição (LÖWI, 2016, p. 74).

Em uma terceira via, o autor argumenta que havia uma convergência de mudanças internas e externas à Igreja que ocorreram ainda na década de 1950. Internamente, podemos destacar as mudanças teológicas em alguns países europeus, principalmente na Alemanha e na França, onde novas formas de cristianismo social surgiram e abriram-se às preocupações da Filosofia moderna e das Ciências Sociais. Externamente, havia a industrialização da América Latina, fenômeno que causou o subdesenvolvimento e uma proletarização expressiva, e a Revolução Cubana, abrindo um novo período histórico no continente, que fez emergir movimentos guerrilheiros, novos movimentos sociais, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político.

Outro aspecto crucial para compreendermos a influência da Teologia da Libertação na América Latina é analisar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – já mencionadas aqui. "A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria existência de vida" (LÖWI, 2016, p. 95). Com o passar dos anos as discussões e atividades das CEBs se expandiram para as tarefas sociais: luta por moradia, eletricidade, esgoto ou água nos bairros e lutas por terra no campo. Contribuindo substancialmente para o surgimento de diversos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais no Brasil.

O Movimento dos trabalhadores Rurais sem-terra (MST) – importante movimento social brasileiro – surge no mesmo período das ONGs aqui mencionadas, que possuem origens semelhantes ao movimento na Igreja Católica. O MST, especificamente, nasce com a Comissão Pastoral da Terra[23], partindo do princípio de que "a terra é um dom de Deus para todos" (CHAVES, 2000), além de ter a contribuição das CEBs em seu desenvolvimento[24]. A justiça nos trilhos, por sua vez, é organizada pelos missionários Combonianos[25], que seguem os princípios "os povos, os pobres, o exterior (periferia) e por toda a vida", em uma lógica de apoio aos mais necessitados[26]. A JNT surge como apoio às comunidades impactadas pela estrada de

---

[23] [...] a relação entre MST e Igreja funda-se no fato de que "há uma raiz religiosa profunda no MST. A luta pela terra é a luta por um bem que é essencial à vida, como o ar e a água. A terra, com toda a sua beleza, é um dom de Deus e a luta para que a terra seja de todos, a luta do MST, é marcada pela presença de Deus, é dotada de uma espiritualidade profunda" (CHAVES, 2000, p. 61).

[24] [...] várias das lutas importantes pela democracia e pela emancipação social na América Latina nos últimos trinta e cinco anos só foram possíveis graças à contribuição das CEBs e do cristianismo de libertação (LÖWI, 2016, p. 98).

[25] Veja mais em: https://www.oeco.org.br/reportagens/28463-o-padre-que-se-engajou-na-causa-ambiental/

[26] O último grupo periférico que definitivamente contribuiu para o surgimento do Cristianismo da Libertação é o de padres e religiosos estrangeiros, principalmente vindos da Espanha, da França e da América do Norte. Metade dos oitenta padres que publicaram uma declaração em abril de 1971, no Chile, endossando a transição para o socialismo, por exemplo, eram estrangeiros; fenômeno semelhante pode ser encontrado na América Central. Uma

ferro dos carajás, administrada pela Vale S.A.; em articulação com universidades, ONGs, movimentos sociais e ambientalistas, integra a rede brasileira de justiça ambiental (RBJA).

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) também tem sua inspiração nas práticas do Cristianismo da Libertação e a luta pela terra pode ser percebida no trabalho da entidade. Dado que os contextos acompanhados por eles giram em torno de um território em que há luta pelos bens comuns: há um forte apelo pela soberania territorial, pelas práticas alimentares tradicionais, pela economia popular, pela emancipação das populações não hegemônicas. O Instituto chegou a assessorar o MST em determinado período da década de 1980, segundo entrevista de Marcos Arruda em um material elaborado pelo PACS em comemoração aos seus 30 anos em 2016[27]. Houve expressiva parceria da Instituição com organizações de origem católica, visto que a própria Igreja os contratou para oferecer assessoria à alguns movimentos sociais.

> Eu vinha de uma família conservadora que tinha membros das forças armadas e, desde cedo, eu ouvia o discurso anti-Getúlio, anti-sindicalismo, anti-Jango, anti-tudo o que tinha a ver com o povo. Na frente da minha casa, estava o Morro de Santa Marta, dá para vê-lo daqui de casa. Cresci ali defronte, na Rua Sorocaba. As empregadas lá de casa vinham dali. A favela ainda era pequena. Eu nunca questionei por que elas moravam ali e por que eram pobres e tinham que trabalhar para nós.
> Quando fui pra faculdade, fui com a convicção de que o comunismo era terrível, cortava a liberdade, acabava com os direitos das pessoas. Era preciso impedir que ele vire governo, a todo custo, elegendo candidatos da direita: Eduardo Gomes, Jânio... Na minha primeira eleição, votei no Jânio. Foi a primeira e a última! Desde então, nunca mais votei na direita. Eu estava na faculdade e entrei para a JUC, Juventude Universitária Católica. A JUC foi uma grande influência para eu entender criticamente o mundo. Colegas da minha turma vinham do Colégio Pedro II, com uma cabeça muito aberta e foram, pouco a pouco, pacientemente, conversando comigo sobre o outro lado do mundo, a visão histórica do mundo, que a pobreza nasceu por uma ordem social determinada, feita pelo capital e por aí foi... (Marcos Arruda, Fundador do Instituto PACS, entrevista concedida ao evento de 30 anos do PACS, 2016).

Devo registrar aqui que até mesmo minha ideia sobre religião se alterou durante a elaboração da presente pesquisa. Antes compreendia a religião apenas como uma instituição alienante que serve somente para dominação ou para acalentar o coração com base na fé ou para servir como refúgio e servir como sentido da existência humana na face da Terra. Com as reflexões desta dissertação, pude enxergar que a religião tem seus tentáculos enraizados em distintas práticas das culturas ocidentais e não ocidentais. No caso do cristianismo, percebemos

---

possível explicação é o auto recrutamento seletivo: padres e religiosos disponíveis para missões em países latino-americanos provavelmente representavam um setor da Igreja que é particularmente sensível aos problemas da pobreza e do Terceiro Mundo (LÖWI, 2016, p. 88).

[27] Veja mais em: http://30anos.pacs.org.br/marcos-arruda/ - Acesso em: 02 de jul. de 2021.

em nossa moral, na política, em nosso calendário, em suma, na maioria, arriscaria, em todas as relações sociais[28]. Como sugere Michael Löwi (2016), devemos nos afastar da ideia de que a religião é o ópio do povo, e devemos passar a compreender que é uma "realidade social e histórica [...] como uma das muitas formas de ideologia – ou seja, das produções espirituais de um povo, da produção de ideias, de representações e consciência, necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes" (LÖWI, 2016, p. 9).

Considerando a influência religiosa, a fé constitui uma peça importante para o funcionamento destas organizações. Além disso, cabe atentar que, mesmo que os membros das organizações utilizem os saberes de gestão e partam dessas tradições ao trabalhar nas ONGs, não significa que as relações entre ONGs e territórios seja apenas de intervenção política. Acredito que há uma real construção de afeto e comprometimento, da mesma forma, consigo observar que pode haver um olhar crítico por parte dos membros das ONGs que acabam por reproduzir a lógica construída historicamente nas organizações. Afinal, trabalhar para uma empresa, atuar em um movimento social, fazer parte de um partido político ou qualquer organização não significa concordar com todos os valores e práticas do grupo do qual se faz parte.

Desta maneira, não quero colocar as ONGs apenas como tuteladoras ou apenas praticantes de demandas impostas por agendas, acredito que há um comprometimento sério com as causas das populações acompanhadas. Observo que há um misto de ideias e práticas, nada é totalmente homogêneo, não há só crítica, há um jogo de negociações de interesses que não significam somente bem e mal, não somente ritualizações pré-elaboradas, mas sim, ritualizações que são incorporadas e naturalizadas por todos os atores do campo. "[...] por serem 'naturalizadas' não são propriamente 'intencionais' e nem sempre são pensadas como 'eficazes', mas cuja eficácia não prevista é condição para a eficácia (ou não) das estratégias intencionais dos agentes" (COMERFORD, 1999, p. 16).

Portanto, entendo que estranhamento, desnaturalização ou relativização só é possível em função da posição ambígua e às vezes desconfortável que o pesquisador assume enquanto participa (COMERFORD, 1999). Essa prática aconteceu a todo momento em que etnografei (observação, escrita e diálogo com a teoria), refletindo sobre os termos naturalizados,

[28] Max Weber (2004) trouxe relevantes contribuições sobre a influência da vertente protestante para o capitalismo moderno. Visto que a ascensão do protestantismo rompia com a lógica católica que abominava o acúmulo de capital e o trabalho, assim, criou-se um novo ethos protestante que tornava o trabalho um dever divino e algo que dignifica o homem. Criava-se uma nova racionalidade no plano da técnica e da economia, assim como a vocação para ganhar dinheiro.

“surfando” entre o papel social de pesquisador, militante e afetado: tentando, mesmo que seja difícil fugir das categorizações que surgem no campo dos conflitos ambientais.

1.4 Mãos à obra – Vigilância Popular em Saúde e ambiente – A etnografia da produção de dados técnicos (novembro de 2016 a julho de 2017)

Dada uma breve caracterização teórica das ONGs, retomamos o debate da formação em Açailândia. Nos dias posteriores focamos nas oficinas de preparação em Vigilância Popular Ambiental. A partir dela, compreendemos que a produção siderúrgica é responsável por diversas emissões atmosféricas, poluentes como benzeno, material particulado (MP) e óxido de enxofre, alguns dos responsáveis por causar doenças respiratórias, dermatológicas e até mesmo câncer (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021). Nesse caso, o foco do grupo de jovens foi de aprofundar-se nos efeitos do material micro particulado, principalmente o de 2,5 micrômetros – µm ($MP_{2,5}$) – partículas finas e inaláveis.

Em 2012, a Fundação Oswaldo Cruz já havia realizado um estudo por meio do monitoramento de ar feito pelo INEA, e nele havia constatado um aumento de mais de 1000% de ferro (Fe) no ar em relação aos teores encontrados antes das atividades siderúrgicas (DAMAS, 2018). Além disso, o fenômeno da chuva de prata apresentou outros elementos na composição, como o silício (Si), enxofre (S), manganês (Mn) e magnésio (Mg).

> O estudo aponta também para os sintomas provocados pela inalação desse material particulado, dentre eles: febre, gosto metálico, tosse, fraqueza, dores musculares, irritação na pele e nos olhos, ulceração e anormalidades na córnea como descoloração. Só em relação ao manganês, quando em excesso no organismo pode causar efeitos tóxicos diversos, sendo os mais preocupantes a nível do sistema nervoso central (DAMAS, 2018, p. 119).

Vale destacar que a noção de vigilância popular proposta, inspirou-se em princípios e práticas de pesquisa participativa adotadas no campo da saúde coletiva, tais como: pesquisa-ação[29], epidemiologia popular[30] e pesquisa participativa de base comunitária[31] (CARVALHO;

---

[29] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema (THIOLLENT, 1986, p. 14).
estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo

[30] A epidemiologia popular refere-se não somente a um processo de participação popular no que se concebe tradicionalmente como epidemiologia. A epidemiologia popular também dá ênfase a fatores sociais estruturais, interage com movimentos sociais e coloca desafios a certos pressupostos da epidemiologia clássica (PORTO; FINAMORE, 2012, p. 1499).

[31] É uma metodologia que tem como objetivo o diálogo entre a comunidade científica e a comunidade estudada [...], é um tipo de investigação que requer o seu desenvolvimento realizado em conjunto com a comunidade durante todo o processo, sendo essa, participante ativa (ALMEIDA; MACHADO; MACHADO, 2012, p. 123)

ROCHA; FINAMORE, 2021). Percebi a todo momento em campo que o discurso e a retórica da saúde estavam presentes, pois as denúncias de problemas dermatológicos e respiratórios eram constantes nas falas dos moradores de Santa Cruz e Piquiá de Baixo.

A oficina teve o objetivo de "envolver" e "sensibilizar" os jovens dos coletivos quanto à importância das ações propostas na realidade das duas regiões. Assim, aprendemos a manusear o equipamento monitor de qualidade de ar da marca Dylos, modelo DC 1700 (Dylos *Corporation*, CA/EUA), havendo duas unidades, uma que ficou com o grupo de Santa Cruz e outra que ficou com o coletivo de Piquiá. O aparelho foi comprado com recursos captados pelo Instituto PACS e a escolha do modelo ocorreu pelo baixo custo e por seu fácil manuseio (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021).

Figura 7 - Aparelho de aferição atmosférica Dylos

Fonte: DylosCorp on Youtube

Utilizou-se microgramma por metros cúbicos (µg/m^3) para fazer referir-se à concentração de MP no ar, valor que era convertido à *posteriori* em partículas por volume de ar (contagem) para massa por volume de ar (concentração)[32]. O Instituto PACS deixou um caderno com linhas e colunas para que os dados fossem registrados ali, mas que ao fim de cada

[32] Para conferir os dados obtidos com o equipamento Dylos, foram realizados testes comparativos com outro equipamento monitor de MP, o *Optical Particle Sizer Spectrometer*, modelo 3330 (*TSI Incorporated*, MN/USA). Este equipamento é um modelo de monitor de partículas mais sensível e robusto, usado normalmente em pesquisas de avaliação quantitativa de MP no ar (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021, p.3638).

semana de medição, deveríamos transferir para uma planilha do programa Microsoft Excel e converter os valores para a unidade de medida final.

Foram realizadas duas campanhas de aferição atmosférica, visto que, no decorrer do processo, percebemos que apenas os resultados da primeira amostra não seriam representativos, considerando que novembro, dezembro e janeiro foram meses chuvosos no Rio de Janeiro. A primeira etapa foi realizada simultaneamente no Rio de Janeiro e no Maranhão.

A segunda etapa ocorreu no Maranhão, de março até maio de 2017. Enquanto em Santa Cruz, a nova etapa aconteceu em maio, junho e julho de 2017, com a entrada de duas novas integrantes ao Coletivo: Jamilly e Wanessa, ambas moradoras do Conjunto São Fernando e afetadas pelas enchentes do início da operação da CSA. Jamilly, estudante de Ciências Sociais da UERJ, chegou ao coletivo após meu convite, falei da pesquisa e das medições que estavam acontecendo, ela achou interessante e compareceu em uma das reuniões do Coletivo Martha Trindade. Wanessa, na época, estudante de física da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, hoje formada, estudou comigo no Ensino Médio e sempre observava seu engajamento em causas sociais, até que recebeu o meu convite para participar das reuniões do coletivo e para conhecer a Vigilância Popular em Saúde, desde então permanece atuando de forma efetiva.

Na transição de uma etapa para outra, tivemos a saída de Flávia do coletivo, ela precisou dedicar-se a projetos pessoais e, por isso, não pôde continuar. Ao fim das duas etapas da Vigilância, comparamos os dados da segunda etapa com os da primeira, a partir disso, percebemos que todos os resultados em Santa Cruz foram superiores nos três meses do segundo período de aferições.

Antes de tratar dos resultados desse processo, é válido narrar como foram divididas e realizadas as tarefas em Santa Cruz. Considerando que a semana tem 7 dias, nossa estratégia enquanto coletivo era realizar no mínimo quatro medições por semana, revezando entre os períodos do dia: manhã (6h às 12h), tarde (12h às 18h), noite (18h à 0h) e madrugada: (0h às 6h). O dispositivo registrava a média dos valores por: minuto, hora e dia. Sendo assim, optamos por trabalhar com a média de cada uma das 6 horas e registramos os 6 (seis) valores na planilha final.

Havia também as aferições de 24 horas (registrando doze médias de resultados por hora), que deveria ser feita pelo menos uma vez na semana para abranger as variações diárias de emissões. Deve-se deixar claro que, nas aferições, não era necessário que o realizador ficasse próximo ao aparelho, bastava deixá-lo ligado no horário inicial e organizar-se para desligá-lo no horário final (geralmente era utilizado um despertador para lembrá-lo de tal tarefa).

No registro final, eram assinalados os itens: temperatura (em graus Celsius), coordenadas (foi utilizado um aplicativo de celular que nos dava a coordenada exata), tempo (chuvoso, nublado, ensolarado), local (onde o aparelho estava), tipo de medição (outdoor: local externo; ou, indoor: local interno), direção do vento (indicada por aplicativo de *smartphone*), e havia um espaço para observações (registrar qualquer problema no aparelho após ou durante a aferição).

Figura 8 - pontos de coleta da Vigilância Popular em Saúde - Santa Cruz - Rio de Janeiro, RJ –

Fonte: O autor, 2017.

Quanto aos locais, os pontos de coleta variaram entre 7 partes diferentes da Avenida João XXIII em Santa Cruz, como mostra a *Figura 8*: um local próximo à portaria 2 da siderúrgica, algumas posições distribuídas no Conjunto Alvorada/Novo Mundo, outros ordenados no Conjunto São Fernando e o último no Conjunto Guandu. O revezamento do aparelho tinha uma ordem predefinida a partir das disponibilidades dos membros do coletivo e de acordo com a localidade que faltava para cumprir as demandas estratégicas da aferição, ou seja, tentávamos ao máximo não repetir os locais na mesma semana.

Ao fim do processo de Vigilância Popular em Saúde ou Vigilância Popular Ambiental (VPA), quando eu já era estagiário do PACS (será detalhado no próximo capítulo), em setembro de 2017, foi gerado um relatório[33] junto aos técnicos da Fiocruz que acompanharam todo o trabalho. O relatório contou com a minha participação, do Instituto PACS e da Justiça nos

[33] Relatório final: Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em áreas próximas de Complexos Siderúrgicos; Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2017/09/Relat%C3%B3rio-Final-Final.pdf

Trilhos. O relatório apontava a média dos resultados de cada um dos meses de campanha em Santa Cruz (Tabela 1) e Piquiá de Baixo (Tabela 2).

Tabela 1 - Resultado das Campanhas de Vigilância Popular em Saúde em Santa Cruz – Rio de Janeiro – RJ.

Média de concentração de $MP_{2,5}$ ($\mu g/m^3$)	Novembro	Dezembro	Janeiro
1ª campanha	15,03	17,56	10,08
	Maio	Junho	Julho
2ª campanha	30,21	30,81	34,01

Fonte: Relatório final da Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em áreas próximas de Complexos Siderúrgicos.

Tabela 2 - Resultado das Campanhas de Vigilância Popular em Saúde em Piquiá de Baixo – Açailândia – MA.

Média de concentração de $MP_{2,5}$ ($\mu g/m^3$)	Novembro	Dezembro	Janeiro
1ª campanha	32,22	18,38	16,26
	Março	Abril	Maio
2ª campanha	15,96	18,17	22,27

Fonte: Relatório final da Vigilância Popular em Saúde e Ambiente em áreas próximas de Complexos Siderúrgicos.

Os valores apresentados nas tabelas acima não falam por si, portanto, é preciso considerar que as médias mensais foram registradas em microgramas por metros cúbicos (concentração) e as medições foram realizadas nos quatro períodos do dia (manhã, tarde, noite e madrugada). Dessa maneira, nos baseamos em padrões permitidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que recomenda um valor anual de 10 $\mu g/m^3$ e um limite diário de 25 $\mu g/m^3$ (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021).

Neste trabalho, optei por não trazer os valores diários das duas localidades, mas podem ser facilmente acessados de maneira detalhada no relatório final produzido no projeto, mas vale dizer que, em ambos os locais, na maioria das médias diárias, o valor ultrapassou o limite permitido pela OMS.

Ao analisarmos os valores mensais, apresentados nas tabelas acima, percebemos sem muito esforço que em todos os meses as médias ultrapassaram os números permitidos pela OMS. Em Santa Cruz, notou-se um expressivo aumento nos resultados da segunda campanha em relação à primeira. Consideramos como hipótese que os meses de novembro, dezembro (mantiveram-se na média) e janeiro foram mais secos, pouca chuva (a média diária só foi ultrapassada duas vezes na primeira etapa). No entanto, as médias da segunda campanha chamaram a atenção, uma vez que não foram apenas mais altas que a primeira, mas foram três

vezes maiores que os permitidos pela OMS, além de os limites diários terem sido ultrapassados em vários dias.

Em Piquiá de Baixo, notou-se que nas duas campanhas os valores foram elevados, contudo, diferente de Santa Cruz, os resultados diminuíram na segunda campanha se comparados à primeira, com exceção do mês de maio, que teve o valor duas vezes maior que a média permitida pela OMS. É relevante compreender que, em ambas as localidades, ocorreu uma diminuição de concentração no mês de janeiro, ou seja, os resultados reduziram e isso pode ser atribuído ao fato de ser um mês mais chuvoso, o que precipita a poluição em suspensão no ar, o chamado efeito *wash-out* (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021), pois essas duas regiões são chuvosas durante o verão.

> As médias obtidas pelas atividades de MAC das duas localidades foram comparadas com os valores limites recomendados pela OMS para qualidade do ar, que são os mesmos valores usados pela Resolução CONAMA nº 491 de 2018, para os padrões finais de qualidade do ar, adotados na legislação brasileira nos dias de hoje, mostrando a atualidade e importância dos limites recomendados pela OMS. Para verificar a exatidão dos dados obtidos com o equipamento Dylos, foram feitos testes de coleta de ar usando paralelamente o monitor de ar TSI modelo 3330. As coletas com os dois equipamentos foram executadas em ambientes *indoor* e *outdoor*, ao mesmo tempo, nas mesmas condições, e os dados obtidos foram comparados. Em geral, os dados obtidos pelo equipamento TSI eram levemente maiores que os mesmos dados de coleta do Dylos. Essa observação era esperada, uma vez que o equipamento da TSI é um monitor de ar mais sensível e exato. Mesmo diferentes, os valores eram bem próximos, em termos de concentração. Isso mostra que os resultados obtidos pelo equipamento Dylos são confiáveis para este tipo de monitoramento (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021, p. 3640).

Por fim, é necessário considerar os dados oficiais produzidos pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), que possui diversas estações semiautomáticas de monitoramento ambiental, espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro. No artigo que foi produzido a partir do relatório da Vigilância Popular em saúde há uma importante observação sobre os dados oficiais:

> O monitoramento de $MP_{2,5}$ no Rio de Janeiro contou com 17 estações semiautomáticas em 2015, sendo duas delas em Santa Cruz, uma no conjunto Alvorada e outra na região da avenida João XXIII, mesmas regiões de nosso estudo. Segundo o relatório, sobre os resultados do monitoramento de $MP_{2,5}$ em 2015, algumas estações apresentaram violações, caso fossem adotados os valores utilizados como os padrões diário e anual da Agência de Proteção Ambiental dos EUA – EPA (35 µg/m^3 e 12 µg/m^3, respectivamente). De acordo com os dados apresentados, observa-se valores elevados em Santa Cruz: no padrão diário, o conjunto Alvorada ultrapassou o limite de 35 (excedeu o limite da OMS de 25), e o ponto João XXIII apresentou média 25 (no limite da OMS). Já para o padrão anual, ambas localidades ficaram abaixo do padrão da EPA, porém a média obtida foi 10 µg/m^3, exatamente o limite máximo do padrão da OMS que temos discutido neste artigo (CARVALHO; ROCHA; FINAMORE, 2021, p. 3641).

A Vigilância Popular em Saúde, bem como a formação do Coletivo Martha Trindade em Santa Cruz, teve outros desdobramentos além das campanhas de medição da qualidade do ar, com o relatório pronto e com o processo de medição da qualidade do ar sendo divulgado em espaços acadêmicos, grupos de militância política, meios de comunicação e partidos políticos. Isso terá que ser detalhado posteriormente, dado que é necessário entender o papel do Instituto PACS e das organizações da sociedade civil nesse processo de formação de coletivos, de militância política, seu histórico e seu lugar no caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA).

2 DESDOBRAMENTOS DA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE: PROTAGONISMO JOVEM NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E NOVOS INTERCÂMBIOS DE CONFLITOS SEMELHANTES

2.1 O Instituto PACS enquanto ator do conflito – O papel das organizações não governamentais nos conflitos ambientais (julho a dezembro de 2017)

Após entrar no campo, acompanhar as reuniões de moradores e atuar na Vigilância Popular em saúde, fui contratado pelo Instituto PACS como estagiário. As atividades previstas em meu contrato eram: participar e contribuir na organização da segunda etapa das aferições em Santa Cruz, por conseguinte, construir um texto narrativo sobre o projeto; programar, organizar e executar junto a equipe do PACS responsável os desdobramentos, retornos e ações do processo de medição da qualidade do ar realizado na Zona Oeste. Basicamente iria fazer o papel exercido anteriormente por Bianca Wild, que estava de saída do projeto. No tempo em que estive por lá, na sede do Instituto, localizada no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, tive o cuidado de observar a dinâmica da instituição.

2.1.1 Organização interna da instituição – etnografia enquanto estagiário

Percebi que a equipe de funcionários (colaboradores) variava entre 12 (doze) a 15 (quinze) membros; era composta, naquela época, por um coletivo de gestão com três pessoas: Sandra Quintela (Economista e Coordenadora geral, responsável pelo projeto que tratava de economia, debates sobre a dívida externa e o mercado), Gabriel Strautman (Economista e mestre em Planejamento Urbano e Regional – Coordenador adjunto, encarregado do projeto que criticava as siderúrgicas e grandes projetos de desenvolvimento industrial) e Joana

Emmerick (Internacionalista e mestre em Ciências Sociais, coordenadora adjunta, dirigente dos projetos de mulheres e educação popular).

Havia ainda os colaboradores externos – pesquisadores de universidades que eram próximos da instituição e debatiam temas semelhantes aos trabalhados pelo Instituto PACS, e antigos funcionários que contribuíram pontualmente em atividades bem específicas de alguns projetos. O Instituto também contava com: um responsável pela comunicação da instituição; uma coordenadora do financeiro e dois técnicos responsáveis pelos recursos humanos e pelo jurídico; educadoras populares que variavam um pouco suas tarefas entre os três projetos principais e três estagiários (cada um ligado a um eixo temático do PACS). Os eixos temáticos eram:

a) Crítica a grandes projetos de desenvolvimento e as alternativas desde os territórios;
b) Mulheres, economia e a luta pelo comum; e
c) Arquiteturas financeiras: construções em disputa.

Em um dos dias de trabalho, resolvi conversar com Sandra Quintela para saber um pouco sobre a atuação do PACS, uma instituição que rejeita a característica de ONG (Organização Não Governamental), prefere o termo "Organização da Sociedade Civil". Meu objetivo, nesse caso, era saber então o objetivo do Instituto e compreender como ele chegou até Santa Cruz. Vale ressaltar que as entrevistas a seguir foram realizadas por mim:

> Nosso objetivo é discutir a questão do modelo de desenvolvimento capitalista a partir de um ponto de vista crítico e do ponto de vista alternativo. Então, temos uma reflexão sobre esse modelo econômico, não só criticando, mas também construindo a possibilidade de alternativas: pela economia solidária, pela agroecologia, agricultura urbana, no papel das mulheres jovens nessa construção do novo. E na crítica no papel da dívida, o papel dos bancos, o papel das grandes empresas multinacionais, a privatização etc. Colocar esse conhecimento a serviço dos movimentos sociais e da sociedade como um todo (Sandra Quintela, Coordenadora Geral do PACS, 23/10/2017, entrevista concedida ao próprio autor).

O Instituto PACS pode ser caracterizado como pertencente ao Terceiro Setor, que se distingue por representar instituições sem fins lucrativos, voltadas para o atendimento de demandas da sociedade civil, por vezes, complementando a ação do Estado e dos agentes econômicos.

> O PACS é um instituto de pesquisa e educação popular que tem um intuito orgânico com os movimentos populares e sociais, e coloca seu conhecimento e toda criatividade de toda sua equipe a serviço desses movimentos e articulações. (Sandra Quintela, Coordenadora Geral do PACS, vídeo institucional do PACS).

Essas organizações costumam ter distintas formas de financiamento e atuação. Podem ser de cooperação internacional (geralmente de instituições europeias) – relações Norte – Sul, como o PACS, financiadas pelo próprio poder público, por empresas privadas nacionais (responsabilidade social empresarial) e até mesmo por arrecadação de pessoas físicas *(face to face)* como é realizado por entidades como *Greenpeace* e Médicos sem Fronteiras.

A instituição articula-se em rede com diversas outras ONGs, como já demonstrado, a Justiça nos Trilhos, Justiça Global e FASE são algumas, assim como movimentos sociais e grupos políticos, como a Associação de Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), a Central dos Movimentos Populares (CMP) (ALVES, Paulo Roberto Torres, 2020).

Pode-se separar as ONGs, em escala mundial, nas ONGs do Norte e nas ONGs do Sul, as do Norte são responsáveis, muitas das vezes, pelo financiamento via cooperação internacional (MENDONÇA *et al.*, 2009). Mendonça *et al.* (2009) elencam quatro categorias de ONGs do Norte: são as assistencialistas – que surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial, com a concepção de emergência e assistência ao processo de reconstrução; as desenvolvimentistas – surgem nos anos 1960 e atuam transferindo recursos para o Sul e sensibilizando a sociedade do Norte sobre o Sul; as de denúncia social – atuantes a partir dos anos 1970, procurando aumentar a participação política, fortalecer a sociedade civil ou denunciar alguma causa; e as *empowerment* – na década de 1980 as ONGs começam a se preocupar com o desenvolvimento sustentável, ação em redes, interdependência, denúncia e pressão política.

Segundo esses autores, na década de 1970, Centros de Educação popular começaram a adquirir legitimidade na medida em que iam se relacionando com grupos e movimentos populares. Esses tinham predominância de paradigmas marxistas de educação inspirada nos escritos de Paulo Freire, e com frutos dos movimentos cristãos, principalmente, os relacionados com a Teologia da Libertação. Na época os movimentos tinham grande força e poder de ação.

As ONGs e as organizações da sociedade civil no Brasil tiveram um crescimento no período pós-ditadura militar, em que “nascem e se fortalecem como símbolos de resistência à opressão econômica, social e política” (MENDONÇA *et al*, 2009, p. 74), à medida que os movimentos sociais perdem força e abrem um caminho “próspero” para as ONGs

intermediárias de projetos. Segundo o vídeo institucional do Instituto PACS[34], a organização foi formada por economistas que estavam exilados durante o regime e voltaram durante o período de redemocratização no país. Naquela fase, buscavam enfrentar as agendas econômicas da década de 1980, quando estava começando a onda neoliberal de forma mais ofensiva. Estava em alta o debate sobre o processo de endividamento público, a partir disso, o instituto ajuda a formar a Rede Jubileu Sul[35].

Resumidamente, a instituição denominada PACS/PRIES – CS, foi formada por Marcos Arruda (Brasil), Alberto Sanchez (Argentina), Gustavo Marín (Chile) e Gustavo Arce (Uruguai). Os integrantes de cada país, posteriormente, seguiram caminhos distintos, fazendo com que Marcos Arruda formasse o Instituto PACS no Brasil. Esses desenvolvem, portanto, um aspecto reivindicatório e militante, atuando juntamente aos movimentos sociais em busca de mudanças estruturais do modelo econômico, por meio do protesto e da resistência, com uma natureza cívica não violenta (MENDONÇA *et al.*, 2009) deixam de ser meros apoios e passam a ter centralidade, dado que a nova era exige novas relações sociais entre o Estado e a sociedade civil (MENDONÇA *et al.*, 2009). Um pouco do surgimento do PACS pode ser compreendido no relato de Arruda cedido a instituição que ele mesmo fundou:

> Ele começou em Paris, com outros três companheiros latino-americanos – todos exilados. Foram eles que decidiram procurar alguém no Brasil. Algumas organizações francesas dedicadas aos direitos humanos deram a minha referência, porque tinham ajudado no meu caso. Um deles, o argentino Alberto Sanchez, veio ao Rio e foi me procurar no Ibase, pedindo para que eu me conectasse com o programa, e propondo que o Ibase fosse a entidade a dar cobertura formal ao programa.
> Tive que responder que não dava, porque eu já estava saindo do Ibase. Isso era agosto de 1986. Eu lhe disse:
> - "Eu sugiro que você vá conversar com o Betinho e veja o que você acha. Se você preferir o Ibase, procuraremos outro economista pra trabalhar com vocês. Se não, eu estou, no momento, disponível e acharemos outra entidade para nos dar cobertura".
> Ele foi, conversou com o Betinho, consultou os companheiros do Uruguai e do Chile na França e decidiram por mim. Aí começamos o Pacs/Pries.
> Tinham sido militantes, tinham sido presos e estavam fazendo doutorado em Paris. Todos economistas. Então nós passamos a ter uma equipe de quatro pessoas, cada um de um país: Chile, Uruguai, Argentina e Brasil. Juntos, a gente construiu esse Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina. Logo eu questionei o nome do programa: "Esse nome não é bom; é muito longo, retórico, formal. Vamos criar outro? Que tal Pacs? Políticas Alternativas... porque aí já dá o toque de que nós não fazemos o que todo mundo faz. Pacs, um nome curto e sonoro. Mais prático ao invés de Pries/Cone Sul da América

[34] https://www.youtube.com/watch?v=EMQWaMgQEUo&t=2s

[35] Rede de movimentos sociais e organizações ao qual o Instituto PACS faz parte. Segundo o site da instituição, a ação da rede está inserida na mobilização hemisférica contra a Militarização e contra os Acordos de Livre Comércio que atentam contra os Direitos Humanos e a Soberania dos nossos povos. Além da contribuição em pensar novas formas de financiamento e de alternativas para o Continente e para cada um dos países. No Brasil, constitui-se como uma rede ecumênica que pauta direitos humanos e conta com a presença de movimentos e organizações, para além do PACS como: MST, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), Cáritas Brasileira, Pastoral Operária Nacional, Pastoral Social – CNBB, entre diversas outras, totalizando 40 (quarenta organizações).

> Latina". Eles não concordaram. "Não, isso de falar de alternativas vai nos queimar no mundo acadêmico". E eu: "Mas não é esse nosso trabalho? Criar alternativas? Então vamos fazer o seguinte. Eu sou a minoria, eu fico com Pacs aqui no Brasil e escrevo na apresentação da instituição: 'o Pacs é a parte brasileira do Pries Cone Sul'. Tudo bem?" Eles concordaram.
> Mas o acordo básico era que nenhum dos quatro iríamos nos ligar institucionalmente aos partidos políticos de esquerda dos nossos países. Todas as outras três equipes, nove anos depois, haviam ingressado em partidos políticos. Não só eles, indivíduos, mas a instituição. Resultado: sumiram no mar informe dos partidos, na instabilidade que eles são, e nós ficamos independentes, vivos e ativos até hoje! (Marcos Arruda, Fundador do Instituto PACS, entrevista concedida ao evento de 30 anos do PACS, 2016).

2.1.2 Financiamento da instituição - Cooperação Internacional e as relações das ONGs do Norte e do Sul.

Devemos entender que as ONGs estão inseridas em uma lógica de Desenvolvimento. Sendo assim, para compreender o PACS enquanto ator do conflito, que cumpre demandas e dita, em certa medida, como será conduzido o debate em algumas reuniões de Santa Cruz, temos que nos propor a refletir essa racionalidade, que funciona como uma superestrutura e perpassa até mesmo as melhores intenções.

Considerando esse ponto, Arturo Escobar (2007) pontua a guerra fria como um dos fatores individuais mais importantes durante a conformação da estratégia e racionalidade do Desenvolvimento. Nela fica explícita as reorganizações políticas que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial e a luta real entre Oriente e Ocidente que se deslocou para o Terceiro Mundo. Nesse período, o Desenvolvimento tornou-se a estratégia para promover tal rivalidade e, ao mesmo tempo, impulsionar os projetos da civilização industrial.

Havia, portanto, uma preocupação dos países do Primeiro Mundo (EUA e outros do bloco capitalista), com o avanço do Socialismo sobre os países do Terceiro Mundo (presentes na África, Ásia e América Latina). Nesse sentido, a ideia do Desenvolvimento surge enquanto discurso, ou seja, o não desenvolvimentismo ou subdesenvolvido se tornara sinônimo de atraso e pobreza: elementos que precisavam ser superados através da lógica do Desenvolvimento. Além de ser um discurso, o Desenvolvimento surge também como uma invenção, uma representação ou uma projeção do Primeiro Mundo (ou do Mundo Ocidental) sobre os países "menos desenvolvidos", que deveriam estar dispostos a desenvolver-se e superar as mazelas da pobreza[36]. Portanto, acreditava-se que os países ricos teriam a capacidade financeira e tecnológica para assegurar o progresso em todo o mundo (ESCOBAR, 2007) e, com base nesse

[36] A mesma lógica de operação do Ocidente é demonstrada por Edward Said (SAID, 2010) em "Orientalismo".

progresso, cedo ou tarde os países pobres se tornariam ricos e o subdesenvolvido se desenvolveria[37].

Em relação ao modelo de financiamento seguido pelo PACS, e partindo da lógica que seguiram os países do dito Primeiro Mundo, há as agências de cooperação Internacional Europeias que financiam a entidade. Seus projetos, que são realizados no Rio de Janeiro, pautam questões ligadas à pobreza, desigualdade, Direitos Humanos, Gênero e a lógica de Desenvolvimento capitalista. Mendonça *et al.* (2009) descrevem que, no início dos anos 1990, as ONGs diversificam suas temáticas e sub-redes, consolidando suas identidades e nomes, passando a desdobrar-se em conjuntos temáticos referidos a grupos sociais recortados de formas diversas, apresentando características organizacionais distintas. Nesse sentido, as ONGs do Sul atuam com referência no contexto conjuntural da América Latina, seja na reestruturação estatal daquele período, nas políticas sociais ou com base nas demandas das agências de cooperação internacional e das ONGs do Norte.

Em referência ao que foi observado e coletado no campo, as principais agências que financiam ou já financiaram (até o momento da pesquisa) o PACS podem ser verificadas no *Anexo A*, são em sua maioria instituições europeias. Algumas auxiliam a subsistência do PACS e outras auxiliam pontualmente em alguns projetos realizados pela Organização. Essas agências costumam ser ligadas à igreja, como a *Fastenopfer*, ou podem ser ligadas a partidos ou governos – no caso alemão, como a Fundação Rosa Luxemburgo, que é ligada ao partido "A Esquerda" *(Die Linke)* e Médico Internacional, financiado diretamente pelo governo germânico, ambas contam com fundos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e de Desenvolvimento.

> O PACS tem 31 anos, nesses anos nós apenas nos financiamos com cooperação internacional, por organizações que são ligadas, em sua grande maioria, a Igrejas da Europa ou do Canadá (que é mais recente) dentro de um programa que se chama "Cooperação para o desenvolvimento", que tem o PACS, a FASE, o IBASE, Justiça nos Trilhos, todos nós desse campo da sociedade civil, se mantém através dessas organizações. A gente não recebe dinheiro de empresas nem do governo, nosso recurso é estritamente da cooperação internacional (Sandra Quintela, Coordenadora Geral do PACS, 23/10/2017, entrevista concedida ao próprio autor).

Com o impulso do neoliberalismo na América Latina e com a lógica da "boa governança", começou-se a projetar a cooperação internacional na "nova agenda política" com alternativas eficientes e responsivas com relação ao estado (MENDONÇA *et al.*, 2009). Isso ocorre com ênfase no reequilíbrio dos custos sociais criados pelos ajustes macroeconômicos,

[37] Falar do Desenvolvimento como construção histórica requer uma análise dos mecanismos que lhe converte em força real e ativa, mecanismos que estão estruturados por formas de conhecimento e poder, e que podem ser estudados em termos de seus processos de institucionalização e profissionalização (ESCOBAR, 2007, p. 86).

com a redução da pobreza, conferindo grande prioridade à reestruturação dos serviços sociais. Ainda na década de 1990, muitas ONGs do Norte deixam de priorizar a América Latina e focalizam seus trabalhos em outras áreas do mundo com problemas de maior magnitude social, ambiental e política, como o continente africano, a Índia, a China, entre outros territórios de conflito. Dessa forma, surgiram novos desafios para as ONGs brasileiras que antes dependiam exclusivamente da cooperação das ONGs do Norte.

Segundo Mendonça *et al.* (2009), a ausência de verba para as ONGs brasileiras, gerou concentração de recursos humanos e financeiros e poucas ONGs, e algumas dessas organizações que sobraram, passaram a buscar muito mais apoio junto ao governo e ao setor privado – esse último caso não é o do PACS.

> A competição por recursos e a interação com esses novos agentes, e antigos agora mais exigentes, gera demandas de burocratização e orientação cada vez mais limitada para projetos, que agora são muito mais monitorados, indicando maior capacidade de interferência dos doadores vários consultores e pesquisadores que atuam no campo não-governamental como caminho privilegiado para a modernização e sustentabilidade dessas organizações, difundem-se pressupostos típicos do gerenciamento privado, tais como pragmatismo, cálculo constante entre meios e fins, disciplina financeira e foco na eficiência, dentre outros (MENDONÇA *et al.*, 2009, p. 79).

Desse modo, muitas ONGs brasileiras estão sujeitas a cumprir agendas impostas pelas ONGs do Norte, de modo que, mesmo que o PACS, por exemplo, tenha seus conteúdos e pautas programadas, precisa em certa medida adequar suas pautas às demandas da cooperação internacional. Essa adequação cria categorias, reorienta os discursos nos territórios e define novas classificações e espacializações, que se apoiam em maneiras contemporâneas de governar (BARROSO, 2015). Ou seja, se a pauta inicial é meio ambiente, economia e saúde, novas pautas, como gênero, raça, juventude e megaprojetos, por exemplo, serão acrescidas ao debate por demandas da cooperação internacional ou por adequação ao contexto brasileiro.

2.1.3 O início da atuação do Instituto PACS com o caso CSA em Santa Cruz

É notável que, muitas vezes, as Organizações da Sociedade Civil buscam cumprir os papéis que o Estado – Administração Pública – deveria efetuar, ao realizar políticas que o poder executivo teria obrigação de realizar e até mesmo pressionando as instâncias dos três poderes para aprovação de leis, para cumprimento de demandas e direitos de determinados grupos: populações afetadas, associações de moradores em bairros, movimentos sociais, entre outros.

O PACS, que faz a assessoria de afetados e críticos de uma operação siderúrgica, segundo Sandra Quintela, conheceu o Caso CSA em 2006, em um congresso que aconteceu em Viena, no "Tribunal das Empresas Transnacionais Europeias"[38]. Ao voltar desse congresso, a instituição conheceu o caso dos pescadores na Baía de Sepetiba, que já eram mobilizados e questionadores da presença dos empreendimentos na região. Sandra explicou que a entidade sempre atuou na Zona Oeste, primeiramente na região de Jacarepaguá e em Campo Grande. Em Santa Cruz começaram a atuar quando contactaram um pescador ativista da região que acompanhava o caso na Baía e este os colocou em contato com os moradores da localidade.

A coordenadora também esclareceu que, a partir de 2007, o PACS iniciou um trabalho sistemático na localidade, apresentando o primeiro estudo de caso para levar a temática da CSA para Lima, no Peru, em 2008, em um novo encontro (Tribunal de Transnacionais Europeias). A seguir, no ano de 2009, participaram da primeira Audiência Pública no Rio de Janeiro e, posteriormente, da assembleia de acionistas da ThyssenKrupp na Alemanha. Nesse fórum, o PACS participa como acionista da VALE[39]. Complementou dizendo que inicialmente só havia pescadores denunciando os problemas trazidos pela siderúrgica – devido aos prejuízos levados à pesca na Baía de Sepetiba e nos rios –, e que os moradores só intensificaram as denúncias sobre as violações com início das "Chuvas de Prata" em 2010.

Vale ressaltar que o Instituto PACS evitava colocar-se como protagonista dos problemas. Dizia que apenas assessorava os moradores e pescadores de Santa Cruz e da João XXIII, produzia materiais e denunciava as violações da siderúrgica ao Ministério Público, ao INEA e às autoridades responsáveis por fiscalizar e punir as empresas que causam as degradações ambientais no estado do Rio de Janeiro. Era notável no escritório da organização a quantidade de materiais impressos produzidos sobre o caso CSA: cartilhas, livros, panfletos e adesivos, que buscavam dar visibilidade aos problemas sociais e ambientais do bairro na Zona Oeste para os mais variados espaços possíveis.

A tabela com os materiais coletados até o fim da pesquisa e suas respectivas instituições de cooperação financiadora encontram-se no *Anexo B*. Parte considerável dos materiais produzidos tinham características e metodologias de pesquisas acadêmicas, mas com linguagens adaptadas à militância política. Buscava-se, portanto, denunciar as distintas

---

[38] Evento da sociedade civil que começou a julgar ações de corporações da Europa na América Latina.

[39] Uma estratégia utilizada pelos ativistas da intuição com o intuito de participar da assembleia e denunciar as violações da ThyssenKrupp no Rio de Janeiro. A ação não é obtida pelo PACS, mas sim pela Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, uma rede composta por várias organizações e movimentos sociais.

violações e sensibilizar o leitor com as narrativas trazidas pelas diversas personagens dos territórios descritos.

> Somos uma entidade que faz educação popular, um trabalho de incidência e produzimos materiais, pesquisas que possam ajudar nesse processo de fortalecimento desses sujeitos locais. Nós não estamos aqui para substituir o sujeito local (moradores, pescadores etc.). Somos parte de um processo maior, nós somos uma entidade muito pequena, de assessoria. Mas o que a gente tem feito para ajudar o processo de mobilização que é deles, que não é nosso: são formações, oficinas, seminários, cursos, intercâmbios, conhecer outras experiências, trazer outras experiências para conhecer a realidade daqui (Sandra Quintela, Coordenadora Geral do PACS, 23/10/2017, entrevista concedida ao próprio autor).

No final de 2017, o PACS estava se reestruturando e, com isso, organizaram duas avaliações, uma interna e outra externa. Ambas contaram com dois profissionais que entendiam como uma instituição do terceiro setor deveria funcionar. A primeira, a avaliação externa, contou com dois profissionais que visitaram Santa Cruz. A visita foi utilizada para avaliar a atuação do PACS frente aos moradores, sobre suas atividades e, com base nisso, gerar um relatório que contribuiria na revisão das práticas da instituição.

A segunda, avaliação interna, ocorreu entre os funcionários do PACS. Serviria especificamente para compreender o funcionamento da Instituição em seus bastidores, ou seja, como estavam divididas as tarefas entre os funcionários, os projetos, a gestão, entre outros elementos que precisavam ser revistos. Levava-se em consideração que os três coordenadores estavam de saída por distintos motivos pessoais, por isso, uma nova estrutura precisava ser repensada para a gestão.

Dessa forma, com os resultados das avaliações, a mudança na estrutura do PACS ocorreu em 2018 e o instituto passou a ser gerido por um colegiado formado por três mulheres – Marina Praça, Aline Lima e Manu Justo – que atualmente compartilham o trabalho de coordenação de projetos, do setor administrativo-financeiro, da equipe técnica, do setor de comunicação, das parcerias e articulações políticas. Sandra Quintela e o fundador Marcos Arruda passaram a compor o “Conselho de gestão”, colaborando de forma externa com sugestões e iniciativas dentro da organização.

No caso CSA (no momento de reformulação gerido pela Ternium), a instituição manteve o seu trabalho, com contribuições da Fundação Rosa Luxemburgo e articulando o caso CSA com os projetos ligados ao feminismo, ao projeto Mulheres da Zona Oeste (outro grupo acompanhado pelo PACS) e ao projeto de agricultura feminista – também na Zona Oeste. Percebe-se o PACS atualmente com uma atuação em projetos inclinados às temáticas de gênero.

Quando pautam a siderurgia, fazem o recorte das mulheres enquanto as mais atingidas pela poluição ou buscam trazer o protagonismo feminino para a mobilização.

No atual contexto, a instituição renovou-se e constrói seus trabalhos com três novos eixos que substituíram os antigos. Com o eixo "Mulheres, Economia e a luta pelo comum", o instituto, de acordo com o site oficial

> [...] busca criar alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, machista, racista e capitalista, esta linha programática é responsável por promover formações, dar apoio às agendas de luta das mulheres, prestar assessoria às experiências agroecológicas solidárias em meio urbano, construir processos cartográficos que evidenciem as relações de poder e opressões vividas, além de apoio à mobilização e auto-organização política local.

A crítica à Ternium permanece com o segundo eixo "Críticas e alternativas ao atual modelo de desenvolvimento", que trabalha abordando: as Empresas transnacionais (como a Ternium), impactos socioambientais e relações com o Estado (como as relações estabelecidas entre siderurgia e administração pública); Megaprojetos de desenvolvimento, patriarcado, racismo ambiental e impactos sobre os territórios; Concentração de Riqueza, integração regional e Economia política internacional; por fim, Dívida.

> No campo das alternativas, temos encontrado em experiências latino-americanas, populares, solidárias, antipatriarcais e antirracistas, bases concretas para nossa crítica às corporações transnacionais e aos governos, sobretudo, aqueles diretamente responsáveis pelos chamados megaprojetos de "desenvolvimento" (que envolvem empresas extrativistas, grandes obras de infraestrutura, megaeventos esportivos, agronegócio entre outros).

O terceiro eixo chama-se "Fortalecimento Institucional" – iniciativas que visam "garantir condições para a construção de relações institucionais, que prezam pela ampliação da autonomia e manutenção dos princípios políticos da organização". Possui os princípios: Gestão compartilhada; Sustentabilidade e autonomia administrativo-financeira; e Comunicação e Educação Popular. Portanto, com a nova organização, o PACS deixou de ter um coordenador para cada eixo. Parece-me que a partir da reformulação do instituto, os projetos passaram a intercambiar entre si as suas pautas, ou seja, a pauta de mulheres e empreendimentos, muitas das vezes, não se separava e, do mesmo modo, o fortalecimento institucional fazia-se presente nos outros dois eixos temáticos.

2.2 **Busca pelo protagonismo jovem na primeira devolutiva: Canal Saúde (setembro de 2017)**

No decorrer da Vigilância popular em Saúde e posteriormente ao projeto, o Coletivo Martha Trindade participou de diversas atividades juntamente ao Instituto PACS e FIOCRUZ. Atividades que serviam para falar sobre o processo ou para tratar de seus desdobramentos para a sociedade. Grande parte das atividades, se não todas realizadas pelo coletivo, foram organizadas pelo instituto. Tínhamos uma enorme dificuldade de nos autogerir, pois a maioria dos membros eram universitários e tinham agendas apertadas, além da necessidade de recursos para manter os afazeres do coletivo. Como não conseguimos captar sozinhos, dependemos do PACS para o financiamento e assessoramento do grupo. Nos próximos tópicos tratarei de algumas das atividades exercidas pelo Coletivo Martha Trindade de Santa Cruz em alguns espaços da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira atividade pós-vigilância popular em saúde, ocorreu em setembro de 2017, quando fomos convidados para falar sobre a Vigilância Popular em Saúde no "Canal Saúde" – canal de televisão aberto do Sistema Único de Saúde (SUS) –, que é gerido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no programa Sala de Convidados[40]. Fui como representante do coletivo, Marina Praça foi representando o Instituto PACS, Leandro Carvalho e Alexandre Pessoa representando a FIOCRUZ.

O programa iniciou desta forma: apresentando os convidados e narrando as especificidades das duas realidades da Vigilância Popular em Saúde: Piquiá de Baixo e Santa Cruz. "Um lugar com muita área verde, garantia de ar puro e qualidade de vida para os moradores. Assim era Piquiá de Baixo, um pequeno povoado no município de Açailândia no Maranhão. No entanto, tudo começou a mudar com a chegada da estrada de ferro, por onde circula o maior trem de carga do mundo, com mais de 300 vagões. Junto à ferrovia, veio a instalação de cinco siderúrgicas e uma fábrica de cimentos".

O narrador ainda complementou que foi a partir de problemas provenientes da operação da estrada de ferro, das siderúrgicas e da fábrica de cimentos que a associação de moradores de Piquiá de Baixo buscou ajuda. "O apoio veio dos missionários Combonianos da Igreja Católica, que ofereceram assessoria jurídica à comunidade. Mediante um pedido da Defensoria Pública, a Universidade Federal do Maranhão – UFMA realizou estudos sobre a poluição em Piquiá de Baixo". Em entrevista, Eloísa Gonçalves – professora do Departamento de Patologia da referida

[40] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mfjRo3fq6rY&t=1408s. Acesso em:

universidade – relata as relações que os moradores da comunidade fazem da poluição com os problemas de saúde recorrentes na região.

> Enquanto não há comprovação técnica da relação dos agravos à saúde da comunidade com a poluição gerada pelas siderúrgicas, a associação dos moradores de Piquiá foi buscar um novo lugar de moradia para as famílias do povoado. Bem longe da fuligem que ameaça a saúde das pessoas. Mas para os moradores, não basta mudar de lugar, um grupo de jovens se reuniu para estudar os impactos da atividade industrial em Piquiá de baixo. Com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz, eles começaram a desenvolver um processo de Vigilância Popular em Saúde (Narrador Sala de Convidados, Canal Saúde, 28/09/2017).

Em seguida, começaram as entrevistas com os convidados, e nelas identifiquei distintas retóricas: duas técnicas (Leandro e Alexandre) e duas políticas (Flávio e Marina). Nessa época da pesquisa, a minha postura era mais política do que acadêmica. Portanto, meu discurso aparece de uma forma que hoje em dia tenho ressalvas: “jovens podem fazer ciência e a ciência não está concentrada na universidade”.

Figura 9 - Programa "Sala de Convidados"28/09/2017.

Fonte: Canal Saúde: Fiocruz.

Não me dava conta que eu era cientista também, até porque eu era um estudante de Ciências Sociais. Naquele instante, fiz um discurso apenas enquanto jovem e militante, não enquanto pesquisador que estava na universidade. Jovem era o papel social que eu estava exercendo naquele momento. Foram utilizadas na entrevista categorias próprias de movimentos sociais, como “luta”, “contraposição”, “nosso coletivo”, “confrontar a empresa”, entre outros.

Trabalharei aqui com a descrição e análise de alguns discursos da reportagem, para explicitar como os atores políticos da presente pesquisa se posicionam em relação ao projeto da Vigilância Popular em Saúde e em referência à Santa Cruz.

> O PACS tem todo um trabalho de muitos anos, a gente fez 30 anos no ano passado, e "temos o papel de olhar os projetos de desenvolvimento e o que eles trazem". "Para quem são esses projetos de Desenvolvimento e quem é impactado por eles?". "A gente trabalha muito com a região da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que é a região com menor índice de desenvolvimento humano e é onde estas empresas se localizam". "Não é à toa que ela se instala em Santa Cruz e ignora os impactos ambientais e sociais". "Nosso trabalho é produzir material e contribuir no engajamento da comunidade para conseguir lutar e conseguir os seus direitos", porque o Estado deveria garantir o direito, então a gente vê que cada vez mais a gente precisa estar na luta para garantir as coisas básicas (Marina Praça, Educadora popular e pesquisadora do Instituto PACS, 28/09/2017).

Imediatamente, o apresentador se dirige a um dos representantes da FIOCRUZ, aos quais caracteriza suas falas como técnicas. Seu papel, no momento, é de dizer que capacitam jovens para exercer a Ciência, criar uma concepção de Ciência cidadã.

> Participar de um projeto desse é um papel essencial da Fiocruz, somos uma instituição pública e a gente tem que dar esse retorno à população. Quando a gente consegue trabalhar um projeto tão interessante como a vigilância popular, a gente consegue ir além, porque vamos ao local e temos contato com a população. Não fica só na nossa mão esse papel [de cientista], a gente pode compartilhar. Uma vez que a gente capacita esses jovens, eles se tornam atores locais e podem multiplicar isso dentro da realidade deles, dentro do local onde eles moram. Acho que para além disso, a gente está falando para o público jovem que pega essa ideia e leva ela no decorrer de muito tempo". Dados gerados pela população e apoiados pela nossa instituição (Leandro Carvalho, técnico em Saúde Pública do Laboratório de Toxicologia, CESTEH/FIOCRUZ, 28/07/2017).

Em seguida, complementando a fala anterior, o apresentador me pergunta: "Você sente isso? Que você também tem um papel importante?" Evocando sobre minha opinião de fazer o papel de cientista, mesmo eu não me dando conta que eu já fazia ciência e era pesquisador, mesmo que eu estivesse na Universidade antes mesmo de exercer a Vigilância Popular em Saúde.

> Sim, até porque por muitos anos quem fazia ciência era a figura do cientista, do cara que está na universidade, mas aí quando a gente começa a fazer a vigilância a gente descobre que a ciência você pode fazer desde jovem, desde os seus 18, ou até mais cedo, você pode estar produzindo um dado científico em prol do bem de uma população e nesse processo, eu acho que tanto para o pessoal de Santa Cruz quanto para o pessoal do Maranhão, essa foi uma iniciativa agregadora de conhecimento e de valores (Flávio Rocha, Coletivo Martha Trindade, 28/09/2017).

A todo momento, há um destaque à ideia de protagonismo juvenil, uma prática recorrente das ONGs, e movimentos sociais. Souza (2006) atenta que muitos dos discursos costumam vir carregados pela ideia de trabalho voluntário, cidadania, educação e solidariedade. Segundo a autora, há uma preocupação dos organismos internacionais e governos com a juventude pobre que muitas vezes se encontra em situação de exclusão. Assim sendo, o protagonismo juvenil desperta no jovem a motivação para ser integrado, "na medida em que manifesta uma suposta posição de destaque da juventude diante do objetivo de uma certa mudança social e apela ao 'sentir-se útil' ou à valorização do indivíduo que se propõe a fazer coisas, base das 'novas formas' de política (SOUZA, 2006, p. 9).

Essa argumentação vai de encontro ao debate já trazido aqui, em relação à ascensão dos coletivos de jovens (GOHN, 2018), que é um fenômeno que faz parte da teoria dos novos movimentos sociais e representa uma ruptura com organizações políticas consideradas tradicionais: sindicatos, partidos, ONGs, entre outros. Compreendo que há ruptura e ao mesmo tempo não, visto que os coletivos de jovens muitas das vezes dependem das organizações mencionadas para promover seus eventos, obter financiamentos e até mesmo ter espaço para exercer o seu protagonismo na política e dar continuidade à luta em seus territórios. Como exemplo, há a relação do Coletivo Martha com o PACS e, não menos importante, a candidatura de jovens de coletivos aos cargos legislativos com apoio de partidos.

> A emergência do protagonismo juvenil foi possível graças a essa matriz discursiva ou discurso sobre o social que se utiliza da metáfora teatral para explicar a sociedade: um elenco de *atores* em negociação num espaço público concebido e nomeado como *cenário [...]*. O ator social por excelência é a organização não-governamental (ONG). Aliás, também o termo ONG passou por um processo de construção e reconstrução de significado nas últimas duas décadas. Hoje ONG é a instância que faz a intermediação entre os indivíduos e o cenário público, oferecendo-lhes um canal de participação (SOUZA, 2006, p. 15).

Em suma, o protagonismo juvenil é um discurso de adultos produzido e compartilhado pelas ONGs, organismos internacionais, governos, empresários e educadores que se dedicam à integração da juventude, considerada como objeto de intervenção. Essa intervenção pode ser o controle de jovens considerados violentos, de jovens considerados capazes de mobilizar – Coletivo Martha – por meio da fé e da esperança na juventude, entre outros. Muitas vezes busca-se a utilização de pedagogias não tradicionais que geralmente são conduzidas por "reuniões de formação", oficinas e minicursos.

Assim sendo, quando finalizo a minha fala, Marina dá prosseguimento ao tratar da presença do Instituto PACS no Projeto de Vigilância Popular e Saúde:

> Nosso dia a dia é de produção de conhecimento. Um conhecimento que a gente diz que não é neutro. Porque a gente está produzindo um conhecimento que é em prol da classe trabalhadora, dos atingidos e das atingidas. Temos um debate de gênero muito forte dentro do PACS, como o impacto desses empreendimentos na vida das mulheres é ainda maior, porque são elas que cuidam do filho quando tem uma doença, do idoso quando adoecem, têm mais trabalho em casa quando tem que limpar mais de vinte vezes porque o pó de prata está caindo. Então o PACS tem esse trabalho de produção de conhecimento e de formação. Formação política junto aos jovens, junto aos moradores. E fortalecendo esses intercâmbios, né? Porque moradores de Santa Cruz conhecem moradores de Piquiá e perceber que a luta deles é a mesma ou muito parecida, foi de uma fortaleza que isso empodera de uma outra forma [...], isso tem uma força que o PACS está aí para contribuir nesse processo (Marina Praça, Educadora popular e pesquisadora do Instituto PACS, 28/09/2017).

Nesse tópico identifico a parceria entre uma instituição pública do Sistema Único de Saúde (SUS) – que é a FIOCRUZ – e o Instituto PACS, atuando com o discurso técnico da Vigilância Popular em Saúde. Os atores políticos, nesse caso, os técnicos da FIOCRUZ, desempenham o papel de produzir e avaliar os resultados do projeto de Vigilância Popular do ponto de vista da epidemiologia[41] e da toxicologia[42]. Na mesma medida, analiso como as duas instituições ajudam a instaurar o protagonismo juvenil nos coletivos participantes da Vigilância Popular em Saúde, com base na ideia de Ciência cidadã.

2.3 **Oficina de Vigilância Popular Ambiental e grandes projetos de desenvolvimento – 11, 12 e 13 de setembro de 2017**

2.3.1 Primeiro dia – visita à Baía de Sepetiba e debate no Ecomuseu de Santa Cruz

Esse foi um evento organizado pelo Instituto PACS e Justiça nos Trilhos e tratou-se de um encontro entre grupos de diversas regiões do Brasil e da América Latina que são impactados por empreendimentos danosos à saúde e ao meio ambiente. Contou com as experiências de Santa Cruz (RJ), Piquiá de Baixo (MA), Caetité (BA), Santa Quitéria (CE), Duque de Caxias (RJ), Catamarca (Argentina), Cajarmarca (Peru) e Amazônia Equatorial. Os empreendimentos impactantes variavam entre siderúrgicas, mineradoras, petrolíferas e usinas de extração de urânio

As atividades ocorreram por três dias, o primeiro consistiu em uma visita de barco à Baía de Sepetiba, o segundo dia foi de apresentações no Instituto Raízes do Brasil em Santa

---

[41] Ramo da medicina que estuda os diferentes fatores que intervêm na difusão e propagação de doenças, sua frequência, seu modo de distribuição, sua evolução e a colocação dos meios necessários à sua prevenção

[42] Ramo da medicina que estuda a composição química e os efeitos das substâncias tóxicas e dos venenos, bem como o diagnóstico e o tratamento das intoxicações e dos envenenamentos.

Teresa e o último contou com debates na Fundação Oswaldo Cruz e Casa Naara. Foram encontros interessantes para se compreender o Instituto PACS, o Coletivo Martha Trindade e suas articulações com outros movimentos sociais e políticos, bem como suas projeções para a sociedade civil e seus ritos de sensibilização, portanto, faz-se necessário descrever os acontecimentos de cada um desses dias.

No primeiro dia do encontro não estive presente, mas a parte da manhã consistia basicamente nos integrantes do PACS e do coletivo Martha Trindade apresentando Santa Cruz e as adversidades relacionadas à operação siderúrgica para os grupos visitantes; tais problemas que já foram descritos aqui, além do processo da Vigilância popular em Saúde que foi exposto. Na parte da tarde, o PACS e a Justiça nos Trilhos (que estava presente como anfitriã) deram boas-vindas aos convidados e solicitaram uma roda de apresentação das pessoas que ali estavam.

Em seguida, exibiram o Ecomuseu, que era o espaço de Santa Cruz em que estava ocorrendo aquele encontro. Ficava no quarteirão do antigo Matadouro de Santa Cruz – local onde se produziam carnes que abastecia toda a cidade do Rio de Janeiro durante os finais do Séc. XIX e início do Séc. XX –, onde funciona uma biblioteca pública e exposições que cumprem o objetivo de valorizar, preservar e documentar a história e o patrimônio do bairro. Percebo, no entanto, que há um forte apego do museu, enquanto instituição, com a história imperial de Santa Cruz, consequentemente com seu passado escravista, demonstrando pouco uma visão crítica sobre o período.

Ainda no Ecomuseu, aconteceu uma apresentação mais formal do coletivo tratando do processo de Vigilância e de todos os impactos trazidos pela siderúrgica. As narrativas, principalmente das ONGs presentes, reforçaram Santa Cruz como um local pesqueiro e agrícola. Ao fim da explicação do processo, Leandro Carvalho, representando a Fiocruz, realizou uma breve apresentação de sua instituição.

> Falar sobre ambiente e poluição é algo abstrato se não tivermos dados. Precisamos de informação para contestar as empresas. Um dos papéis da Fiocruz é o assessoramento aos movimentos sociais. Essa proposta desmistifica a produção dos dados, a partir do uso de equipamentos acessíveis. O conceito de popular reforça o papel da população na produção dos dados. Sobre os resultados, foram duas campanhas de medições. Mais importante que os dados em si, foi o processo que leva à produção desses, que passa, necessariamente, pelo engajamento e mobilização da população impactada.

Após a apresentação, abriu-se um debate. Destacarei aqui as falas relacionadas à Vigilância Popular em Saúde, a começar por Aline do Coletivo Martha Trindade, alertando o quanto era fundamental dar um retorno para a população. Segundo ela, todos os moradores

sabem que há poluição na região, mas “não fazem nada”. “Os dados ajudam a chamar a atenção e mobilizar a comunidade. Temos que pedir maior atenção das autoridades públicas de saúde. A expectativa é de que as medições ajudem nos processos que correm na justiça”.

Em complemento à fala anterior, Gerliane do Coletivo de Piquiá de Baixo seguiu.

> Quando começamos, já esperávamos que os dados pudessem ajudar nas ações judiciais de reparação pelos impactos. Pretendemos fazer divulgação dos dados dando um retorno às comunidades, pois os moradores que viram o processo de medição acontecendo ficaram ansiosos para conhecer os resultados. Compartilhamos essas informações na Assembleia Geral da comunidade do bairro, estas rodas de conversa do bairro também são espaços estratégicos. O Coletivo pretende levar os resultados das medições aos órgãos públicos e autoridades, e por isso queremos dar continuidade ao coletivo de vigilância. Para contornar as tentativas de desqualificação usaremos o protocolo de pesquisa, que é uma arma de defesa do processo. E o engajamento é um aspecto interessante porque esse é o maior aprendizado no grupo de vigilância. Quando me sento com colegas hoje e falo do bairro, consigo sensibilizar para os problemas do Piquiá (Gerliane 11/09/2017).

Marina, representante do PACS, falou posteriormente que um aspecto importante da Vigilância foi o engajamento de jovens. Segundo ela, “consiste em um processo longo que necessita de renovação nas lideranças da luta”. Ao fim de sua fala, o visitante agradeceu o convite e ressaltou a importância das iniciativas de Santa Cruz e Piquiá de Baixo, reforçando que a solidariedade é estratégica.

O representante do Equador demonstrou-se surpreso e impactado pela iniciativa dos “jovens”. Expressou ser fundamental mobilizar a população para apoiar a iniciativa e defender coletivamente o trabalho que está sendo feito para diminuir a retórica da empresa, porque isso ajuda na construção de saídas mais complexas, como a mercantilização da produção local, a despeito da observação de licença sanitária. “O valor damos nós mesmos”.

Percebemos aqui que os saberes de gestão são acionados para “renovar lideranças”, lembrando o caso do assentamento no Maranhão. Durante todo o evento, será perceptível a adoção dessas práticas, um exercício de governança por parte das organizações, ONGs e movimentos sociais. Segundo Souza Lima e Castro (2015), são formulados planos de ação e tecnologias de governo por parte destas instituições “identificação de problemas sociais, a formulação de planos de ação”, todos esses dotados de racionalidade, com base em um saber específico, abordado por profissionais específicos.

Vale ressaltar que para cada um dos dias do evento, foi contratada uma profissional para fazer uma “facilitação gráfica” com base no que foi relatado no decorrer dos dias. A arte do primeiro dia encontra-se na F. Essas artes eram apresentadas ao final de cada um dos encontros. No contexto descrito, “redes sociais abrangentes, conteúdos simbólicos e formais sociais

variadas e, muitas vezes, em confronto entre si, participam dos jogos de poder que se estabelecem em torno do reconhecimento de um conjunto de relações sociais como matérias para intervenção (SOUZA LIMA, CASTRO, 2015, p. 36).

A facilitação gráfica é uma técnica muito difundida nos encontros da Agroecologia e é feita a partir, principalmente, de frases/palavras centrais ditas nas reuniões e eventos (DORNELAS, 2016). Dornelas (2016) explica, com base em seu campo no Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, que geralmente duas pessoas se dedicam a construção de uma facilitação gráfica, uma atua como "colheitadora", que escreve em papeis pequenos algumas frases de destaque e algumas sínteses que são utilizadas para a construção do painel. A elaboração da facilitação gráfica no evento do PACS seguiu a mesma lógica descrita pela autora.

Essa forma de registro facilita, fazendo com que os participantes – e público externo – possam se atualizar de tudo que acontece durante o evento sem a necessidade de se ler longos relatórios (DORNELAS, 2016). Do mesmo modo, podemos analisá-lo a partir da perspectiva gramsciana da contra-hegemonia, de modo que a estética dos painéis permite a (re) construção da visão de mundo dos participantes do evento frente aos modelos hegemônicos (NAVES; REIS, 2017).

Naves e Reis (2017) percebem que cada vez mais a estética, como dimensão da ação humana, vem sendo construída por meio da integração com os demais modos de apreender, ver e interagir com a realidade. Nesse sentido, a facilitação gráfica é (1) um tipo de conhecimento sensorial; (2) uma forma expressiva de ação, sem finalidade instrumental explicitada; e (3) uma forma de comunicação capaz de partilhar sentimentos e conhecimento tácito, que não são explicitados ou codificados nas bases até então conhecidas.

Na F podemos notar os destaques, há o nome dos territórios ressaltados embaixo do título: "Vigilância Popular em Saúde". Em seguida, vemos destaque ao nome da empresa de Santa Cruz e à presença da estrada de ferro no Maranhão. Em cima disso, há um resumo com os principais pontos dos conflitos com palavras ou desenhos, por exemplo: peixes mortos, casas, indústria, fumaça, mulheres e crianças. Todos esses elementos misturados com palavras em destaque permitem que facilmente o contexto seja identificado por indivíduos e grupos de distintas esferas. Por isso, compreendo que essa ferramenta pode servir como uma forma de facilitação, há uma real ajuda na compreensão de todo um contexto narrativo.

Os painéis de facilitação gráfica buscam, em certo sentido, alterar e desmistificar visões conservadoras e hegemônicas sobre relações sociais e de produção, tanto no campo quanto na cidade, bem como sobre educação, saúde, tecnologia e política (NAVES; REIS, 2017).

Portanto, é necessário superar os modelos convencionais de educação, buscar uma educação emancipatória, contra-hegemônica e decolonial, ou seja, outras visões de mundo, diferentes das impostas pelas classes e grupo dominantes. O mesmo padrão e lógica serão percebidos nos três painéis ilustrados aqui neste trabalho.

Figura 10 - Facilitação gráfica do primeiro dia de encontros entre coletivos da América Latina. 11/09/2017.

Fonte: Instituto PACS.

2.3.2 Segundo dia – Ritos dos movimentos sociais e os diferentes contextos de "lutas" ambientais – Espaço Raízes do Brasil

Neste evento, estive presente e cheguei durante a noite do dia anterior no espaço, para participar efetivamente dos dois últimos dias das atividades organizadas. A atividade do dia seguinte iniciou com o que o Instituto PACS costumava denominar como "mística", em que cada coletivo levava um objeto que representava a "luta" e a "resistência" de seu território para

compor a mandala (F). Entre os objetos, havia fotografias de acontecimentos e pessoas dos lugares em que homens e mulheres ali presentes representavam. Continham bandeiras, redes representando a pesca afetada por empreendimentos, publicações feitas por organizações não governamentais, mapas, entre outros elementos que remetiam as pessoas à lembrança de um lugar, a uma memória afetiva. Em volta dessas mandalas cantavam-se músicas que representavam a resistência dos grupos ali presentes, organizavam-se rodas de apresentação, entre outras práticas comuns em movimentos sociais.

Agora, é necessário evocar novamente os escritos de Turner (2008), desta vez, com o conceito de *communitas*, que consiste em uma forma de antiestrutura, a qual cria laços que unem indivíduos específicos em torno de uma identidade e objetivos em comum. É a sociedade vista como comunidade, "ou mesmo comunhão de indivíduos iguais, não-estruturada ou rudimentarmente estruturada e relativamente indiferenciada" (TURNER, 2008, p. 43).

O autor complementa que a liminaridade e a *communitas* são as condições de produção para metáforas-radicais, arquétipos conceituais, paradigmas, modelos e assim por diante. Nesse sentido, a *communitas* se encontra aqui nos ritos de encontros, nas construções simbólicas, nas danças, nas mandalas, nos desenhos, na união em que grupos compartilham os símbolos que representam a "luta de seus territórios". Principalmente quando era reforçada a ideia que os "participantes eram de diferentes contextos, mas havia apenas uma luta que era comum", questionando práticas empresariais parecidas em distintos territórios de conflito, como veremos à frente.

"Os símbolos instigam a ação social" (TURNER, 2008, p. 49) e, com base nessa afirmação, o autor busca entender o funcionamento desses símbolos por meio das performances elaboradas com eles. "Performances dramáticas são manifestações por excelência do processo social humano, e por isso, a unidade de análise capaz de apreender esse processo é o drama [...], uma vez que, no drama social, torna-se urgente refletir acerca da causa e do motivo da ação que perturba o tecido social" (CAVALCANTI, 2013, p. 425). Cavalcanti (2013) também ressalta que a forma final da escrita de um texto pode ser vista como uma performance em que uma experiência se consuma, e passado e presente se encontram.

Por consequência, as místicas realizadas nos encontros dos movimentos sociais é um componente central nas práticas políticas de mobilização. "Constitui-se uma identidade coletiva representada como portadora da luta, instrumento de transformação social" (CHAVES, 2000, p. 79). Nos eventos ela significa a razão de poder eficaz e carrega em seus elementos a esperança de mudança, seus símbolos buscam representar a unidade, principalmente, no caso aqui apresentado, já que cada movimento levava objetos que representavam a luta do território. "A

mística toca a sensibilidade, a emoção, daí a importância do teatro, da música, da poesia, das palavras de ordem: são místicas" (CHAVES, 2000, p. 79).

Perceberemos a todo momento a luta pela unidade, pela luta comum dos territórios[43]. A mística cumpriu este papel de sensibilizar e unificar as "lutas", do mesmo modo, criar uma identidade coletiva. Na lógica semelhante a do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, apresentada por Chaves (2000), a mística aqui é importante para trazer a consciência de seus membros sobre a possibilidade de mudança.

O termo luta reaparece com uma certa frequência a partir desta seção, interpretei que ele compõe, em um primeiro momento, uma estratégia narrativa, uma naturalização de discursos políticos de grupos contra-hegemônicos de outros contextos e uma forma de denúncia. Comerford (1999) analisou o uso do referido termo a partir de diferentes sentidos em contextos de assentamentos rurais e conflitos pela terra. Alguns chamaram minha atenção e podem facilmente ser comparados às maneiras que ele é acionado na presente pesquisa.

O primeiro destaque é o uso do termo "luta" com noção de sofrimento, relacionando-se à batalha e briga pela sobrevivência, pela perda de direitos, batalha para manter o seu trabalho, seu modo de vida e ambiente saudável. Como exemplo, trago algumas falas contidas no curta-metragem Treliça, produzido pelo Instituto PACS em 2016[44]. Mesmo que não apareça diretamente nas falas, o contexto de crítica e denúncia acaba por ser encaixado como uma "luta", ainda que implicitamente.

Um pescador conta: "Aí chegaram com uma boa conversa, de que iriam comprar o nosso peixe, que iriam fazer isso, que iriam fazer aquilo. Só que foi tudo mentira e nós estamos há dez anos brigando com eles". Outro morador traz o sofrimento em sua narrativa, que interpreto no mesmo sentido da "luta": "Você se sente humilhado, maltratado [...]. O pó está destruindo a minha vida. O pó está destruindo não só eu, mas meu vizinho, a minha vizinha, minhas amigas, está destruindo-nos aos poucos".

Do mesmo modo, percebemos o uso do termo para referir-se ao enfrentamento cotidiano "Aqui de noite solta um pó podre [...], eu tenho vergonha da CSA como empresa, eu tenho vergonha de dizer para vocês que eu sou empregado da CSA, que eu estou trabalhando de graça

---

[43] O desejo de união e a necessidade de constituir uma só vontade dirigida a um só objetivo foram expressos em um outro símbolo importante no MST: os sem-terra todos formavam ali uma só família. Com ela ressaltam-se laços primordiais e indissolúveis; nesse momento, era particularmente enfatizada uma de suas relações básicas, aquela da horizontalidade, a irmandade (CHAVES, 2000, p. 38).

[44] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K-3zy5KWGpE&t=12s
Acesso em: 31 de maio de 2021.

como se eu fosse obrigado. Eu não tenho obrigação de tirar pó da CSA de dentro da minha casa" (Silas, morador de Santa Cruz, entrevista contida no filme Treliça).

Veremos que falas semelhantes serão apresentadas pelos representantes de diferentes contextos no evento descrito aqui. Em alguns, a palavra luta ou outros termos semelhantes aparecem evocando o sentimento coletivo de descontentamento, sofrimento, resistência, denúncia e crítica. Sendo assim, retomo a narrativa para compreendermos a prática.

Figura 11 - Mandala feita pelos grupos participantes do evento com a presença de diferentes contextos de lutas latino-americanas – 12/09/2017.

Fonte: Instituto PACS.

O espaço em que o evento estava sendo realizado era razoavelmente amplo, dispunha de uma varanda livre em que podíamos fazer reuniões com um número aproximado de 50 pessoas e não haveria problema, contava com muitos quartos, que foram divididos pelos convidados do encontro, e era gerido por militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A ideia do espaço era representar esse movimento e proporcionar encontros, debates políticos, principalmente sobre a alimentação saudável. Além, segundo representante do MPA presente no encontro, de "contribuir para destruir barreiras que impedem os agricultores/as de distribuir seus alimentos sem depender de atravessadores".

Portanto, seguiu-se a apresentação dos 6 (seis) convidados naquela tarde. Sendo assim, trago uma síntese das apresentações dessas pessoas, necessárias para a compreensão do

encontro e da convergência das realidades trazidas pelos outros coletivos latino-americanos com a experiência da Vigilância Popular em Saúde de Santa Cruz e Piquiá de Baixo.

O primeiro a apresentar foi Renan Finamore, na época, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz que acompanhou o projeto de Vigilância Popular em Saúde, mas levou ao encontro uma experiência anterior. Tratou de um monitoramento ambiental participativo no contexto da mineração na cidade de Caetité – Bahia[45]. Levou o caso de uma mina de urânio que funcionava a céu aberto na localidade e tinha uma reserva de mil toneladas de minério. Nesse contexto, pequenas comunidades rurais sofrem com a escassez de água e com a possibilidade de contaminação com a radioatividade que esse tipo de produção pode trazer para a água e para o solo.

> Entre os problemas identificados estão a "ausência de consulta prévia das comunidades"; "ausência de informações sobre as operações em andamento e equipamentos"; a "realização de operações sigilosas"; "negação da existência de riscos"; "acidentes' com graves consequências socioambientais"; "utilização de dados não conclusivos para refutar acusações dos impactos sobre a saúde da população", "desqualificação dos críticos"; "negação de informações sobre os impactos da mineração de urânio na saúde da população" e "impactos sobre os modos de vida e economias locais, especialmente pelos agricultores/as" (Renan Finamore – FIOCRUZ, 12/09/2017, relatório de reunião produzida pelo Instituto PACS, acesso em 24/08/2020).

Adiante, Renan relatou que há uma falta de transparência, de monitoramento ambiental e da saúde dos trabalhadores. Além da negação dos riscos, manipulação de dados científicos e desqualificação de denúncias – vemos aqui o primeiro ponto de convergência com o contexto da Ternium. Mesmo buscando um distanciamento crítico, noto uma postura muito parecida, principalmente, na narrativa ambiental movida pelos gestores da usina em Santa Cruz. Portanto, assim como no Rio de Janeiro, a FIOCRUZ, a partir de um termo de cooperação, passou a atuar na localidade.

A atuação da Fiocruz na Bahia ocorreu a partir do conceito de monitoramento ambiental participativo e da epidemiologia popular, capacitando a população do local para coletar amostras do solo e da água para uma análise posterior em laboratórios (FINAMORE, 2015). O resultado dessas coletas mostrou que a poluição nas áreas próximas à mina de rejeitos era mais elevada que o permitido pela OMS (assim como em Santa Cruz e Piquiá de baixo). Além das coletas, foi realizada uma investigação sobre os casos de doenças apresentadas pelas pessoas na região e foi constatada uma incidência elevada de câncer.

---

[45] Veja mais em: http://neepes.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/tese_renan.pdf - Acesso em: 29/06/2021.

Encerrou-se a apresentação de Renan e seguiu-se para o segundo convidado, Sebastian Pineta, do movimento BePe (*Bienaventurados Los Pobres*) de Catamarca, Argentina. Realizava uma proposta de agroecologia e trabalho campesino em defesa dos bens comuns, diante de um contexto de conflito numa zona de interesse estratégico para mineração de lítio. Duas empresas atuam na região: *Lumbrera* e *Glencore.* As empresas atuavam, respectivamente, na mineração de alumínio, cobre, ouro e prata, e estava, naquele momento, avançando para o lítio e produção de óleo. Desde que essas empresas surgiram, constataram-se vários impactos, como a perfuração do solo, contaminação do ar com a poeira, da água e do solo, assim como foi crescente a violência e repressão contra movimentos sociais.

Em Catamarca, uma das empresas montou um hospital – aparentemente numa lógica de responsabilidade social empresarial – e começaram a surgir várias farmácias. Os dados sobre mortes e doenças eram omitidos e os casos negados ou explicados de forma simplista, segundo Sebastian. Nesse sentido, o BePe iniciou um trabalho junto às populações, sobre as percepções das comunidades afetadas em relação à saúde, construindo um mapa acerca das enfermidades, baseando-se nessas compreensões.

Realizou-se também um processo de vigilância ambiental, que implicou em medições do solo e num método de "sentinela" – que consiste no recolhimento de amostras da água para verificar se estão próprias ou não para o consumo. Caso não estivesse, a amostra era encaminhada para um laboratório regional de águas para verificar a incidência de metais. Estas aferições geraram relatórios e publicações que serviam como denúncia às violações de direitos no território.

Em seguida, ao fim da explanação de Sebastian, iniciou-se a apresentação de Mirtha Isabel representando o *Grupo de Formación e Intervención para el Desarrollo Sostenible* – GRUFIDES de Cajamarca – um nome parecido com o do local anterior – do Peru. Na região, são treze empresas mineiras de distintos países, entre elas, a brasileira Vale. Segundo Mirtha, 33% do território peruano está ocupado pela mineração. Ela destacou que o presidente Alan Garcia, na época do Governo Lula no Brasil, fez um acordo para a construção de mais de 20 hidrelétricas no Peru, duas dessas em Cajamarca.

Na região de atuação da GRUFIDES, está em operação a mineradora *Yanacocha*, que vem se expandindo com o passar dos anos e trazendo contaminação para a água, que, segundo a participante, é muito importante para o país devido às suas diversas regiões desérticas. Os campesinos da localidade iniciaram uma resistência internacional que é conhecida por seu grito

"*Conga No Vá*"[46], em crítica às violações levadas pela *Yanacocha* – cerca de 2.800 passivos ambientais – além dos impactos sobre a natureza, à saúde e à produção local.

Segundo a Justiça Global (2015), Cajamarca é um caso emblemático de resistência, visto que, historicamente, mobilizou protestos sociais (que culminaram na morte e prisão de manifestantes) que ganharam visibilidade nacionalmente e internacionalmente.

> A intensificação dos conflitos sociais frente aos projetos de mineração abriu um importante espaço para a discussão de políticas públicas em torno da mineração, seja no que tange às políticas de estímulo, mas também às políticas públicas alternativas, como as de ordenamento territorial, lei de consulta prévia entre outros (JUSTIÇA GLOBAL, 2015, p. 84 - 85).

O grupo de Mirtha organiza um observatório de conflitos, que são sistematizados e analisados por especialistas cujos estudos mostraram que muitas comunidades já não têm água. Como parte desse observatório, construíram-se os comitês de vigilância ambiental (CVA) – uma experiência de vigilância ambiental de Cajamarca que utiliza identificadores naturais para indicar a presença de água limpa. Em suma, observam mudanças na cor da água, analisam os protocolos que estão nos documentos e replicam em outras comunidades, além de realizarem constantes formações com as lideranças locais.

Após um intervalo para o almoço, na parte da tarde, prosseguiram-se as apresentações com uma estudante do IPPUR – Instituto de Planejamento Urbano e Regional – da UFRJ chamada Bruna Sarkis, tratando do caso de Santa Quitéria no Ceará. De acordo com ela, o local conta com 23 assentamentos da Reforma Agrária, em contraste, há muitos minérios, inclusive, a maior jazida de urânio do Brasil, que foi descoberta no período do governo militar de Ernesto Geisel na década de 1970. Desde 2010, alguns movimentos e pesquisadores independentes organizam uma articulação para lidar com os conflitos relacionados a esse tipo de mineração. Dessa maneira, começou-se a promover encontros, intercâmbios com outras organizações que já estavam organizadas e resistindo a projetos nucleares, entre esses encontros, está a "jornada antinuclear". Bruna ressaltou que não havia ocorrido nenhuma estratégia de vigilância popular, mas que a iniciativa estava em debate entre os movimentos da localidade.

A narrativa seguinte retornava ao Rio de Janeiro, estado anfitrião do encontro e foco da presente pesquisa. Foi mencionada a questão do município de Duque de Caxias, que, há cerca de 50 anos, abriga a refinaria REDUC – produtora de 53 derivados do petróleo – , de acordo com Braga (representante do Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica

---

[46] O projeto Conga, no Peru, envolve mineração de superfície de um grande depósito de cobre e ouro que está localizado 24 quilômetros à nordeste da Mina de Ouro de Yanacocha que, assim como esta última, também é uma *joint venture* entre a Newmont e Buenaventura (JUSTIÇA GLOBAL, 2015, p. 82).

nas cercanias da Baía de Guanabara FAPP-BG). Ele levou ao debate os diversos impactos ao meio ambiente e à saúde que a empresa traz para o município, destacando que Duque de Caxias possui a segunda maior arrecadação de impostos do estado e a oitava do país.

> Todos falaram dos conflitos pela água. Mas a construção da CEDAE não terminou e a água nunca chegou às comunidades, pois se sabe o que foi feito com a verba para isso. Então quase tudo que precisa para termos água nunca se concretiza, são obras incompletas, deixadas de lado. Escolas públicas e moradores/as dependem de carros pipas para seu abastecimento cotidiano. A polícia lá não serve apenas para matar os adolescentes negros da baixada fluminense, mas também para fornecer água em alguns lugares. A tubulação que abastece a REDUC também abastece shoppings e empresas, que não vivem sem água (Braga – FAP-BG, 12/09/2017, relatório de reunião produzido pelo Instituto PACS, acesso em 25/08/2020).

Destacou-se também o alto índice de leucemia na população e, como consequência disso, foi empreendida uma parceria com a FIOCRUZ para iniciar vários exames nas pessoas de lá, instaurando assim, uma cooperação. Desta forma, começaram, em 2016, um projeto de monitoramento dos exames de sangue e urina, visto que havia uma descrença nas políticas que não responsabilizavam as empresas. Foi realizada uma análise de vulnerabilidade aos contaminantes químicos em moradores de áreas de influência do polo industrial na região de Campos Elíseos – 2º distrito do município. Braga relata que “em 50 anos esse é o primeiro trabalho de pesquisa sobre a saúde da população”.

Por último, foi à frente Carlos Cabezas, o visitante do Equador. Tratando especificamente da exploração petrolífera na Amazônia Equatoriana. A mobilização ocorre especificamente no norte da Amazônia perto do Yasuni – Parque Nacional com maior concentração de fauna e flora do país –, reunindo mamíferos, anfíbios, aves e plantas de mais de 5000 (cinco mil) espécies.

> Portanto, devemos refletir: quais são as problemáticas causadas pelas empresas? As comunidades indígenas são afetadas pelo percurso dos elementos jogados na água e em seu fluxo. Esses elementos são gerados a partir dos impactos das atividades petrolíferas no Equador, que se soma às da atividade cocaleira no sul da Colômbia. Também é observada a contaminação da água pelas atividades petrolíferas; chuva ácida; problemas de impedimento de cultivo da terra; afetação pelo uso de agrotóxicos (Carlos Cabezas – Clínica Ambiental, 12/09/2017, relatório de reunião produzido pelo Instituto PACS, acesso em 25/08/2020).

Carlos ressaltou que os conflitos internos entre grupos armados na Colômbia faziam com que pessoas refugiadas e expulsas migrassem para o Equador, destacando que essas expulsões também tinham relação com as empresas do território. Sobre os impactos, relatou que os dutos das petrolíferas geram um material contaminante que deixa a água tóxica, gerando casos de câncer. “As empresas também geram ruídos e contaminações no ar da região”. A

Clínica Ambiental, a partir destas questões, criou cinco comitês de reparação, que funcionam como coletivos em que a população pode recorrer para denunciar os problemas.

Os comitês organizam-se em audiências temáticas para planejar diversas estratégias de ação. Os temas são: câncer, atenção à saúde, resgate cultural, limpeza de ecossistemas e água potável. Naquele momento, estavam avançando com possibilidades de cuidado das pessoas afetadas, por meio de terapias holísticas e ações concretas na água, construindo filtros e gerando energias alternativas, por exemplo. Por fim, contou:

> A Clínica Ambiental apoia o trabalho de resgate da cultura, bem como outras organizações de produção, com resgate e recuperação das espécies das abelhas, intercâmbios dos produtos das sementes, mediciponticultura (medicina com abelha – apicultura) e cultivos. Mostra práticas de troca de energias, rodas de ritual que começam às cinco da manhã e trocam sonhos, sentimentos, recuperação de tradições (Carlos Cabezas – Clínica Ambiental, 12/09/2017, relatório de reunião produzido pelo Instituto PACS, acesso em 25/08/2020).

Ao término das seis apresentações, uma representante da ONG Justiça Global ficou responsável por fazer uma síntese das experiências e dos problemas enfrentados nos diferentes locais. Era o discurso próprio dos movimentos sociais que precisam sempre sensibilizar os seus ouvintes para se engajar em causas específicas. Pareceu-me necessário reforçar – digo isso pela fala dos organizadores do PACS e Justiça Global – que as "lutas", as realidades dos contextos apresentados, eram parecidas ou próximas umas das outras, principalmente, se tratando das realidades de Santa Cruz e Piquiá de Baixo.

> Então, é importante refletir quais seriam nossas bases comuns? A gente vive na América Latina a problemática das veias abertas. Fomos nós que pagamos a conta do desenvolvimento. E essa conta só aumenta. Parece que é uma conta sempre maior a pagar. Somos experiências de resistência, de afirmação de modos de vida não mercantis. Isso ficou muito explícito nas apresentações dos painéis, neles apareceram as tradições. Tradições que representam vários sujeitos, saberes populares e que vai dar a linha para essas experiências. Cada um vai dar um nome diferente para os processos de mobilização. Sempre uma perspectiva popular – perspectiva da população afetada –, mas não sozinhos, como movimentos que vão apoiar e ajudar na construção dessa perspectiva popular para enunciar e fortalecer o argumento. É uma construção coletiva que vai ajudar a colocar essa pauta. [...] Isso demonstra a força desses processos. Quando a empresa se incomoda com o que a gente faz, é porque tem um impacto, que seja maior ou menor, elas estão monitorando as experiências, buscando desqualificar as pessoas. Esse processo que as empresas fazem contra o nosso trabalho, vai gerar deslegitimação, desqualificação, e vários tipos de ameaça e até morte de militantes. Temos que tomar cuidado com a exposição das pessoas que estão na linha de frente dos processos. É relevante pensar para que estamos produzindo essas informações? E com isso colocar alguns dos desafios. Não podemos perder de vista o enfrentamento ao poder corporativo. Se estivermos resistindo a algo, não podemos perder essa perspectiva, pois a vigilância pode estar articulada a outras estratégias de luta jurídica. Há uma estratégia política, nacional e internacional. Tem que compor. Acaba puxando uma estratégia geral. Outro desafio é a continuidade. O que temos em comum é a construção de conhecimento interno e o fortalecimento comunitário. Devemos ter em conta que o capitalismo se apropria das nossas

> metodologias e isso se volta contra nós, e por isso não podemos docilizar a revolta. E nem tentar se desvencilhar e negar a responsabilidade empresarial que pode estar articulada com processos de vigilância popular, por exemplo. Temos que tratar das questões de juventude e de gênero, que estão em pauta, que são sujeitos que estão na linha de frente dos processos, mas que podem ser cooptados pelas empresas. Há impactos diferenciados nas vidas das mulheres (Melisandra Trentin – Justiça Global, 12/09/2017, relatório de reunião produzido pelo Instituto PACS, acesso em 25/08/2020).

É importante chamar a atenção para alguns pontos do discurso anterior, trechos que nos ajudam a compreender o objetivo das ONGs com esses encontros. O primeiro já foi dito, que diz respeito a sensibilização a partir das bases comuns. O segundo está relacionado com os constantes termos que são reforçados nos diversos discursos mobilizados no decorrer deste trabalho, e que são retomados por Melisandra. São eles: resistência, saberes populares, luta, mobilização, entre outros, que servem para dar sentido e sensibilizar os atores envolvidos no conflito, além dos termos categorizadores que são retomados: juventude e gênero.

Da mesma maneira, nota-se a presença das violações de direitos humanos, não são todas as falas aqui contidas que trazem esse aspecto, no entanto, em todos os contextos há uma resistência, há uma crítica, uma contraproposta a uma ideia hegemônica e, em certa medida, um medo. Em todos os contextos, se nos aprofundarmos, vamos nos deparar com ameaças, perseguições, agressões, mortes, entre outras formas de violências sobre os críticos aos empreendimentos. Em suma, há uma criminalização dos movimentos sociais e dos defensores de direitos humanos. A desqualificação, a cooptação, a falta de participação dos processos de decisão e sanção pelos aparatos policiais são elementos que ajudam a reforçar essas violações (JUSTIÇA GLOBAL, 2015).

Por fim, podemos perceber que, nos diferentes territórios, os empresários utilizam o discurso do desenvolvimento capitalista – que parte do pressuposto de “levar progresso para os subdesenvolvidos”. Esse seria um desenvolvimento por vias empresariais, pelo progresso econômico, por “melhorias” na infraestrutura por intermédio de um investimento privado com a anuência da administração pública.

A ideia de desenvolvimento é sustentada por gestores empresariais, proliferando a noção de que a presença do empreendimento em certas regiões leva emprego, movimenta a economia e melhora a infraestrutura. Como apontado por Bronz (2016, p. 158), “a crença na melhoria da vida pela via do desenvolvimento econômico está fortemente enraizada na construção discursiva que acompanha os grandes projetos industriais”. Os projetos industriais tratados possuem esta mesma lógica, são imbuídos pela lente do imperialismo que submete os contextos

latino-americanos à morte, aos seus valores, produzindo a inexistência de territórios e de suas culturas.

Em muitos debates apresentados pelo Coletivo Martha Trindade, questiona-se: "os empreendimentos levam desenvolvimento para as regiões em que eles se instalam?" Na maioria das vezes os movimentos sociais com os quais conversamos ou alguns membros destes dizem que "não". No entanto, costumo discordar, dizer que não leva desenvolvimento é estar totalmente enviesado pelo discurso dos movimentos sociais, e afirmar que conduz ao desenvolvimento é abraçar o viés do que dizem os empresários.

A questão é: temos uma forma de desenvolvimento que não é a que concordamos, uma via do progresso que enxerga o crescimento de forma linear, em uma visão eurocêntrica de que o avanço só pode ser atingido por meio da economia e de apenas um olhar cartesiano de mundo. Uma visão de mundo que ignora as formas de vida ditas "tradicionais", as maneiras de viver existentes antes da chegada desses empreendimentos: negras, periféricas, indígenas, ribeirinhas, entre outras.

Desta forma, Escobar (2010) caracteriza o desenvolvimento – não apenas no sentido empresarial, mas estatal também – como um projeto tanto econômico na essência capitalista e imperial quanto cultural. Compreende-se cultural, pois ele parte da experiência particular da modernidade europeia e subordina as demais culturas que se submetem a ela. Além de exercer uma hierarquização de conhecimento no qual a racionalidade ocidental está acima de todas as outras formas epistemológicas.

Por se tratar de regiões periféricas, em contextos de periferia mundial – a América Latina –, o discurso do desenvolvimento torna-se mais fácil de ser proliferado e reproduzido no imaginário das populações, porque se o Estado não cumpre integralmente seu papel de levar infraestrutura urbana, empregabilidade, projetos de bem-estar social, surge uma empresa privada se propondo a cumprir esse dever[47], demonstrando-se como servidora da população, fazendo o papel da Administração Pública, ou seja, exercendo o que o Sociólogo Pierre Bourdieu (2010) denomina como "ato de Estado". Em síntese, os megaempreendimentos recebem a anuência da administração pública para exercer o papel do Estado, seja em bairros ou grandes cidades, isto pode ser notado em Cajamarca, Catamarca, na Amazônia Equatorial e nos contextos brasileiros de Caetité, Santa Quitéria, Piquiá de Baixo, Duque de Caxias e Santa Cruz.

---

[47] Muitas das vezes as empresas cumprem o papel, mas isso não é feito por benevolência. São acordos prévios e estabelecidos através de documentos como Termo de cooperação ambiental, Termo de ajuste de conduta, entre outros.

A relação empresa/estado nas relações políticas no Brasil é reforçada aqui e muito bem ilustrada por Bezerra (2017), ao detalhar as atuações da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) em diversos governos Federais, Estaduais e Municipais na República brasileira, destacando que os negócios da empreiteira e seu crescimento sempre estiveram relacionados às práticas inerentes à administração pública[48]. O autor se esforça em compreender e deixar explícito as estratégias de uma empreiteira para garantir a realização de seus negócios e as suas redes de relações que são estabelecidas com agentes do poder público.

Portanto, o contexto trazido por Bezerra (2017), assim como em todos relacionados às empresas em que apresentei aqui, há um diálogo direto com a proposta de Timothy Mitchell (2015), que sugere o Estado e o Mercado como dois agentes imbricados no mesmo regime de governança.

A linha entre Estado, mercado e sociedade é traçada internamente, dentro de uma rede de mecanismos institucionais, por meio dos quais se mantém determinada ordem social e política". "A distinção entre Estado e Sociedade em si, é um mecanismo que gera fontes de poder" (MITCHELL, 2015, p. 175). O conceito de Estado tratado por esse autor não busca mostrar o Estado e as organizações privadas como uma só estrutura de poder integrado, mas sim, demonstrar seus conflitos, assim como as diferenças entre as distintas dependências de governo e as corporações privadas dentro de cada uma delas.

Com essa relação entre Estado e Mercado fundamentada com os relatos trazidos no segundo dia de evento, retomo à descrição dos acontecimentos, uma vez que é necessária a compreensão da articulação entre as distintas ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos na construção desses eventos.

Como planejado inicialmente para esse evento, foi produzida uma facilitação gráfica e apresentada ao final do encontro (*figura 12*).

[48] Um dos exemplos também mencionados é a participação de empreiteiras no processo de elaboração e execução do orçamento federal. O autor analisa diversos documentos que mencionam algumas dessas práticas, documentos, como diz o artigo, "apontam para a compreensão adquirida pela empresa a respeito do funcionamento da burocracia estatal e das relações políticas (BEZERRA, 2017).

Figura 12 - Facilitação gráfica do segundo dia de encontros entre coletivos da América Latina. 12/09/2017.

Fonte: Instituto PACS.

2.3.3 Início da divulgação de resultados da Vigilância Popular em Saúde para a sociedade civil – "As lutas que educam na América Latina"

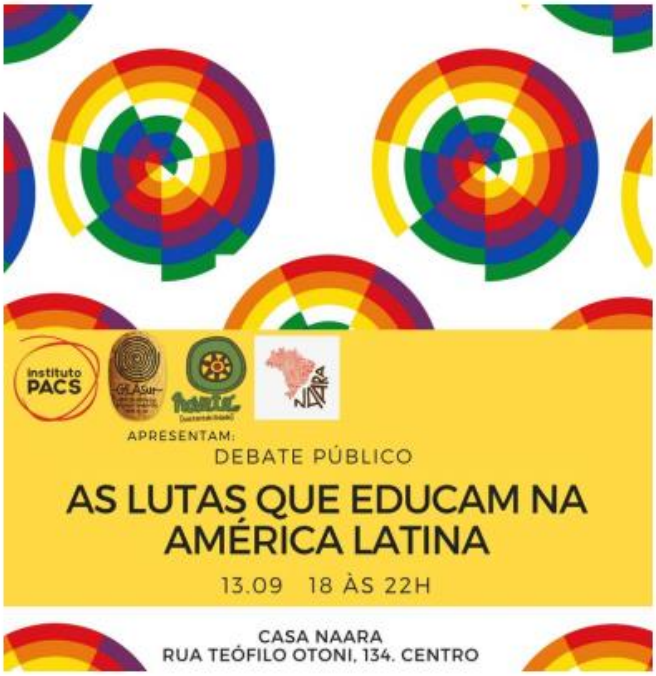
O último dia de evento iniciou com uma visita à Fiocruz, o foco agora eram os membros do Coletivo Martha Trindade e Coletivo de Vigilância Popular em Saúde de Piquiá de Baixo. Ambos seguiram para a sede da instituição para ter o primeiro contato com os resultados do processo de aferição que ocorreu no Rio de Janeiro e no Maranhão. Aquele era o momento de ter conhecimento e interpretar o que foi produzido nos últimos meses. Os resultados já foram detalhados na presente pesquisa.

Após os debates na Fiocruz, na parte da noite, todo o grupo seguiu para o Centro do Rio de Janeiro para um espaço chamado Casa Naara, que era uma loja colaborativa e espaço coletivo de arte, exposições, debates e atividades culturais que recebeu o evento "As lutas que educam na América Latina[49]", organizado pelo Instituto PACS, o Coletivo Haveté e Grupo de pesquisa

[49] *Veja mais em: http://pacs.org.br/2017/09/18/as-lutas-que-educam-coletivos-latino-americanos-juntam-forcas-frente-aos-grandes-projetos/*

GEASUR (F). O encontro teve o objetivo de divulgar, pela primeira vez, os resultados da Vigilância Popular em Saúde e debater temas pertinente aos impactos ambientais relacionados às mineradoras, siderúrgicas, petrolíferas, entre outras, trazidas pelos coletivos convidados.

Figura 13 - Banner do evento - As lutas que educam na América Latina. 13/09/2017.



Fonte: Instituto PACS.

Assim como no espaço Raízes do Brasil, ocorreu uma nova rodada de apresentação dos coletivos convidados, mas, dessa vez, apenas Mirtha (Peru), Carlos (Equador) e Sebastian (Argentina) apresentaram suas experiências. Ao final, um representante de Santa Cruz e um de Piquiá relataram, em cinco minutos, cada um dos contextos de conflito de suas regiões e divulgaram pela primeira vez os resultados do projeto de medição da qualidade do ar produzido pelos coletivos. A atividade também teve facilitação gráfica elaborada (F).

Figura 14 - : Facilitação gráfica do terceiro dia de encontros entre coletivos da América Latina. 13/09/2017.

Fonte: Instituto PACS..

2.3.4 Entrega do Relatório de Vigilância Popular em Saúde na ALERJ e Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro

No dia 26 de outubro de 2017, em mais uma fase de divulgação dos dados, os membros do Coletivo Martha Trindade com representantes do Instituto PACS visitaram gabinetes de deputados estaduais e vereadores do Rio de Janeiro. O objetivo era entregar o relatório gerado

junto à FIOCRUZ com os resultados das aferições da qualidade do ar. Políticos como Marcelo Freixo (PSOL) e Eliomar Coelho (PSOL) receberam pessoalmente o relatório. Outros políticos, como André Corrêa (DEM), Lucinha (PSDB), Luiz Paulo (PSDB), Tarcísio Motta (PSOL), Flávio Serafini (PSOL), Renato Cinco (PSOL), Marielle Franco (PSOL), Reimont (PT), Junior da Lucinha (MDB), receberam o relatório por intermédio de seus assessores. O objetivo era levar ao conhecimento de parlamentares críticos à operação da Ternium, atuantes no bairro de Santa Cruz e relacionados com a causa ambiental no estado e município.

Essa é uma estratégia marcante das organizações da Sociedade Civil desde a redemocratização brasileira. Antes mesmo, durante a década de 1970, os movimentos de educação popular e pautados da Teologia da Libertação já estavam inserindo-se em periferias urbanas e comunidades rurais para retornar com as ações políticas; esses foram alguns ensaios para a retomada da democracia brasileira (MOREIRA, SANTIAGO, 2018). A partir da década de 1980, podemos chamar a atenção para a presença dos movimentos sociais na realização da nova constituinte e no movimento "Diretas Já", dando origem ao que chamamos de Democracia Participativa.

Dessa forma, passa a haver uma maior incidência dos movimentos sociais nas políticas públicas, de maneira que ocorreram diversas conquistas para a sociedade civil a partir dessas intervenções. Deve-se destacar que a Igreja Católica, bem como as comunidades eclesiais de base, teve uma forte influência no contexto, encorajando os movimentos populares do campo e da cidade a buscar cidadania "denunciando a falta de acesso às políticas públicas e reivindicando o 'direito a ter direitos'" (MOREIRA, SANTIAGO, 2018, p. 72).

> A presença das organizações e movimentos sociais nos espaços que vão se constituindo no âmbito local passa a ser pauta política desses sujeitos coletivos, ocupando grande parte do tempo nos movimentos de planejamento de suas ações e formação política, tendo em vista ser uma nova demanda no campo da participação (MOREIRA, SANTIAGO, 2018, p. 73).

Na década de 1990, os movimentos associativos se fortalecem e garantem uma maior participação da sociedade civil nas decisões dos estados e municípios, assim, pressionando pelo redesenho de novas políticas públicas. Dou um destaque a uma participação desses movimentos no orçamento de alguns municípios, provocando a origem do chamado "orçamento participativo". Do mesmo modo, podemos notar a participação dos movimentos na construção

dos planos diretores[50] das cidades, uma vez que precisa abranger as diversas particularidades dos atores políticos, sociais, econômicos e culturais dentro delas.

Nos últimos, podemos notar a influência da sociedade civil organizada em diversas conquistas de políticas públicas em nível nacional, a saber, a política de cotas nas universidades e concursos públicos, a Lei nº 10.639, que busca garantir o ensino de história e filosofia africana e afro-brasileira na educação básica, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), reconhecimento do casamento LGBTQIA+, entre outros.

Portanto, a incidência em mandatos parlamentares, participação em audiências públicas, manifestações em órgãos públicos e até mesmo a candidatura de um membro do movimento social, pode ser uma arma na luta por políticas públicas efetivas para a população, por isso, o Instituto PACS junto ao Coletivo Martha Trindade seguiu com esta estratégia em sua atuação naquela época.

2.3.5 Divulgação do dragão de Aço

Em maio de 2019, o Coletivo Martha Trindade junto a membros do PACS começou uma turnê em escolas para apresentar o jogo Dragão de aço (*figuras 15 e 16*) e ministrar palestras acrescidas de rodas de conversas sobre impactos causados pela siderurgia em Santa Cruz, principalmente, e em outros lugares do país. O jogo[51] é fruto da pesquisa "Quintais e usinas" produzida em 2017 por Janaína Pinto que, na época, era comunicadora do Instituto PACS. O jogo, bem como a pesquisa, trata de oito (8) territórios brasileiros que são impactados pela siderurgia, estas localidades aparecem tanto no tabuleiro quanto na cartilha que acompanha o jogo. Os locais retratados são, respectivamente, Marabá (PA), Açailândia (MA), São Gonçalo do Amarante (CE), Sete Lagoas (MG), Ipatinga (MG), Vitória (ES), Volta Redonda (RJ) e Rio de Janeiro (RJ).

---

[50] "[...] o plano diretor é o instrumento básico da política urbana municipal, e é composto por diversos capítulos que abrangem temas como: diretrizes gerais do plano, políticas setoriais, instrumentos urbanísticos, métodos de acompanhamento da implementação do plano diretor e do cumprimento das diretrizes e especificidades da política urbana, e assim por diante (SOUSA et al., 2018, p. 69). "[...] o processo de elaboração de um plano diretor é composto por diversas etapas, como diagnóstico, capacitação de delegados, reuniões públicas setoriais ou por área, audiências gerais, grupos de trabalho etc. Durante as mesmas, podem ser expressas as vontades de um setor político e econômico dominante, como afirma o senso comum, mas pode-se detectar também casos em que os demais atores sociais conseguem obter voz. Tais variáveis só poderão ser efetivamente comprovadas através de uma análise em campo" (SOUSA et al., 2018, p.71).

[51] Veja mais e obtenha o jogo em: http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/dragao-de-aco-combata-as-violacoes-de-direitos-na-sife/

> [...] o que a gente observa ao percorrer essas oito cidades, foram um pouco mais de oito porque a gente foi em algumas outras para falar com o ministério público, a defensoria pública, pesquisadores e pesquisadoras [...], mas, se eu for dizer pra vocês a primeira conclusão é que, no final das contas, nós estamos falando de lutas e de resistências por terra, por água e por ar puro, ou seja, saúde e por participação política nas decisões que dizem respeito a essa terra, a essa água e a esse ar puro. Então a gente está discutindo essencialmente uma democracia direta em um cenário ou em cenários onde ela é essencial para sobrevivência dessas pessoas e para a qualidade de vida dessas pessoas. Porque, se você tem um dragão de aço do lado da sua casa, os seus móveis estão todos sujos de poeira preta, o seu pulmão recebe essa mesma poeira preta, é uma invasão absurda à sua vida. Dentro do seu corpo você é invadido pela presença daquela indústria, mas também das decisões mais básicas da sua vida são invadidas pela presença da indústria, porque a sua casa fica ameaçada se ela estiver no terreno que foi doado (normalmente é doado, né?) por um governo ao empreendimento, você vai ter que sair da casa, talvez você receba alguma indenização se você tiver alguma organização política ou alguma organização do terceiro setor comprometida com a justiça social e ambiental ao seu lado, senão é provável que você receba um tapinha nas costas ou nem isso, chegue o trator e derrube como aconteceu em Santa Cruz, e acontece em Marabá e acontece em tantos outros lugares, não só relacionadas à indústria do aço (JANAÍNA PINTO FALA SOBRE PESQUISA NACIONAL SOBRE SIDERURGIA, 2017) .

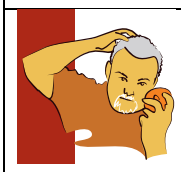
O jogo conta com oito personagens fictícios que representam cada um desses locais e, à medida que o jogador vai avançando no tabuleiro, acumula pontos, que são adquiridos ao responder perguntas referentes aos conflitos ambientais relacionados à siderurgia. Ao final do jogo, após acumular pontos, o jogador precisa enfrentar o “dragão de aço”, que representa, na perspectiva do jogo, o setor siderúrgico. A pontuação que representa o dragão de aço é aleatória e, se o jogador que chegar ao final, não tiver a pontuação necessária para derrotar o dragão, poderá aguardar os outros para somar pontos. Em suma, trata-se de um jogo colaborativo e informativo, para que estudantes em geral entendam os cenários de conflito ambiental ligados às siderúrgicas.

Na educação ambiental, é muito comum a utilização de jogos para a conscientização de crianças e adolescentes, constituindo-se de uma maneira lúdica de se aprender sobre distintos contextos. Essa metodologia educacional rompe com a ideia tradicional de uma pessoa à frente do grupo repassando o conhecimento. O dragão de aço possui uma interação entre textos e imagens que permite uma maior participação dos estudantes, considerando que eles mesmos escolhem seus personagens e precisam responder perguntas específicas (ANEXO C) para avançar no tabuleiro. Com as respostas corretas (ANEXO D) o personagem obtém a pontuação de força que deve ser maior que a do dragão de aço ao fim do trajeto.

Assim, ao aprender brincando, o estudante se diverte sem haver o rompimento com a seriedade do assunto. Os oito personagens do jogo são baseados em pessoas reais dos diferentes contextos, e cada um deles tem a sua história de vida atravessada por um empreendimento de

sua região. Esse é um elemento que deixa a dinâmica mais interessante, uma vez que os estudantes podem construir uma simpatia pelas histórias apresentadas. São eles:

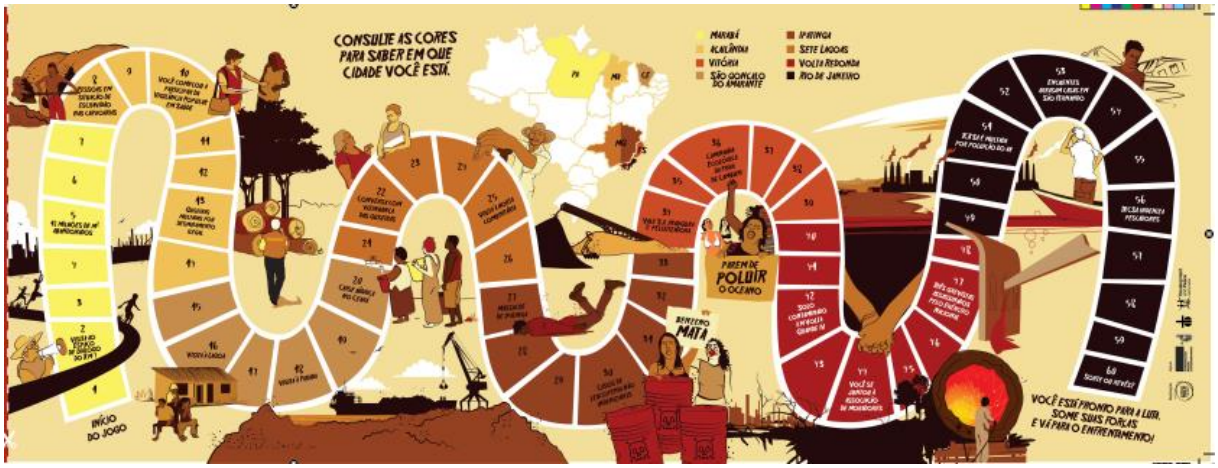
Tabela 3 - Personagens do Dragão de Aço e suas respetivas histórias.

	Claudemir (Marabá – PA) Você é um migrante maranhense que mora na periferia de Marabá. Cinco anos atrás, você foi uma das mais de 400 pessoas demitidas por uma fábrica de ferro-gusa. Com a ajuda do Sindicato dos Metalúrgicos (Simetal), você entrou na justiça para receber indenização por danos morais. O processo ainda não deu frutos. Como você não conseguiu outro emprego formal, faz bicos de pedreiro.
	Suelen (Açailândia – MA) O quintal da sua casa termina na cerca da fábrica de ferro-gusa mais próxima. Entre o berço do seu bebê e o forno industrial são menos de 150 passos. Você é filha de migrantes cearenses, acaba de terminar o ensino médio e está desempregada. Para complementar a renda da casa dos pais, faz bicos de faxineira em bairros vizinhos
	Maria (São Gonçalo do Amarante – CE) Você é dona de casa e mora no Assentamento Parada. Seu bairro fica dentro do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Todo dia, o pó preto da Companhia Siderúrgica do Pecém e de duas termelétricas entra pela janela junto com a luz da manhã. Você foi removida da Comunidade Tapuio, onde produzia farinha, criava animais e plantava. No Assentamento Parada, isso não é possível.
	Fernanda (Sete Lagoas – MG) Você é assistente social e trabalha com saúde do trabalhador. Em vinte anos, você nunca atendeu alguém se queixando de problema nos pulmões nem no coração relacionado ao trabalho em fábricas de ferro-gusa. Mas você mora perto de uma fábrica de ferro e já ouviu muitas histórias sobre graves acidentes de trabalho nessas usinas. O pó preto entra na sua casa.
	Carlos (Ipatinga – MG) Você é operário da Usiminas. Seu amigo trabalhava em um setor da empresa com exposição a benzeno, substância química que causa câncer. Ele adquiriu leucopenia, uma condição no sangue que prejudica as defesas do corpo. Você é morador da Vila Ipanema e bebia água de poço artesiano. Em 2010, descobriu que ela estava contaminada por toxinas da siderúrgica. O benzeno é uma delas
	Lúcia (Vitória – ES) Você é professora e mora no bairro Jardim da Penha. Lá do Complexo Industrial de Tubarão (CIT) vem um vento cheio de pó preto que entra pelas janelas do seu apartamento e suja tudo. Sua filha é alérgica, e tem várias crises por ano. O fundo do mar da praia que vocês frequentam está cheio de minério de ferro derramado ilegalmente pela Vale S.A.
	**Robson (Volta Redonda – RJ)** Você é um eletricista com carteira assinada pela Companhia Siderúrgica Nacional. Você mora no conjunto habitacional Volta Grande IV. Não pode comer os frutos das árvores plantadas no quintal de casa nem cultivar uma horta nele porque o solo está contaminado por lixo tóxico e irregular da siderúrgica
	Maiara (Rio de Janeiro – RJ) Você é estudante do ensino médio e mora no conjunto habitacional São Fernando, bairro de Santa Cruz, capital do Rio de Janeiro. Entre 2006 e 2012, sua casa alagou várias vezes. A Ternium Brasil ainda se chamava ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) quando fez uma obra no canal do Rio São Fernando um pouco antes das enchentes.

Fonte: Instituto PACS adaptado pelo autor, 2021.

Até o momento, a oficina foi realizada duas vezes no Colégio Pedro II (campus Realengo) – respectivamente nos dias 25 de maio e 3 de agosto de 2019 – e uma vez no CEFET (campus Itaguaí), no dia 28 de outubro de 2019. Vale mencionar que o Dragão de aço foi financiado pelas instituições Fundação Rosa Luxemburgo, *Fastenopfer* e *Development and Peace*.

Figura 15 - Trajeto no tabuleiro do jogo Dragão de Aço.



Fonte: Instituto PACS.

Figura 16 - Tabuleiro do dragão de aço. O jogo perpassa sobre territórios afetados por siderúrgicas no Brasil.

Fonte: Instituto PACS.

A pesquisa Quintais e Usinas – usada na construção do jogo – também traz um panorama sobre a produção de aço no país, apresentando em números os dados sobre esse mercado. Segundo Janaína Pinto (2017a), até 2015 o país havia produzido 33,3 milhões de toneladas de aço no Brasil, para isso, foram gastos 5,4 trilhões de litros de água para produção.

No total, foram emitidos 58,8 milhões de toneladas de Co² (gás carbônico). O Brasil é um dos principais produtores de aço do mundo em um *ranking* liderado pela China (PINTO, 2017; SANTOS, 2010), a principal compradora de *commodities* do Brasil. Os Estados Unidos da América são o maior comprador de aço do mercado brasileiro e líder na exportação dessa mercadoria em âmbito mundial.

A autora chama a atenção para a produção de aço por alguns países que compõem o BRICS[52],

> [...] a Rússia produz 70% do aço da Comunidade dos Estados Independentes (CEI); a Índia, 8% da produção asiática; a China, 72%; e a África do Sul é responsável por 47% do aço africano. Juntas, essas nações produzem mais de dois terços de todos os produtos siderúrgicos do mundo (PINTO, 2017a).

Rodrigo Santos (2010) destaca que o zelo do Estado brasileiro com a indústria siderúrgica é explicado de forma conjuntural pela sua política econômica, principalmente, pelo fato do aço sempre ter sido um elemento chave para a economia do país. No período de 1941 a 1985, foi "um instrumento elementar das estratégias de defesa e desenvolvimento" e depois, no período de 1986 a 2010, um "elemento-chave" das concepções macroeconômicas de equilíbrio nos balanços comerciais e de pagamentos. Desse modo, considerando a importância do aço para o país, é relevante compreendermos a perspectiva empresarial, visto que a empresa busca articular algumas ferramentas jurídicas e práticas empresariais para garantir sua operação em território nacional. Analisaremos essa perspectiva mais à frente.

2.3.6 Coletivo de Autogestão e PPAD

Todo fim de ano ocorre o curso de autogestão organizado pelo PACS, que reúne membros de diversos coletivos e movimentos sociais. As pessoas ficam cerca de quatro dias hospedadas em um espaço debatendo sobre diversos assuntos, com oficinas, dinâmicas de grupo, entre outras práticas comuns a movimentos sociais.

> Nós temos também o curso autogestão e bem-viver nos territórios, que está indo agora para o seu sexto ano, e trabalha diretamente na construção de alternativas e ações coletivas entre movimentos sociais. Nosso trabalho também está em visibilizar o trabalho dessa agricultura familiar, visibilizar o trabalho da agroecologia, sobretudo o trabalho das mulheres na agroecologia, que se coloca como antissistêmica, na medida em que produz vida (Vídeo institucional do Instituto PACS).

[52] BRICS é um agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico. É composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Estive nos cursos de 2017 e 2018. Em 2019 não pude participar, pois houve atividades do trabalho e responsabilidades pessoais que impossibilitaram minha presença. O curso é realizado a partir de recursos da *Fastenopfer, Brot für die welt* e DKA Áustria.

> Ao longo dos cinco anos de existência, a formação já recebeu mais de 35 movimentos sociais, que compartilharam histórias de aquilombamento, aldeamento, comunitarismo, assentamento, coletivização, cooperativização, feminismo comunitário e territorialidade como transformação histórica e social. Além disso, é um espaço de construção coletiva do "Plano Popular de Alternativas ao Desenvolvimento", um plano de ação integrada entre movimentos populares sociais (Fonte – site oficial do Instituto PACS, acesso em 22/01/2020).

Atualmente, existem os encontros do coletivo de autogestão por vias remotas. Por meio dele, foi construído o PPAD – Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento, que é descrito como "instrumento que visa potencializar, subsidiar, visibilizar e articular alternativas populares e territoriais já existentes". Segundo a Aline Lima, coordenadora do Instituto PACS, o PPAD "é um mapeamento de iniciativas de movimentos sociais populares, de organizações, redes, articulações que a gente entende como alternativas aos modelos de desenvolvimento capitalista. Ele nasceu no curso Autogestão bem-viver e territórios que aconteceu em 2015 e se repete todo final do ano, reunindo todas essas experiências autogestionárias de todo o Brasil".

Atualmente, o grupo é composto por 24 organizações (entre coletivos e movimentos sociais), podemos listar: Rede CAU – Rede Carioca de Agricultura Urbana; Rede Tumulto; Aldeia Maracanã; AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro; Coletivo Nacional de Agricultura Urbana; GT Mulheres AARJ; FCT – Fórum de Comunidades Tradicionais; Quilombo do Campinho; Coletiva as Caboclas; Espaço Comum Luiz Estrela; Mulheres de Pedra; Teia dos povos do Maranhão; Brigadas Populares; MTST; Assentamento Terra Vista; Movimento Sem teto da Bahia (MSTB); Coletivo Pão e Tinta; CEM – Centro de Integração Serra da Misericórdia; Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP); Coletivo Auê; Sítio Ágatha; CEDAC – Centro de Ação Comunitária; Coletivo Martha Trindade; e Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste.

O plano possui uma plataforma online[53] na qual há um mapa com as atividades feitas por cada um dos referidos movimentos. Estes são categorizados por áreas temáticas com base em suas atuações. No site, os coletivos podem atualizar com publicações, *podcasts*, vídeos, músicas, entre outras formas de conteúdos relacionados à sua "luta". A coordenadora explica

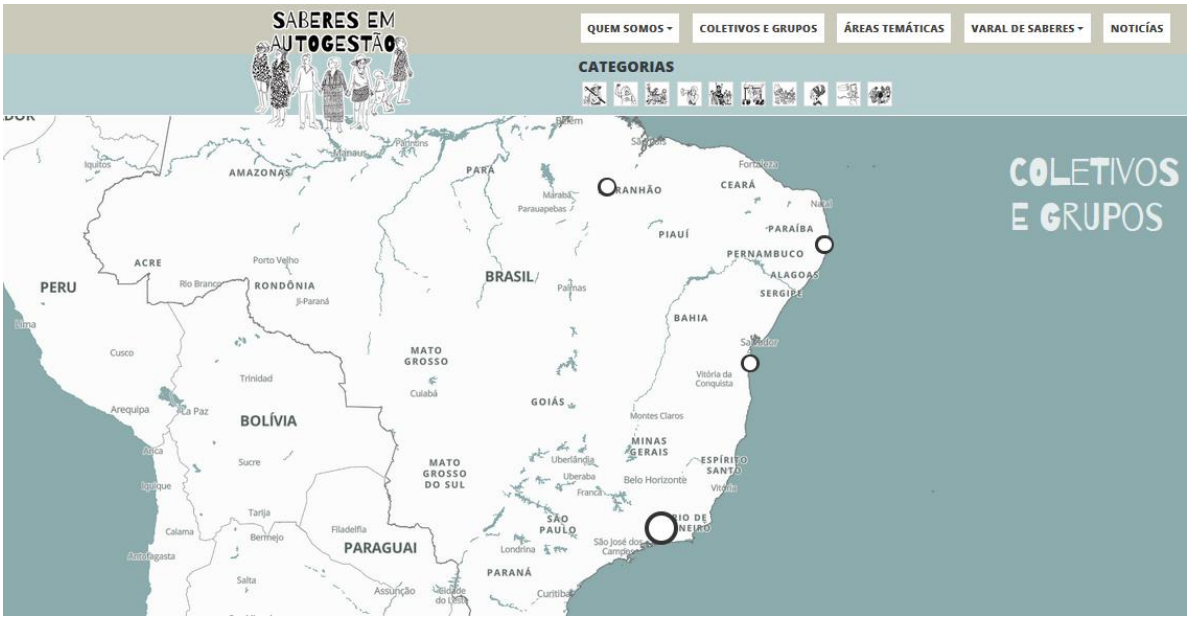
[53] Acesse: http://ppad.org.br/

que “a plataforma é instrumento de visibilidade não só das ações individuais, mas também do que surgiu entre os grupos em ações conjuntas”.

Conversei um pouco com a comunicadora do Instituto PACS, Isabelle Rodrigues, que participou ativamente da idealização da plataforma e contou um pouco sobre o processo.

> A ideia do PPAD (Plano Alternativo Popular ao Desenvolvimento) é ser uma plataforma virtual colaborativa e multimídia, que traga como uma espécie de vitrine dos coletivos e dos movimentos sociais que fazem parte desse plano. E que estiveram no processo de memória e de construção do Coletivo Autogestão, que partiu do Curso de Autogestão. Então, quando a gente pensou o modelo da plataforma virtual, a ideia era que fosse um espaço que pudesse ser alimentado periodicamente e não fosse estante, como seria um livro, por exemplo, ou uma publicação, uma cartilha. Que fosse uma coisa que pudesse ser atualizada com uma certa frequência, e que pudesse ser de simples acesso.
> Então, que uma pessoa que entre possa saber quais são os coletivos que fazem parte, o que esses coletivos fazem, como eles atuam territorialmente e, enfim, por isso a gente tem essa divisão (Isabelle Rodrigues, entrevista concedida ao autor, 15/06/2021).

Figura 17 - Mapa dos coletivos autogestionados agrupados por regiões no Brasil.



Fonte: ppad.org.br

A entrevistada também falou sobre o mapa *(Figura 17)* que conta com as experiências autogestionadas que fazem parte do PPAD, destacando sua divisão em categorias (*Figura 18*).

> Quando a gente pensou na parte do mapa, que é uma das opções do *menu*, da aba. A ideia é que a pessoa que vá navegar, o usuário do site consiga navegar pelo mapa e clicar nos pontinhos e ver quais coletivos que tem em cada estado, qual é próximo um do outro e o que dentro desses coletivos, quais os temas abordados. É aí que entra a aba das categorias, que a gente chama de áreas temáticas. E ali tem: agricultura

urbana, agroecolologia e soberania alimentar, defesa das águas, luta por terra, lutas antirracistas, feminismos, enfim, tem vários temas e foram construídos conceitos coletivos para cada um desses temas. Então, quando você entra lá, tem as ilustrações com os nomes dessas categorias, e aí quando clica tem vários conceitos coletivos criados durante os cursos e criados nas reuniões com os coletivos para fazer isso. É uma espécie de: 'como que o PPAD olha para a agroecologia?' 'Como que PPAD olha para as lutas antirracistas?' 'Como que o PPAD olha para a luta por terra, para a luta das águas'? Em baixo tem um botão que é 'o que é esse conceito para você?'. Que é a ideia de apresentar para a pessoa que está no site como o PPAD olha para aquele tema e receber da pessoa que também está vendo, como que ela olha para aquele tema. E para ser um instrumento para criação de conteúdo (Isabelle Rodrigues, entrevista concedida ao autor, 15/06/2021).

Figura 18 - Figuras representativas às categorias que subdividem os coletivos do PPAD.

Fonte: ppad.org.br

Além disso, tem as notícias, as publicações, os podcasts, os livros, enfim, toda essa variedade de materiais que são produzidos pelos coletivos, pelo PACS, por todo mundo que faz parte do PPAD. Tem a parte das músicas, a ideia é que ela seja construída por uma playlist de músicas que inspiram: músicas regionais, populares, de artistas independentes dos territórios e, que inspirem culturalmente esses territórios. A ideia é que seja colaborativo mesmo, assim, se você tiver uma música para falar a gente coloca lá. A ideia é que a pessoa possa entrar também e se inspirar no PPAD por diversos formatos, ou em texto, ou em livro, ou em podcast, ou ouvindo uma música, ou vendo um vídeo ou documentário. Que possa abarcar várias linguagens. E, por fim, tem o Rio do Tempo, que conta o processo do PPAD, de onde ele surgiu. Desde a ideia até onde ele está e até onde ele vai. E aí a ideia é que não seja uma linha do tempo, porque é como se linha tivesse fim. Então a ideia do Rio do tempo é de como que foi percorrendo, por onde foi passando até que a gente chegasse até aqui e pra onde esse rio vai continuar correndo. E por isso a gente criou a ideia do Rio do tempo com os marcos temporais de todo o processo. Então pra finalizar, o PPAD é isso, um lugar em que as pessoas possam entrar e divulgar o que os coletivos estão fazendo, os materiais que estão sendo produzidos, receber novas pessoas para o PPAD, Coletivo de Autogestão e dessa rede. Mas também para exaltar para o mundo quais são esses coletivos e o que essas pessoas estão fazendo, quais são os conceitos e perceber o que as pessoas pensam. É um espaço de troca de experiências que está livre para todo mundo que quer entrar, quer participar, aprender ou utilizar como pesquisa. Eu acho que quando a gente voltar para o presencial, é o tipo de coisa que a gente vai levar para um curso, vai pensar juntos. Nesses tempos virtuais foi a maneira mais efetiva que a gente encontrou de colocar tudo que os coletivos estão fazendo e,

> quando voltarmos ao presencial a gente vai potencializar ainda mais (Isabelle Rodrigues, entrevista concedida ao autor, 15/06/2021).

3 REAÇÃO DA TERNIUM – POSICIONAMENTO EMPRESARIAL E CONDICIONANTES QUE PRODUZEM LEGITIMIDADE

3.1 Um olhar sobre as práticas empresariais, o outro lado do conflito

Aqui chego a um momento de inflexão de meu trabalho, na medida em que me esforçarei para mostrar "em parte" o outro lado do conflito, ou seja, práticas e atos da CSA (Ternium, antiga ThyssenKrupp). Deixo aqui bem explícito que meu interesse inicial de dissertação era entender a empresa como um todo: suas estratégias, suas estruturas, suas práticas, documentos e ritos jurídicos/burocráticos. No entanto, no desenvolvimento do trabalho deparei-me com alguns problemas: o primeiro é que meu campo dizia bem mais sobre a atuação dos movimentos contrários do que sobre a própria CSA. Além disso, meu olhar foi totalmente afetado pelos discursos dos meus interlocutores sem ao menos eu ter percebido isso. Acabei engajando-me na crítica contra a empresa e deixei de notar a falta de distanciamento em alguns escritos anteriores, nesta escrita etnográfica chamo a atenção para isso.

O olhar aprofundado sobre o lado dos mobilizados e mobilizadores não me impede de trazer alguns pontos fundamentais sobre a Ternium, uma empresa, um poderoso ator político que exerce influência sobre um território e sobre uma população. Esse seria o segundo problema, não havia tempo hábil para desenvolver dois anos de campo sobre empresários, seria até desrespeitoso com a pesquisa, deveria aproveitar os dados que vinha coletando desde a graduação até então, deixando a ideia anterior para outra fase acadêmica.

Por conseguinte, como já sugeriu Laura Nader (2020), encontrei-me em um primeiro momento cercado pela dificuldade de estudar "os de cima", atores políticos e sociais que não querem ser estudados! É um grupo restrito, que impõe diversos empecilhos éticos e metodológicos para a realização dos trabalhos acadêmicos. Não devo descartar o fato do meu estudo não se tratar ainda de um estudo "de cima", já que as ONGs também são atores difíceis de se compreender[54] e as organizações de cooperação também são poderosas, assim como os movimentos sociais no ponto de vista simbólico. Compreendo que esse trabalho permanece na

[54] No sentido antropológico, não conseguimos compreendê-los por uma simples observação. São considerados "os de cima" pois possuem seus próprios interesses que não são divulgados para toda a sociedade. Determinados aspectos de sua atuação podem causar incômodo, são pouco conhecidos por alguns espaços acadêmicos e geralmente optam por mostrar uma visão mais salvacionista. Neste sentido, saio da zona de conforto da Antropologia em estudar os ditos "subalternos", "oprimidos" e "atingidos". Buscando apresentar a perspectiva de um ator que não é necessariamente uma empresa, a administração pública ou um partido político. Mas um ator "de cima" que contribui para o processo democrático e dita de certo modo os rumos do conflito, ajuda a mobilizar atores frente à uma injustiça ambiental.

proposta de “reinventar a antropologia” (NADER, 2020) ao estudar os de cima, o que não me impediu em nenhum momento de estudar “os de baixo”.

De qualquer forma, por ser um conflito, trago alguns pontos sobre a siderúrgica, principalmente a forma como ela lida com as críticas dos grupos mobilizados. Iniciarei com sua reação aos resultados da medição em Santa Cruz. Especificamente no dia 15 de outubro de 2017 (domingo), o jornal “O dia” divulgou a matéria em versão impressa e digital com o título “Santa Cruz sob nuvem de poluição”. Em subtítulo, complementava, “Monitoramento no bairro constatou que o ar está com índices de poluição três vezes maiores do que o recomendado”. A matéria tratava de forma crítica a questão da poluição em Santa Cruz e associava diretamente os resultados obtidos na Vigilância Popular em Saúde à operação da siderúrgica Ternium.

No domingo seguinte, uma nova matéria sobre Santa Cruz foi publicada no jornal, dessa vez apresentando o ponto de vista da empresa.

> A Ternium, responsável pela Usina Siderúrgica CSA, esclarece que cumpre todas as exigências da sua licença ambiental e que a emissão de material particulado PM 10 na atmosfera segue dentro do estipulado por lei. Após reportagem do DIA, publicada no último domingo, “Santa Cruz sob nuvem de poluição”, a empresa se coloca à disposição dos estudantes do projeto Vigilância Popular em Saúde, para recebê-los na usina e mostrar o trabalho realizado para o controle de emissões no bairro. A empresa ressalta que o projeto monitorou a presença de material particulado PM 2,5, que não é um item estabelecido como padrão legal para avaliação da qualidade do ar pelas autoridades ambientais. Esse tipo de partículas, nas áreas urbanas, está associado principalmente à emissão vinda de veículos. O monitoramento das emissões atmosféricas da usina e do ar das comunidades próximas é feito 24 horas por dia, em três modernas estações. As informações são encaminhadas em tempo real para o Inea (Jornal O Dia, 22/10/2017).

A resposta dada pela empresa deslegitimava totalmente o projeto de Vigilância Popular em Saúde, além de retirar sua responsabilidade sobre a poluição e transferir a população para as outras empresas do distrito industrial, como era comum em seu discurso. Alguns dias depois, um representante da empresa entrou em contato por telefone com um familiar de um membro do coletivo, pedindo que enviasse um recado com o objetivo de que a pessoa fosse convidada junto aos demais para conhecer as instalações da Ternium. Em reunião do coletivo, foi decidido que o convite seria declinado, pois não se tratava de um convite formal, uma vez que deveria ter sido enviado por e-mail com os objetivos daquela visita proposta pela Ternium.

Foi a primeira vez que vi a empresa se posicionar através de um jornal que não fosse o seu – o Alô Comunidade, que era o principal meio de proliferação de notícias para a região, distribuído mensalmente de forma gratuita para os moradores de Santa Cruz e Itaguaí. Surgiu como uma das condicionantes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para publicização

das medidas de reparação dos impactos ambientais e tornou-se uma arma para o posicionamento da empresa para com a sociedade. Deixo explícito aqui o tom crítico adotado por mim no presente capítulo, ao mesmo tempo, exponho-me à crítica para os que optarem por discordar da minha postura de desaprovação aos atos da empresa, também optei por um "posicionamento" etnográfico.

Antes do aprofundamento no "posicionamento socioambiental", vale trazer as contribuições da antropóloga Deborah Bronz (2016), que realizou uma interessante etnografia sobre os empreendedores – "os de cima" (NADER, 2020) – em seu livro, ocupando o papel de consultora do licenciamento e das práticas empresariais. A autora não revela o nome real das empresas pesquisadas, mas unificou características comuns dessas práticas em dois contextos fictícios "Complexo metalúrgico da Baía" e "Complexo Portuário Novo Horizonte", as quais ajudam a fazer breves comparações com o contexto da CSA, que me auxiliaram a entender de forma breve algumas práticas empresariais.

Nos casos acompanhados, Bronz destaca que os consultores foram os principais responsáveis pela produção e difusão de significados associados ao posicionamento, apoiado primeiramente em uma ideia de Responsabilidade Social Corporativa (RSE), uma espécie de ética corporativa que busca mostrar que a empresa se preocupa com a comunidade em seu entorno.

É também a primeira ferramenta utilizada para blindar os empresários dos conflitos socioambientais, considerando que os grandes empreendimentos – como as siderúrgicas, mineradoras, hidrelétricas, entre outras – provocam danos ambientais que, consequentemente, dão margem para a sociedade civil mover denúncias por intermédio do Ministério Público, uma das principais formas de pressão social, que, na maioria das vezes, dá origem aos TACs, já apresentados aqui.

Desse modo, "o posicionamento é uma ferramenta bélica utilizada para garantir o êxito na luta pela concessão das licenças ambientais" (BRONZ, 2016, p. 109). É o modo como a empresa vai se portar nos espaços públicos, vai produzir seu *slogan*, qual linguagem vai ser utilizada nos seus *outdoors*, nos projetos sociais e em seu jornal. "[...] O agente propulsor da mudança social estrutural busca reagir e responder às pressões políticas e sociais que emanam das relações e agentes não econômicos no ambiente transformado" (SANTOS, 2010, p. 20).

O Alô comunidade começou com o TAC da ThyssenKrupp – item 64 – em uma tiragem mensal de 25 mil exemplares, expandindo-se para 50 mil em 2013 (VIÉGAS; MENDES, 2017), servindo para tratar da responsabilidade social da empresa com os projetos realizados em Santa Cruz e no município de Itaguaí. Rodrigo Viégas e Lívia Mendes (VIÉGAS; MENDES, 2017)

analisaram edições do jornal no período de 2012 a 2016, para entender "que tipo de jornalismo é produzido pelo jornal?" e quais são os seus efeitos sobre a população.

Numa primeira notícia, "CSA preserva o manguezal da Baía de Sepetiba e realiza estudos para recuperar fauna e flora locais", os autores ressaltam que, no jornal, a empresa não informa que foi multada (embargada) por haver desmatado o mangue sem autorização e atribui o problema ambiental à população; um caso parecido com o feito pela Ternium em relação ao ar, em sua resposta no "Jornal O Dia". Em uma segunda notícia, os autores expõem "Clínica da Família: mais saúde e qualidade de vida", nessa edição é celebrada a construção de um posto de atenção básica na Av. João XXIII, sem mencionar a indenização compensatória acordada com o INEA em 2011. Outras notícias veiculadas anunciam os projetos sociais realizados no bairro – também condicionantes –, mostrando o comércio local, as praças, reformas estruturais promovidas pela empresa, entre outros. Sempre reforçando o posicionamento, a propaganda e a "parceria" da empresa com o bairro.

Assim, os empreendedores proliferam suas frases de efeito a cada projeto realizado: "O aço presente em sua vida" – ThyssenKrupp (2010 – 2017) e "Indústria e comunidade crescendo juntas" – Ternium (2017 – atual). Ambas as empresas gestoras da Companhia Siderúrgica do Atlântico carregaram consigo o posicionamento por meio da responsabilidade social para se legitimar em Santa Cruz, a alemã aproveitava suas condicionantes (pelo não licenciamento para operar) para fazer sua parceria. Por outro lado, a Ternium, licenciada, mantém alguns dos projetos das condicionantes[55] de sua antecessora a fim de ter legitimidade para operar ou, até mesmo, para renovar sua licença de operação válida até 2021.

O segundo ponto a ser considerado é que o setor empresarial mapeia possíveis manifestações críticas aos empreendimentos e as define como "riscos sociais" (GIFFONI PINTO, 2013). Como forma de blindar seus investimentos de possíveis processos, contratam consultorias especializadas para criar projetos de responsabilidade social. "As modificações nas formas de relacionamento para com as comunidades teriam o objetivo de neutralizar a crítica social e garantir o que no léxico corporativo denomina-se licença social para operar (GIFFONI PINTO, 2013, p. 309).

> à medida que o risco social afeta a reputação e mesmo as operações fabris e comerciais, os programas de responsabilidade social devem ser elevados a uma área de importância estratégica nas decisões corporativas. Para isso faz-se urgente o desenvolvimento de novas técnicas de Responsabilidade Social. Os consultores aconselham que a gestão do risco social se inicie pela identificação dos stakeholders

[55] O próprio jornal Alô Comunidade, projetos de esporte, educação e lazer; continuou o patrocínio aos reforços escolares e pré-vestibular da região, entre outros.

> mais empoderados, bem como das suas principais questões, com o objetivo de escolher quais serão as respostas mais adequadas que a empresa pode fornecer (GIFFONI PINTO, 2013, p. 310).

Importante descrever aqui alguns projetos realizados pela ThyssenKrupp e outros continuados pela Ternium para compreender o posicionamento dos empresários[56]. Esses projetos se dividem em "medidas compensatórias ligadas às condicionantes da licença ambiental[57]", "medidas compensatórias relacionadas ao termo de cooperação ambiental", projetos que ocasionaram em "isenção de impostos" e, por último, que chamarei de "projetos voluntários" ou projetos de "desmobilização social". Utilizarei como base os documentos do Termo de Ajustamento de Conduta e o material crítico "Responsabilidade Social para quê e pra quem?" do Instituto PACS (2015).

Dentro das primeiras medidas, dou um destaque à reforma do único hospital do bairro, referência no tratamento de queimaduras, o Pedro II, que foi atingido em 2010 por um incêndio. No ano seguinte, o hospital que era estadual, foi municipalizado e contou com investimentos da ThyssenKrupp em sua reforma e na instalação de novos leitos. O quartel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) também recebeu doações enquadradas no termo de cooperação ambiental, dois novos carros foram adquiridos para a instituição. Assim, a doação adequou-se especificamente na modalidade de combate a incêndios, atentando-se para o fato de a CSA operar com altos-fornos com temperaturas elevadas. Compreendia-se que sem reformas e equipamentos apropriados, os bombeiros da região poderiam não conseguir combater incêndios da usina.

Além disso, foram solicitados e realizados projetos de reflorestamento do manguezal e da vegetação que foram extintos, entre eles o "Projeto Replanta Guandu II", que reflorestou as cabeceiras do rio Guandu, que haviam sido desmatadas quando a empresa construiu o seu píer. Com ênfase no "Replanta Guandu II", foi realizado outro projeto de educação ambiental, no qual uma consultoria foi contratada, entre 2009 e 2010, em 14 escolas públicas em Santa Cruz e Itaguaí.

Em seguida, chamo a atenção para algumas medidas vinculadas ao termo de cooperação ambiental (TCA)[58]. A primeira delas foram as obras de drenagem no Conjunto São Fernando – após as enchentes que já foram mencionadas –, construindo uma rede de tratamento de esgotos,

---

[56] Julguei relevantes os projetos realizados em Santa Cruz e não considerei os que são feitos em outras regiões próximas como Itaguaí, Guaratiba e Mangaratiba devido ao recorte da pesquisa.

[57] As condicionantes e mitigatórias são previstas no licenciamento ambiental. São obrigatórias para o empreendimento devido à Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

[58] São equivalentes ao Termo de Ajustamento de Conduta, essas medidas são propostas quando a empresa descumpre alguma medida da licença ambiental. Medida administrativa proposta pelo órgão ambiental.

recuperando a rede de drenagem pluvial e erguendo um reservatório pulmão e sistema de bombeamento para controle de alagamentos. Além da obra, havia outra condicionante solicitando um estudo hidráulico para esclarecimento de responsabilidades sobre enchentes no São Fernando, requerendo a divulgação de resultados para a população.

O TAC também previa um estudo epidemiológico com instalação de sistema sentinela (não realizado) – que já foi explicado aqui anteriormente –, tratando-se, em minha análise, de uma das medidas mais importantes, de forma que, realizando esse estudo, seria comprovado se o empreendimento é danoso ou não para a população vizinha, evitando críticas de especialistas externos, movimentos sociais, ONGs, políticos etc. Por último, encontra-se o jornal da empresa – já mencionado –, vinculado a esse termo de cooperação ambiental.

Como já apontado, o jornal veiculava o que chamo de projetos de "legitimidade" ou de desmobilização social. Para tratar dessa prática em específico, coletei materiais da empresa Ternium/ThyssenKrupp para listar alguns deles, complementando-os com imagens que ajudam a ilustrar a presença dos projetos no bairro e nas propagandas em seus arredores.

Desde o início de sua operação em 2010, os moradores da região são servidos com uma série de projetos sociais que analiso como fundamentais para o desenvolvimento social da localidade, considerando a escassez de programas esportivos, educacionais, artísticos e de capacitação profissional. Em textos anteriores ou em falas públicas que realizei no decorrer da pesquisa, adotei um tom mais crítico aos projetos entendendo-os como "fantasmas" ou não eficientes. Mesmo sabendo da função de "desmobilização" ou de legitimação empresarial, compreendo que os projetos podem ter sido benéficos para alguns grupos de moradores, possibilitando a acessibilidade de alguns deles a serviços que antes não chegavam via administração pública.

A começar, havia ainda com a ThyssenKrupp um projeto que oferecia aulas de futebol e basquete para crianças e jovens da região que culminou posteriormente na Copa Social CSA, um conjunto de atividades esportivas em parceria com o Instituto Bola Pra Frente, ONG do ex-jogador Jorginho[59]. Esse projeto abarcou cerca de 960 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, além de 200 familiares de nove comunidades, participaram de atividades recreativas, esportivas e desenvolvimento em 141 dias de evento (INSTITUTO PACS, 2015).

Destaco também o CSA Social (*Figura 19***Erro! Fonte de referência não e ncontrada.**), que era uma espécie de mutirão da cidadania, de modo a oferecer pontualmente vários serviços sociais específicos para a população do bairro. Foi montada uma grande

[59] Atualmente atua como técnico, foi jogador da seleção brasileira nas copas de 1990 e 1994.

estrutura no CIEP Papa João XXIII (Conjunto João XXIII) para oferecer confecção de documentos, prestação de serviços básicos de saúde e higiene. A última edição desse evento ocorreu em 2014 e contou com uma exposição sobre o uso do aço no dia a dia.

Além do CSA social, havia o Usina Comunitária CSA, que até 2016 abarcava os eixos educação (EJA e Pré-Enem) e esportes (basquete, futebol, vôlei e atletismo) – esses realizados nos campos do São Fernando, João XXIII, Guandu Velho e nas quadras do Novo Mundo e Miécimo da Silva, além da Vila Olímpica Oscar Schmidt para o atletismo[60]. Dentro do eixo da cultura, estava o "Projeto Crescer", realizado em parceria com a Odebrecht Ambiental e Top Rio Viagens, oferecendo ginástica para terceira idade, dança de salão, coral para adultos, ballet, jazz, futsal, capoeira e judô, funcionava especificamente dentro da escola de Samba GRES Acadêmicos de Santa Cruz.

Por último, no eixo da cidadania, a empresa – em parceria com o SESI (Serviço Social da Indústria), ARPEN-RJ (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do RJ) e Base Aérea de Santa Cruz – realizou o chamado "Casamentaço", um evento que promoveu casamentos coletivos e comunitários para a população da região, esta cerimônia ocorreu dentro do CIEP Papa João XXIII (Centro Integrado de Educação Pública)[61]. Na mesma linha, ocorreu a "Cozinha Brasil", em parceria com o SESI, promovendo curso de culinária na região, e o "Cinemaço", que difundiu sessões de cinema ao ar livre para a comunidade; entre os filmes, estava o "Documentário Reta João XXIII", feito por uma equipe patrocinada pela CSA.

[60] Equipamento pertencente à prefeitura do Rio de Janeiro.

[61] Os CIEPS são projetos de escolas criadas na década de 1980 pelo então governador Leonel de Moura Brizola - governo de 1983 até 1987 e governo de 1991 até 1994. Esses locais foram construídos com o intuito de promover a educação integral com foco na formação cultural, esportiva e cidadã, além de prover refeição e atendimentos médicos e odontológicos aos seus alunos.

Figura 19 - Banner do evento CSA Social - Realizado em Santa Cruz pela ThyssenKrupp.

Fonte: Idea Trip – Comunicação e design.

No atual contexto, a gestora da usina permanece com boa parte dos projetos sociais de sua antecessora ThyssenKrupp – mesmo já possuindo uma LO, o grupo empresarial precisou buscar o que chamamos aqui de licença social[62]. No vídeo institucional do site oficial da Ternium[63], a empresa é descrita como provedora de renda para 10 mil trabalhadores, por meio de serviços diretos e terceirizados, sendo "60% deles residentes em um raio de 20km" das instalações da planta industrial da siderúrgica. Santa Cruz é apresentado por eles, como um bairro que está há 65km de distância do centro da cidade do Rio de Janeiro. Em certo trecho a narradora descreve:

> [...] o bairro possui mais de 200 mil moradores, e com carência nas áreas de educação, infraestrutura, lazer e transporte. Além disso, Santa Cruz possui um dos índices de desenvolvimento humano mais baixos do Rio de Janeiro e ocupa a 119ª posição na cidade entre 126 bairros (Narradora do vídeo institucional da Ternium, acesso em 03/11/2020).

Em seguida, emerge a cena do presidente executivo Marcelo Chara palestrando para um grupo de "líderes comunitários" (categoria dada pela empresa). Em frente a uma apresentação

[62] O que o mundo corporativo vem chamando de "licença para operar" não se refere apenas à licença legal, mas ao apoio da sociedade local ao empreendimento, granjeando ambiente politicamente estável para a realização das atividades. Neste processo, as empresas não devem medir esforços, por meio da contratação de pessoal especializado, investimentos financeiros em programas comunitários etc. (GIFFONI PINTO, 2013, p. 312 – 313).
[63] https://br.ternium.com/pt/sustentabilidade/desenvolvimento-social

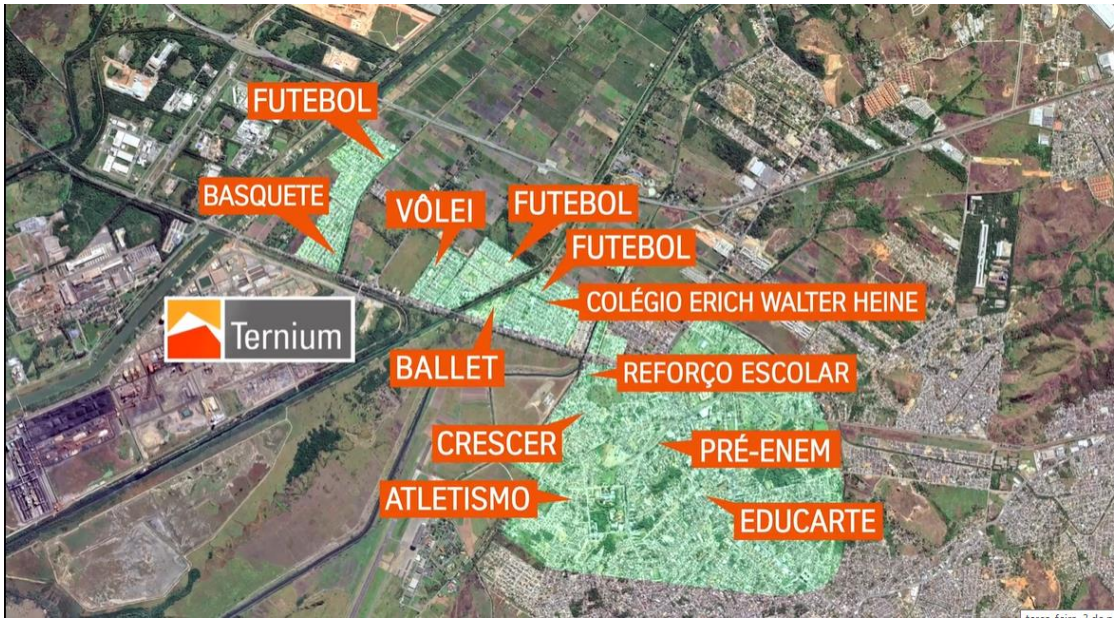
powerpoint com características de sua corporação – Grupo Technit, número de funcionários em todo o mundo, capacidade de produção e locais em que está presente. “Santa Cruz tem um peso superlativo, muito significativo. Acreditamos que nosso projeto industrial tem que crescer junto à comunidade onde moramos e trabalhamos”.

Em seguida, o vídeo começa a falar especificamente dos projetos sociais, dessa vez, trazendo uma lógica reparacionista da corporação. “A Ternium acredita na educação como agente de transformação social, por isso, investimos em projetos sociais que nasceram na comunidade com grande potencial de transformação”. Ao narrar isso, o vídeo expõe relatos de estudantes do reforço escolar que obtiveram melhorias em seu desempenho – um deles obteve êxito na Olimpíada Brasileira de Matemática (OBMEP). Em seguida, apresenta o projeto Educarte, que é também um reforço escolar com ajuda da arte, funciona no contraturno do horário de aulas da escola. Por fim, ainda nesse quesito, é mostrado o Colégio Erich Walter Heine, que é gerido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas a Ternium mantém projetos relacionados à carreira e mercado de trabalho.

Como não poderia faltar, o esporte é trazido nos minutos finais do vídeo. Um professor de futebol trouxe em seu relato o fato de os esportes promovidos com os projetos da empresa terem restaurado a autoestima de jovens e crianças, assim como fez com que muitos voltassem para a escola. A seguir, um jovem aparece dizendo “graças a Ternium, se não eu não estaria em lugar nenhum, porque o projeto vem sempre ajudando a gente e capacitando a gente para que a gente nunca desista dos nossos sonhos”. O vídeo ilustra que atualmente esse garoto faz parte da categoria júnior de um time profissional.

Em conclusão, demonstra rapidamente a reforma que fez na Escola Municipal Japão, na Reta João XXIII. A narração retoma: “A Ternium acredita que a ‘Licença Social’ deve ser conquistada diariamente, por isso seu compromisso com a sociedade é de longo prazo. A empresa trabalha fortemente para contribuir com o desenvolvimento social da região, para a Ternium, Indústria e comunidade crescem juntas, isso é um valor”. Vale mencionar que o projeto citado contou com voluntários compostos por funcionários da empresa e responsáveis de alunos da própria escola.

Figura 20 - Lista com os projetos sociais continuados pela Ternium Brasil no vídeo institucional de 2019.



Fonte: Site oficial da Ternium. Acesso em: 03/11/2020.

Recentemente, em 28 de julho de 2019, foi promovida pela empresa uma corrida no bairro de Santa Cruz. Cerca de 1200 pessoas realizaram percursos de 3km, 5km e 10km de corrida ou caminhada no evento 10K Ternium. O valor das inscrições na maratona era "multiplicado" pela Ternium e convertido na compra de um aparelho de ultrassonografia para uma policlínica municipal, a Lincoln de Freitas Filho, e para a subsistência de instituições de saúde básica na região.

Segundo o próprio site da siderúrgica, os vencedores da corrida foram premiados, respectivamente, 1º lugar com R$ 1.000, 2º lugar com R$ 750 e o terceiro lugar com R$ 500, além de medalha a todos os participantes do evento. O trajeto foi feito começando pela histórica Base Aérea do bairro, onde há o Hangar do Zeppelin, e finalizando na Vila Olímpica do bairro, em frente às instalações do antigo Matadouro.

"Eu diria que esse evento é a 'parceria do aço' que tem nome e sobrenome: o nome é Ternium e o sobrenome Santa Cruz. Hoje estamos aqui mais uma vez celebrando uma união saudável entre indústria e comunidade" – Fala de Marcelo Chara, presidente executivo no evento 10K Ternium[64]. Esse evento é organizado em outros países onde a corporação possui operação, é realizado há 10 anos na Argentina e no México, totalizando 32 edições com mais de 100 mil participantes.

[64] Disponível em: https://br.ternium.com/pt/novidades/noticias/10k-ternium-pos--23124273719

Ao final da página, há um agradecimento da Ternium à Superintendência Regional de Santa Cruz e à Prefeitura do Rio pela viabilidade do evento e pela "parceria". Mostra-se que a 10K Ternium estava incluída em uma agenda de eventos e investimentos no desenvolvimento social de Santa Cruz. Tais práticas permitem a continuidade e legitimidade do empreendimento com a população vizinha.

O mais curioso é a intervenção dos gestores da usina nas unidades de saúde, dando importância ao que os críticos à operação da siderúrgica, que tocam principalmente nesse elemento, por meio de denúncias relacionadas aos problemas respiratórios, dermatológicos, entre outros[65]. Já em 2020, ano de início da pandemia da Covid-19, a companhia siderúrgica começou uma campanha nomeada "ação de combate e prevenção ao coronavírus", entre os feitos da empresa está a doação de insumos, equipamentos e estrutura para a montagem de hospitais de campanha[66].

> A Ternium doou R$ 4 milhões para o combate ao novo coronavírus na cidade do Rio de Janeiro, na forma de itens como álcool em gel, máscaras e luvas em látex para hospitais locais. A empresa também comprou equipamentos para a montagem de UTIs e apoiou a implantação do hospital de campanha de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, doando 10 mil toneladas de agregado siderúrgico para pavimentar a estrutura local [...]. Entre as unidades de saúde do município beneficiadas estão o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, em Acari, que é a unidade de saúde eleita pela Prefeitura do Rio como referência para atendimento da doença, e o Hospital Municipal Pedro II, em Santa Cruz, além de Clínicas da Família da região (DURÃO, 2020).

Percebe-se que em todos esses atos apresentados há um aval do Governo do Estado, da Prefeitura ou do Governo Federal. É relevante refletir sobre os limites das práticas empresariais e estatais. Quais são as fronteiras? Há fronteiras? Em que lógica operam as práticas estatais que estão presentes em Santa Cruz? Vejamos a seguir.

3.2 Discussão acerca das fronteiras de Estado e Mercado – gestão de população em lógica colonial

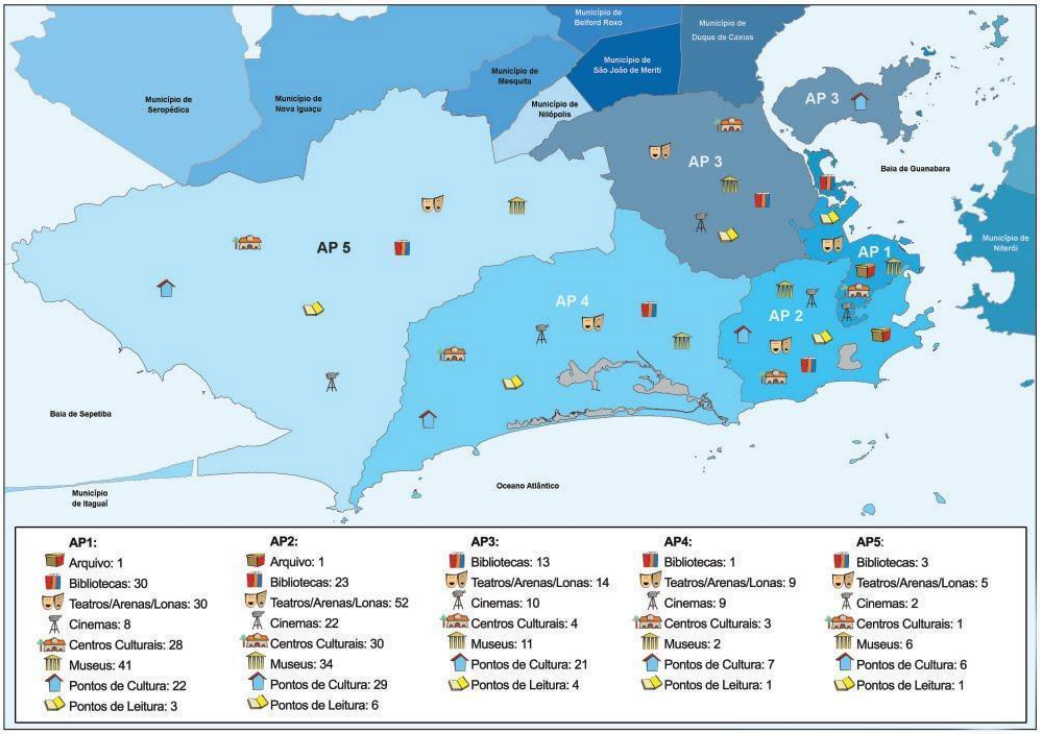
Partirei aqui para um ensaio sobre o papel do Estado em Santa Cruz, começando por um olhar acerca dos projetos realizados pela ThyssenKrupp, alguns deles continuados pela Ternium: atividades de esporte, cultura e educação, e o jornal Alô Comunidade. Iniciativas

[65] As empresas modificam suas estratégias ante as críticas dos movimentos sociais, visto que não são imunes às pressões da sociedade e, portanto, participa das transformações políticas e culturais das diferentes épocas (GIFFONI PINTO, 2013, p. 319).
[66] Hospitais construídos no ano de 2020 para atender pacientes acometidos pela Covid-19.

motivadas pela insuficiência de equipamentos culturais em Santa Cruz *(Figura 21)* – pouco incentivo ao teatro mediante políticas públicas, poucas bibliotecas e pontos de leituras –, pelos escassos projetos sociais criados pela Prefeitura, pelas infraestruturas precárias que são reformadas somente em períodos eleitorais, entre outros problemas[67].

Podemos compreender que, qualquer instituição ou entidade que aparece em uma região com tais adversidades e se propõe a resolver algumas ou muitas delas, será vista com bons olhos pela população. Não seria diferente em Santa Cruz, os empreendedores da siderúrgica utilizaram isso ao seu favor, mostrando que a usina era benéfica do ponto de vista social, levando desenvolvimento para a sua população, assim, uma empresa cumpriria o papel do Estado[68].

Figura 21 - Equipamentos culturais distribuídos na cidade do Rio de Janeiro. A AP5 corresponde a Santa Cruz, Guaratiba, Campo Grande, Bangu e Realengo.



Fonte: Prefeitura do Rio.

[67] Esses problemas listados aqui neste parágrafo também são apresentados no vídeo institucional da Ternium, ajudando a embasar a presença dos projetos na região;

[68] Pensemos no exemplo abordado anteriormente da reforma que a Ternium fez na E.M. Japão e a maratona realizada para arrecadar fundos para a compra de um aparelho de ultrassonografia para uma clínica municipal. Seria o papel da empresa realizar esses atos? Isso pode ser pensado desde as práticas da ThyssenKrupp com seus diversos recursos junto à administração pública para obter o licenciamento ambiental ou para pensar na Ternium para manter o que eles mesmos chamaram de Licença Social, que serve como legitimidade na operação industrial.

Contudo, o que seria papel do Estado? Existe um papel do Estado? O que limita o papel do Estado e o papel da empresa? Então vale pensar sobre esse conceito, ele se faz fundamental nas relações de conflito, eles podem ser sujeitos interdependentes e intercambiáveis nessas associações. Partirei do pressuposto de que, para se pensar uma relação econômica/ empresarial, precisarei teorizar primeiro o Estado e o que ele representa nas relações empresariais.

Desse modo, é relevante trazer as contribuições de Pierre Bourdieu (2012), que descreve que o Estado é o setor do campo do poder, que pode se chamar de campo administrativo ou campo da função pública, e se define pelo monopólio da violência física e simbólica legítima (complementa a definição de Weber), este é um princípio oculto que só pode ser captado nas manifestações da ordem pública. É o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais desta ordem. O Estado em Bourdieu é teológico, uma crença, inventa atores que se incorporam e atuam como o Estado, que possui uma legitimidade e seus atos são aceitos sem questionamento no mundo social. O Autor denomina como "atos de Estado" pessoas e entidades encarregadas desses atos, possuem um mandato; instituições que detêm a legitimidade e a autoridade simbólica dos atos de Estado são os agentes de Estado, capazes de produzir os chamados efeitos de Estado.

Dessa forma, a gestão da indústria siderúrgica assume uma função de Estado, porque produz atos de Estado, por conseguinte, consegue produzir seus efeitos na região. Melhor dizendo, a ThyssenKrupp/Ternium pode exercer uma governança (TEIXEIRA; SOUZA LIMA, 2010), é o processo de gestão política que abrange não apenas as bases do exercício da autoridade política, mas também o modo pelo qual se conduzem os assuntos de uma coletividade e seus recursos. Compreendo assim que esses autores complementam Bourdieu e ajudam a pensar o presente objeto de pesquisa. Portanto, uma indústria, o setor privado, uma associação, entre outros grupos podem exercer a governança. Isso equivale a como esses atores estão ligados a uma ideia de responsabilização, legitimidade, transparência e como estas se apresentam e se relacionam com os acionistas, com a administração pública, com o poder público, com as populações e com seus críticos – ou os grupos de interesse como um todo.

Timothy Mitchell (2006) também é um autor que trabalha com a questão do Estado, perpassando por diversas épocas em que o debate sobre o tema mudou, e como as relações entre Estado, economia e sociedade foram distintas em diferentes momentos da história da teoria do Estado nas mais variadas vertentes. O autor (2006) descreve o exemplo das relações do Estado com empresas privadas citando o exemplo do governo Norte-americano com companhias petrolíferas. Essas companhias consistiam em uma espécie de "mecanismo institucional" empregado pelos principais responsáveis pelas tomadas de decisões do governo para alcançar

determinados objetivos de política exterior, nesse caso, um subsídio secreto a um regime árabe conservador, além de as empresas também utilizarem o governo dos EUA para alcançar metas corporativas adicionais.

Tal exemplo nos ajuda a perceber que "a linha entre Estado e Sociedade é traçada internamente, dentro de uma rede de mecanismos institucionais, por meio dos quais se mantém determinada ordem social e política". "A distinção entre Estado e Sociedade em si, é um mecanismo que gera fontes de poder" (MITCHELL, 2006, 175) O autor destaca que não há uma simples linha que possa separar o âmbito público e o privado, o Estado da Sociedade, o Estado da economia.

> O conceito de Estado aqui defendido não pretende mostrar o Estado e as organizações privadas como uma só estrutura de poder integrado. Ao contrário, sempre há conflito entre eles, assim como há diferenças entre as distintas dependências de governo, entre as corporações privadas dentro de cada uma delas (MITCHELL, 2006, p. 176).

Considerando a ideia de estado que foi traçada até aqui, partirei do ponto que a gestão da siderúrgica exerce a função de um Estado, por meio de uma governança que se legitima na população de Santa Cruz. Analiso essa governança como arbitrária, e não começou a ser exercida por acaso. Como dito, Santa Cruz é uma área periferizada, com o quarto menor IDH da cidade segundo o censo de 2010 do IBGE, com o maior contingente populacional negro da cidade, e a região administrativa mais distante da área central.

Apesar de a justificativa de instalação ser sempre a proximidade da Baía de Sepetiba e espaço cedido pelo Governo Federal. O fato de Santa Cruz ter sido escolhida para abrigar a usina devido a vulnerabilidade social de sua população é sustentada por movimentos sociais e pesquisadores sobre o tema dos conflitos ambientais. Entende-se que as áreas periferizadas, rurais, "distantes", de baixo IDH, são comumente escolhidas por empreendedores e instâncias do governo para serem anfitriãs dessas usinas. Acselrad (2004) denomina essas regiões como Zonas de Sacrifício, áreas de uma cidade, município ou unidade federativa que podem ser sacrificadas em prol de um desenvolvimento econômico mediante a produção "suja", danosa ao meio ambiente, potenciais alvos de injustiça ambiental (ACSELRAD; CAMPELLO; BEZERRA, 2009).

Seguindo na mesma linha, o termo racismo ambiental surge nos EUA durante a década de 1970 por acadêmicos, após o caso da contaminação química em Love Canal, Niagara, Nova York. "Lá, a partir de 1978, moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa descobriram que suas casas haviam sido erguidas junto a um canal que tinha sido aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos (HERCULANO, 2008, p. 2–3). Apesar de ter surgido nos

movimentos sociais estadunidenses, no Brasil, o concento foi apropriado por acadêmicos e atualmente replicado de forma constante por ONGs, movimentos sociais e coletivos da América Latina.

> Pouco depois, em 1982, moradores da comunidade negra de Warren County, Carolina do Norte, também descobriram que um aterro para depósito de solo contaminado por PCB (polychlorinated biphenyls) seria instalado em sua vizinhança. Data daquele ano o primeiro protesto nacional feito pelos afro-americanos contra o que chamaram de 'racismo ambiental'. A partir daí, o movimento negro norte-americano sensibilizou congressistas, e o US General Accounting Office conduziu uma pesquisa que mostrou que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos, bem como a localização de indústrias muito poluentes nada tinham de aleatório: ao contrário, se sobrepunham à distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos e a acompanhavam (HERCULANO, 2008, p. 3).

A autora trouxe outros contextos, não só de comunidades negras, mas também latinas e indígenas no contexto estadunidense, desse modo, incentivando a produção de diversas literaturas sobre esse tema. No Brasil, o conceito é ressignificado e vai perdendo o sentido "racial". Herculano (2008) sugere que o racismo ambiental recai sobre suas etnias e populações tradicionais – "ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. Dessa forma, muitos movimentos sociais reproduzem essa última ideia de racismo ambiental proposta pela autora, assim como sua concepção de racismo.

> Racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não semelhante. Nesse sentido, no caso brasileiro, tornamos até mesmo o retirante, o migrante nordestino, uma 'raça': o 'homem-gabiru', o 'cabeça-chata' tido como invasor da 'modernidade metropolitana' (HERCULANO, 2008, p. 17).

Ouso, portanto discordar da adaptação que a autora faz ao Brasil, pois não podemos confundir grupos raciais com grupos étnicos, principalmente grupos raciais e grupos identitários como "pescadores", uma vez que deve-se diferenciar a prática de discriminação e preconceito do racismo que é uma estrutura de poder, uma espécie de *habitus* no sentido *bourdiesiano*, que molda comportamentos, produzindo e reproduzindo valores e práticas na cultura e nos costumes individuais.

Segundo Almeida (2019), "a raça não é um termo fixo, estático, estando seu sentido atrelado a fatores históricos. Por trás desse termo, há contingência de conflito, poder e decisão, sendo um conceito relacional e histórico". Em outros momentos da história, utilizou-se a noção de raça como categoria biológica, para hierarquizar grupos culturalmente e fenotipicamente diferentes do europeu, já após o século XX, a Antropologia mudou essa percepção de raça

principalmente com o relativismo cultural proposto por Franz Boas. Dito isto, define-se que racismo:

> "é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertencem (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Portanto, Almeida (2019) sugere que, se em uma sociedade o racismo está presente nas relações cotidianas e as suas instituições não tratam isso de maneira ativa como um problema de desigualdade social, irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como "normais" em toda sociedade. "Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência ou de micro agressões – piadas, silenciamento, isolamento, etc." (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Dessa forma, lembramos que o Brasil é um país em que o debate racial é tão importante quanto nos Estados Unidos da América e que em ambos o fator racial é determinante na construção das desigualdades sociais que acometem suas sociedades – com detalhe para o mito da democracia racial, forjado por intelectuais brasileiros no século XIX e início do XX, já descrito por Abdias Nascimento (2019) – , isso pode ser constatado nas estatísticas de renda, escolaridade, distribuição espacial das cidades por meio de planos diretores e, consequentemente, na alocação de empreendimentos industriais sobre alguns territórios – que serão em locais de maioria negra e indígena (povos melanodérmicos), no Brasil ou em uma escala global, estarão focados nos países do Sul, onde há a população racial e etnicamente "matável" – África, América Latina, Ásia e Leste Europeu – periferias mundiais da colonialidade e terceiro mundo onde podemos chamar de "vulnerabilidade ambiental étnica".

Damas (2018) sugere que na América Latina assim como no continente Africano, é preciso considerar que os projetos de Estado não tiveram apenas a vida como centro, mas também a morte como centro, pois, esses estados se forjaram no genocídio e continuam a reproduzir matança sobre grupos étnicos (e raciais) específicos. Menciona que, para existir a usina hidrelétrica de Belo Monte, foi necessário devastar a vida de dezenas de grupos étnicos indígenas *Areweté, Assurini, Kayapó, Gajajara, Arara,* entre outros. Complementa com o caso CSA que selecionou o grupo populacional, racial e de menor IDH na cidade do Rio de Janeiro.

Desse modo, González Casanova (2007) descreve essas companhias – mineradoras, extrativistas, siderúrgicas etc. – como enclaves territoriais que chegam muitas vezes a privatizar o poder em regiões ou países inteiros, fazendo desaparecer o monopólio da violência legal do Estado quando convém aos interesses dessas empresas, dos funcionários estatais e de seus subordinados. O autor descreve desse modo o conceito de Colonialismo interno, que pode ser

facilmente fundido ao racismo ambiental devido às razões raciais, étnicas e de hierarquias criadas pela lógica colonial do Desenvolvimento. Esse *modus-operandi* contribui para a proletarização ou empobrecimento por motivo de desemprego e dos baixos salários da população nas áreas subjugadas pelas práticas empresariais.

"A redemarcação de territórios e regiões rompe e refaz antigas divisas geográficas e cria novos limites e fluxos" (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 446). Dessa maneira, o autor destaca, "criam-se regiões inteiras que dependem de uma só companhia e que estão submetidas a seus objetivos e a sua dominação, não somente corporativa, econômica, para-policial, mas também psicológica cultural, social, política, judicial (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 447).

Portanto, essa lógica de colonialismo interno cria sujeitos, reconfigura totalmente as regiões que recebem grandes empreendimentos, sendo ele um reflexo direto da colonialidade, "uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais" (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36), é um reflexo do colonialismo e do colonialismo moderno[69], que é introduzida diretamente no que chamamos de modernidade.

Ainda nessa lógica que inclui a colonialidade do saber, colonialidade do poder e colonialidade do ser. Que segundo Maldonado-Torres (2019, p. 43), "o que quer que um sujeito seja, ele é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber". Dessa maneira, "o sujeito, portanto, é um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável" (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 43).

Considerando essa análise, percebemos a colonialidade agindo nos diversos territórios vizinhos de grandes empreendimentos, como em Santa Cruz na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Essa região tem toda sua narrativa reconfigurada e sua história local deixa de ser a dos agricultores, pescadores, mulheres e crianças que cresceram em um lugar pacífico e arborizado e passa a ser um lugar próprio para a expropriação, para o desenvolvimento industrial e para o provimento de mão de obra barata. Nesse sentido, a forma como os sujeitos são se modifica, uma vez que a grande usina se instala como célula dominante e recria as categorias locais, as narrativas de pertencimento, insere novos atores e dita o quão necessária é a sua presença no bairro. Transforma o terreno numa colônia de aço.

---

[69] Maldonado-Torres (2019) explica que colonialismo é a formação histórica dos territórios coloniais e o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a "descoberta".

Em certa medida, os moradores da determinada região são vistos pelo olhar empresarial como um fio condutor que possibilita os trâmites corporativos. Por meio dos projetos sociais e do discurso proliferado na localidade, a empresa pode dar prosseguimento à sua operação, perpassando pelas licenças, compensatórias e mitigatórias. Estas podem ser vistas como barreiras, como gambiarras jurídicas que podem obstaculizar ações – como as do Instituto PACS, Coletivo Martha Trindade, moradores e pescadores, já retratados aqui – mediante mobilizações, críticas, denúncias, pesquisas, elaboração de material informativo, entre outras formas.

4 REFORMULAÇÃO DO COLETIVO MARTHA TRINDADE – NOVOS RUMOS DA CRÍTICA SOCIAL

4.1 Contexto da COVID-19, União Coletiva Pela Zona Oeste e divisão em eixos temáticos (2020)

Em relação ao contexto vivenciado em 2020, ano em que fomos surpreendidos pela pandemia do Coronavírus iniciada em março, impondo regras de isolamento social em diversas instâncias da vida cotidiana. Aulas em escolas e universidades foram interrompidas, muitos comércios foram fechados, eventos públicos que já estavam agendados foram suspensos, causando consequências na empregabilidade e impactando a renda de muitas pessoas. Isso fez com que até a militância política se reorganizasse na mobilização, fazendo com que novas formas de articulação se desenhassem nesse cenário que alguns setores da sociedade começaram a denominar como "o novo normal".

Com a crise declarada na economia que causou aumento do desemprego, muitas pessoas nas áreas periferizadas começaram a passar por necessidades, diariamente mostrava-se nos telejornais, as comunidades, favelas, pessoas pobres passando por necessidades, faltando o básico para se alimentar e para exercer a higiene pessoal como forma de prevenção ao coronavírus, através da higienização das superfícies do corpo e dos objetos.

Dessa forma, o Coletivo Martha Trindade começava a fazer uma transição em sua forma de articulação, que passava a não ser mais relacionada somente à siderurgia. Estávamos em uma pausa que vinha do fim do ano anterior e atravessava o carnaval quando a explosão da Covid-19 começou e, com isso, passamos a compor uma nova articulação entre movimentos sociais e coletivos dos bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Paciência, denominada União Coletiva pela Zona Oeste (UCZO)[70]. Além do Martha, a União é composta por outras 12 organizações: Pepuc de Vila Paciência, Coletivo Piracema, Plataforma Casa, Costurar/ Coletivo João XXIII, Osc Criar e transformar, As Mariamas, Coletivo Nós, Centro Cultural Çape-Tyba, Movimentos Territórios Diversos, Mulheres de Pedra, CIJoga e Projeto Promove.

Em um primeiro momento, avaliou-se que precisavam atender algumas demandas, de acordo com o site da benfeitoria[71] organizada pela união: (a) arrecadar doações e comprar alimentos e materiais de higiene suplentes aos números que seriam atendidos; (b) custear o

[70] Veja mais em: https://www.instagram.com/uczonaoeste/?hl=pt-br
[71] Veja mais em: https://benfeitoria.com/uniaocoletiva

combustível e meios de locomoção para transportar as doações e a equipe de forma segura; (c) pleitear uma ajuda de custo para parte da equipe que já vinha trabalhando na linha de frente de forma voluntária e que se encontrava em situação de vulnerabilidade.

Na articulação do Coletivo Martha com a UCZO viabilizada e coordenada por Wanessa, os grupos buscaram apoio financeiro através de mídias sociais. Assim, mapearam e cadastraram 3.420 (três mil quatrocentas e vinte) famílias que necessitavam de cestas básicas e itens de higiene na região, além de realizar um trabalho de conscientização e ações de prevenção. A arrecadação ocorreu através de uma benfeitoria denominada *Matchfounding*, uma espécie de "vakinha turbinada", ou seja, a cada R$ 1 arrecadado, o "Fundo Colaborativo Enfrente"[72] contribuía com mais R$ 2 para atingir o valor final de R$ 30 mil.

Em complemento à benfeitoria, Ongs parceiras colaboraram financeiramente para viabilizar as doações, foram elas: Meu Rio, Casa Fluminense e Instituto PACS. Ao fim, 2.899 (duas mil oitocentas e noventa e nove) famílias foram beneficiadas pelas doações, 84% das que foram cadastradas. E no total, foram doadas 4.541 (quatro mil quinhentas e quarenta e uma) cestas básicas com kits de higiene e 56% das famílias tiveram esse auxílio continuado. Além disso, foram contratados carros de som, faixas elaboradas e a logística da equipe foi viabilizada.

Em paralelo, começamos a integrar alguns espaços de debate sobre meio ambiente, clima, justiça ambiental e conflitos, a saber: o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental RJ, a *National Dialogue on Climate Change*, a Coalizão pelo Clima RJ. Passamos a levar o nome do coletivo para espaços estaduais, nacionais e internacionais, dando visibilidade para a atuação e história do coletivo.

Em consequência disso, o Coletivo Martha começou a organizar reuniões mais periódicas com o objetivo de dar uma "identidade" melhor para o coletivo, começando pelas redes sociais, para as quais planejamos produzir conteúdo com maior frequência. Com isso, definiu-se que o coletivo precisava ter maior autonomia, e que deveríamos depender menos da ajuda do Instituto PACS, teríamos que tomar a iniciativa para as nossas próprias atividades, e o PACS passaria a ser uma instituição parceira.

O primeiro passo foi uma crítica à categoria de "jovens", os membros do coletivo compreenderam que o título de jovem desqualificava, em certa medida, os nossos saberes em alguns espaços, pois em algumas palestras e *lives* em que éramos chamados para debater, não nos recebiam como pesquisadores, militantes ou indivíduos que dominavam um assunto, mas sim como "juventude impactada pela siderúrgica", por vezes, em um tom infantilizado.

---

[72] Responsáveis pelo site da Benfeitoria.

Naquele momento, sobravam ativos no coletivo 4 pessoas: Aline, Flávio, Jamílly e Wanessa; todos(as) universitários(as) ou formados(as). Acreditávamos que os espaços poderiam ou deveriam nos enxergar como profissionais, pois estudávamos antes de debater algum tema, fosse ele racismo ambiental, licenciamento, território de Santa Cruz ou até mesmo Vigilância Popular em Saúde. Era crucial a valorização de nossa atividade como mobilizadores, pesquisadores, palestrantes ou educadores populares.

Com ênfase nessas inquietações, dividimos o coletivo em três eixos: Meio Ambiente, Saúde e Cidade, com base nos interesses e atuações dos membros do grupo. Com essa definição, promovemos sucessivas postagens no Instagram do coletivo que giravam em torno desse tema, realizamos uma conversa com o Instituto PACS tratando dessa mudança em nossa atuação e começamos a pleitear editais para financiar atividades pontuais na região de Santa Cruz.

Na reformulação do coletivo e na relação com o Instituto PACS, iniciamos uma atividade em parceria com a organização que compreendeu a reconfiguração do coletivo e nos convidou para um trabalho em conjunto, convidando Aline e Wanessa para compor as mobilizações virtuais com os moradores de Santa Cruz, e Flávio para contribuir na produção de uma pesquisa que tratava da responsabilidade social da Ternium, buscando compreender o que mudou desde a ThyssenKrupp.

Adiante, no ano de 2021, como membros da União Coletiva pela Zona Oeste (UCZO), fomos convidados pela Secretaria de Juventude da Prefeitura do Rio de Janeiro (JuvRio), na parte da nova gestão do prefeito Eduardo Paes, recém-eleito. O evento aconteceu no Antares, um dos sub-bairros de Santa Cruz, onde era o antigo DPO (Delegacia de polícia) da área, e estava se tornando agora a sede de uma nova biblioteca comunitária. A secretaria de juventude esteve presente e levou uma placa como forma de homenagem aos coletivos de juventude que atuaram durante a pandemia da covid-19. Entre esses coletivos estava o Martha Trindade, que participou da doação de cestas básicas e da conscientização da população.

Figura 22 - Inauguração da biblioteca comunitária em Santa Cruz.

Fonte: Coletivo Martha Trindade.

Após a cerimônia de homenagem e inauguração da biblioteca (gerida pelos coletivos de cultura do bairro), o secretário de juventude saiu do lugar sem ao menos avisar. Quando voltou, anunciou a aquisição de um espaço que seria destinado a projetos para a juventude da região. Interpreto esta ação como uma forma da prefeitura do Rio mapear os coletivos para cooptar adeptos ou, até mesmo, neutralizar as possíveis críticas no decorrer do mandato.

Após as falas políticas e fotos com a placa, os agentes públicos ali presentes começaram a explicar sobre a atuação dessas instâncias na região. A representante da secretaria de desenvolvimento social ficou bastante tempo explicando sobre o IDJovem, um aplicativo que tem múltiplas funções, entre elas, servir como uma forma de pagar meia-entrada em equipamentos culturais e andar "de graça" ou pagar meia-entrada em viagens interestaduais são alguns dos benefícios.

Aproveitamos, para dialogar com os representantes da secretaria de saúde, uma instância muito cara para o eixo saúde. Perguntamos sobre o porquê de não de haver um médico especializado em problemas dermatológicos e respiratórios em Santa Cruz. As mulheres explicaram que, na atenção básica da prefeitura, não há médicos especialistas, são profissionais voltados à "saúde da família" que realizam consultas relacionadas a todas as áreas e, quando é preciso, encaminham as pessoas para um posto ou hospital (onde há os médicos especialistas). Perguntamos acerca dos dados sobre casos de doenças na região. Responderam que esses são públicos, mas não ficam em uma plataforma disponível. No entanto, podem ser solicitados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde por *e-mail*. Esses dados podem ser cruciais na

atuação dos críticos aos empreendimentos da região. Por fim, mencionaram que acontece uma reunião mensal do "Colegiado de Saúde", na qual são debatidas as principais questões relacionadas à saúde da população de Santa Cruz, aberta à sociedade civil.

No final do mês seguinte, a Secretaria de juventude (JuvRio) convidou novamente o coletivo para um encontro, que aconteceu no prédio da Prefeitura do Rio e contou com a presença de alguns funcionários da secretaria, de movimentos sociais da cidade e com uma rápida presença do secretário Salvino Oliveira. A ideia foi conhecer um pouco de como os coletivos atuam e quais são as dificuldades na produção e divulgação de dados. Mencionamos a dificuldade de conseguirmos dados sobre saúde e poluição ambiental. Desse modo, cobramos informações por meio de um contato com as secretarias responsáveis por esses dados: Secretarias de Saúde e Meio Ambiente. Informaram-nos haver uma dificuldade de produzir dados pela secretaria, que é nova e, por isso, estavam querendo estabelecer uma parceria com coletivos de juventudes na cidade.

Compreendo que não poderia haver uma parceria efetiva entre CMT e JuvRio, tendo em vista que a postura entre sociedade civil e Estado nunca deu certo historicamente, havia um risco de cooptação e de apropriação de nossas pautas para fins eleitoreiros. Além disso, o Coletivo era crítico ao prefeito, mesmo que ele estivesse utilizando um tom progressista naquele determinado momento.

Adotamos uma postura de cobrança, considerando que esse era um setor da administração pública que estava aberto a determinadas demandas de alguns coletivos da cidade, porquanto me pareceu que a secretaria partia de uma vertente mais progressista da gestão Paes. Trago esse contato com a prefeitura à pesquisa para ilustrar mais uma atividade do Martha e, do mesmo modo, retomar o debate de incidência na administração pública descrito no capítulo, percebendo distintas formas de se fazê-la. Esse momento também serviu para percebermos que a categoria juventude poderia ser útil em alguns espaços e não seria deslegitimada sempre, caberia dosarmos em quais momentos poderíamos utilizá-la, afinal, a categoria "jovem" também é política e mobiliza determinadas particularidades.

4.2 Campanha "Licença pra quê"? Crítica em torno da renovação da licença da Ternium (2021)

A pandemia permaneceu no ano de 2021 e como consequência as mobilizações remotas continuaram. Sendo assim, o Instituto PACS, o Coletivo Martha Trindade e diversas

organizações e movimentos sociais que apoiam a crítica direcionada a siderúrgica iniciaram a cobrança ao poder público, a fim de haver o cumprimento dos requisitos necessários para a empresa Ternium renovar a licença de operação (LO) que tem previsão para expirar em setembro de 2021. Considerando que muitas das exigências ambientais não são cumpridas[73], as organizações mobilizaram essa cobrança através do *slogan* "Licença pra quê?"[74] .

Na referida campanha, realizou-se uma mobilização massiva nas redes sociais, com vídeos, fotografias, textos jornalísticos[75], pesquisas e eventos de discussões online, considerando o contexto da pandemia. Para isso, foi criado um material de incentivo às organizações participantes da campanha, servindo como um manual para os colaboradores. Há incentivo à produção de conteúdo, compartilhamento das publicações nas redes sociais, criação de redes com jornalistas e imprensa tradicional, alternativa ou comunitária (visibilidade é sempre bem-vinda). Há, ainda, uma chamada para assinar a carta de adesão à campanha, para proposta de ações coletivas e mobilização do poder público.

Conversei um pouco com Rafaela Dornelas, coordenadora de projetos do Instituto PACS, para entender um pouco como surgiu a ideia da campanha.

> A campanha "Licença pra quê?" é lançada no começo de 2021, mas começa a ser articulada a partir de meados de 2020. E surge no contexto do ano em que acontece o processo de relicenciamento da siderúrgica Ternium, antiga TKCSA. E a campanha surge muito no contexto de se considerar que já são cerca de quinze anos de luta e esse é um ano emblemático, o primeiro ano em que acontece um processo de relicenciamento. A empresa atuou um tempo sem licença, conseguiu a licença em 2016 e agora está passando pelo primeiro processo de relicenciamento. Então, a gente entendeu que era o momento de ampliar as nossas parcerias, de dar mais visibilidade para o caso, de reunir o que a gente tem de produção sobre isso, para buscar formas de cobrar do poder público a aplicação dos critérios para concessão da licença e incidir como possível a partir daquilo que a gente tem produzido ao longo desses anos (Rafaela Dornelas, coordenadora de projetos do Instituo PACS, entrevista ao autor 02/07/2021).

Além disso, a iniciativa divide-se em três eixos: (1) eixo de articulação; (2) eixo de comunicação; e (3) eixo jurídico.

> A mobilização da campanha começou, como já disse antes, em meados de 2020 e foi um processo junto às redes parceiras, que a gente já dialoga há um tempo. Construir a proposta de que essas redes estejam juntas na campanha, então teve um tempo que foi de mobilização e de articulação para já começar a campanha junto a esses parceiros, com eles entendendo o que é esse processo, reverberando isso para fora, colocando nas suas redes produzindo material, então a campanha começa com isso, com esse processo que já dá origem ao eixo de articulação. E, a partir do lançamento,

---

[73] Veja mais em: https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/

[74] Vídeo da campanha <https://www.youtube.com/watch?v=QcffeTqhEHQ&feature=youtu.be>

[75] Veja mais em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/608450-licenca-pra-que-campanha-questiona-o-processo-de-renovacao-da-licenca-da-siderurgica-ternium-csa

> a gente inaugura o eixo de comunicação e o eixo jurídico, então o eixo de articulação segue com essa função de ampliar o nosso alcance no campo do diálogo com as organizações e redes. O eixo de comunicação busca integrar os comunicadores dessas organizações parceiras, considerando também quem está organizando, que é o Instituto PACS e o Coletivo Martha, organizando um pouco o que cada saber específico de cada rede pode trazer para o processo da campanha, pensar nosso esquema de publicações sincronizadas e o eixo jurídico, que foi o maior ganho desses tempos. É uma unidade que a gente não tinha ainda conseguido, que é de pessoas que são ligadas, que são operadores de direito que se dispuseram a estudar junto este processo de licenciamento, estudar como foi o processo anterior, entender melhor quais ações judiciais estão em curso no território. Então a gente tem feito agora um grande estudo coletivo desse campo judicial no caso do conflito em Santa Cruz. Então a campanha se organiza nesses três eixos e acho que com destaque na potência do eixo jurídico que é um caminho que a gente sempre trilhou, que a gente sempre buscou, mas que agora a gente o vê bastante reforçado (Rafaela Dornelas, coordenadora de projetos do Instituo PACS, entrevista ao autor 02/07/2021).

A campanha lista 9 pontos que devem ser considerados pelos responsáveis ao avaliar a renovação na licença: (1) monitoramento e controle da qualidade do ar; (2) indenização aos moradores atingidos pela poluição; (3) indenização aos pescadores; (4) criação de um observatório da pesca; (5) indenização aos moradores por dano material; (6) monitoramento do consumo de água; (7) contaminação da água; (8) auditoria para avaliar o cumprimento da legislação e; (9) transparência do INEA e acesso à informação.

> Os principais objetivos da campanha, acho que, primeiro, é a luta dos direitos dos moradores, que tem sido negado há cerca de 15 anos. Considerando que esse é o ano que acontece o processo de relicenciamento, acho que é reforçar a denúncia que a gente vem fazendo há 15 anos. Denúncias que vem dos territórios, que vem dos moradores e que até hoje não foram obtidas respostas e a gente não teve encaminhamentos pra isso. Então esse é o momento que a gente pretende reunir isso, tanto para reforçar as denúncias quanto para cobrar do poder público para que sejam cumpridos critérios para o processo de relicenciamento. A gente sabe que o processo de licenciamento ambiental no Brasil já é precário e vem sofrendo agora a tentativa de ser ainda mais flexibilizado, uma espécie de autolicenciamento, é o que se propõe. Então a gente entende que é mais do que importante, principalmente nesse contexto, de que a gente tenha organizações e redes atentas e exigindo do poder público que sejam cumpridos os critérios necessários (Rafaela Dornelas, coordenadora de projetos do Instituo PACS, entrevista ao autor 02/07/2021).

Rafaela frisa a importância do momento e a relevância da campanha no ano de 2021,

> A luta em Santa Cruz é uma luta histórica, e a gente sabe que esse é um ano que é emblemático e que a gente tem a possibilidade de, a partir desta campanha, de correr atrás e lutar por direitos que já são negados há muito tempo. Então a gente sabe do que independente do que for o resultado do processo de relicenciamento, a luta continua a partir das ferramentas, dos sujeitos, das unidades e das convergências que a gente tem construído ao longo desses anos (Rafaela Dornelas, coordenadora de projetos do Instituo PACS, entrevista ao autor 02/07/2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escrita e coleta da presente dissertação perpassou diferentes fases da minha vida, principalmente, se for considerado que entrei no campo em 2016, fase em que ainda estava na graduação. Desse modo, passei por diversas inquietações, alegrias, frustrações, cansaços e mudanças de postura e objeto, enquanto encarava Santa Cruz, a Ternium, o Instituto PACS, o Coletivo Martha Trindade e a mim mesmo, quando cumpria distintos papéis sociais na realidade do conflito ambiental.

Meu trabalho final de conclusão da graduação serviu como um primeiro passo para a atual pesquisa. Nele, buscava fazer uma reflexão maior sobre o bairro de Santa Cruz, sua história, as motivações para a implantação da siderúrgica na região, enquanto carregava um discurso de crítica na narrativa, naturalizando o conhecimento que absorvi enquanto acompanhei os moradores, pescadores e o Instituto PACS. Neste trabalho, consigo distanciar-me um pouco e, em certa medida, problematizar a postura do PACS e até mesmo minha própria postura diante do campo, sem deixar de ser crítico à siderúrgica.

Parto do princípio de que ninguém é isento de críticas, nós devemos criticar a nós mesmos, não existe somente uma luta de bem contra o mal, há jogos de interesses, há sentimentos envolvidos, há demandas que não se traduzem necessariamente em derrotar "um grande vilão". Porém, existem conquistas de garantias mínimas de sobrevivência, qualidade de vida, acordos, reparações, multas, ajustamentos de condutas, entre outras mitigações que se metamorfoseiam em conquistas.

Neste conflito, percebi que há diversas práticas que pude interpretar como rituais, performances e simbolismos. Atores que se tornam personagens e atuam em um teatro, o que não significa que não são reais as mandalas, danças, narrativas, constroem sentimentos, afetos, mágoas, indignações, melancolias e sensibilizações; são verdadeiros, ou seja, os atores interpretam os personagens de si mesmos, e o conflito se torna o teatro ou o cinema da vida real.

Percebo as pessoas de Santa Cruz como pertencentes a um evento histórico do Rio de Janeiro, que muitas vezes não é conhecido pelas pessoas das outras regiões da cidade. Vejo que, cada nova pesquisa, cada nova atividade em escola, ou uma simples conversa de rua contribui na visibilidade da denúncia desse movimento que acompanhei. Do mesmo modo, ajuda a indignar novas pessoas devido à impunidade e/ou conivência da administração pública com as violações e impactos da siderúrgica na Zona Oeste.

Como foi dito no capítulo 1, a indignação surgiu como um dos principais motivos desta pesquisa, mesmo que eu fizesse um distanciamento, não deixei de adotar uma postura crítica à

ThyssenKrupp/Ternium, assim como um pesquisador ou pesquisadora que analisa militarização, neoliberalismo, raça, gênero, por exemplo, dificilmente não vai indignar-se.

Outro elemento sosbre o qual pude mudar minha percepção na vigência desta pesquisa foi a religião, que sempre interpretei como algo simplesmente alienante e responsável por fazer a manutenção do *status quo.* Pude notar o quão complexas são as instituições religiosas, considerando que, há múltiplas vertentes de um mesmo segmento, por exemplo, o cristianismo, que se subdivide em vertentes como o catolicismo e o protestantismo. Esses possuem outras setorizações, que contam internamente com outras partições, e assim seguem infinidades de ideologias internas. Dentro de toda essa reflexão com base nas leituras, encontrei a Teologia da Libertação, que motivou a ascensão de variados movimentos políticos e sociais na história do Brasil e da América Latina; considero essa uma das principais apurações deste campo.

Até a metade do caminho percorrido na pesquisa, pensava estar fazendo uma análise sobre a Companhia Siderúrgica do Atlântico. A partir do momento em que comecei a realizar leituras sobre o Instituto PACS, Teologia da Libertação, reuniões camponesas, agroecologia e cooperação internacional, percebi que estava trazendo mais uma contribuição ao debate sobre movimentos sociais no Brasil e somando no estudo de caso sobre mais um entre os milhares de conflitos ambientais espalhados pelo terceiro mundo.

Evidentemente, não deixei de tratar sobre a Companhia Siderúrgica do Atlântico, mas o empreendimento acabou tendo um menor protagonismo, já que apresentei algumas das estratégias comuns dos empreendimentos que costumam ser danosos ao meio ambiente e à saúde, e ilustrei algumas condutas exercidas pelos seus gestores dentro de Santa Cruz. Desse modo, trato um pouco dos projetos sociais, que são utilizados como compensatórias ambientais, frutos de acordos com a administração pública e aproveitados para criar uma legitimidade da empresa com a população vizinha. Portanto, aparece como um capítulo crítico e ilustrativo, em convergência ao que é apresentado pelos moradores.

O trabalho ganha um tom mais teórico após este capítulo, visto que analiso que há um exercício de poder por parte deste último ator, a CSA. A empresa exerce uma lógica colonial sobre Santa Cruz, e não pude deixar de perceber que os fatores socioeconômicos e raciais podem ter influenciado a escolha do local para a instalação da usina na localidade. Busquei articular os clássicos conceitos de Zona de Sacrifício e de Racismo ambiental, tentando trazer uma reformulação das discussões em relação ao contexto descrito, principalmente, ao explicitar o que se considera raça/etnia na conjuntura brasileira.

Por fim, continuei mostrando outros desdobramentos do campo que continuaram e continuam acontecendo em Santa Cruz, não trouxe uma conclusão, pois ainda há muito a

acontecer no conflito entre Santa Cruz e Ternium. Compreendo que, neste teatro/cinema, ainda haverá muitos episódios a serem registrados, quer por pesquisadores das mais diversas áreas, quer por atores políticos dos movimentos sociais ou pela própria empresa, e até mesmo por mim em futuras pesquisas sobre os desdobramentos da campanha que se desenvolve no atual momento.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. De “botas foras” e “zonas de sacrifício” - um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.* 2004: Relume Dumará, 2004. p. 7 – 18.

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. *O que é Justiça Ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, K.; MACHADO, M.; MACHADO L. Pesquisa participativa de base comunitária (PPBC): uma metodologia para estudos de participação de adolescentes. *Cadernos de Cultura e Ciência*, v. 11, n. 1, p. 121–128, 2012.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural.* São Paulo: Pólen, 2019 (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALVES, P. *Às margens do progresso: um estudo de socioantropologia do desenvolvimento e contestação na Zona Oeste do Rio de Janeiro.* 2020. 177 f. Tese de doutorado – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

AUGÉ, M. *Não-lugares:* Introdução a uma antropologia da supermodernidade. trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994 (Coleção Travessia do século).

BEZERRA, M. Corrupção e produção de Estado. *Repocs*, v. 14, n. 27. p. 99–130, 2017.

BOMENY, H. *Os intelectuais da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*: Cursos no Collège de France (1989 - 92). trad. Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRONZ, D. *Nos bastidores do licenciamento ambiental:* uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

CÁCERES, L. Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina. In: ACSELRAD, Henri. (Ed.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais.* 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. p. 123–162.

CARVALHO, L.; ROCHA, F.; FINAMORE, R. Vigilância popular ambiental e siderurgia: as experiências de Piquiá de Baixo (MA) e Santa Cruz (RJ), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 3635–3645, 30 ago. 2021.

CASTRO, J. Da favela à comunidade: Formas de classificação e identificação de populações no Rio de Janeiro. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, v. 15, n. 8, p. 171–198, 2004.

CAVALCANTI, M. L. Drama, ritual e performance em Victor Turner. *Sociologia & Antropologia*, v. 03, n. 06, p. 411–440, 2013.

CHAVES, C. *A marcha nacional dos sem-terra:* um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COMERFORD, J. *Fazendo a luta:* sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

COMERFORD, J. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito*: Ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 149 – 170. (Coleção Antropologia da política).

DAMAS, T. *Territórios coorporativos e territórios de vida: Entre a produção da não-existência e a emergência das r-existências no caso TKCSA em Santa Cruz (Rio de Janeiro - RJ)*. 2018. 218 f. Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-graduação em Geografia, Niterói, 2018.

DE CERTEAU, M. *A Invenção do cotidiano*: a arte de fazer. trad. Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DORNELAS, R. *Movimento agroecológico no Brasil:* considerações sobre a dimensão política e os saberes na agroecologia. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2016.

ESCOBAR, A. *La invención del tercer mundo:* Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas, Venezuela: El perro y la rana, 2007.

FARIAS, L. O déficit habitacional na metrópole do Rio de Janeiro: Perfis e contextos. *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, p. 1–16, 2011.

FINAMORE, R. *Riscos, saúde e alternativas de produção de conhecimentos para a justiça ambiental:* o caso da mineração de urânio em Caetité. 2015. 208 f. Tese (doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

FLEISCHMANN, L. *Os novos meios do ativismo na Internet:* o caso dos centros de mídia independentes. 2006. 168 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GIFFONI PINTO, R. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. *Estud. sociol. Araraquara*, v. 18, n. 35, p. 307–324, 2013.

GOHN, M. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, v. 31, n. 82, p. 117–133, 2018.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, p. 445–476, 2003.

GOMES, A. Moradores de Santa Cruz dizem que pó branco sai de siderúrgica. *Extra*, 7 ago. 2010. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-de-santa-cruz-dizem-que-po-branco-sai-de-siderurgica-367456.html>. Acesso em: 1 jun. 2021.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas. Buenos Aires: *Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2007. p. 431–458. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 1 – 20, 2008.

INSTITUTO PACS. *Responsabilidade social para quê e pra quem?* Análise crítica dos projetos de responsabilidade social corporativa da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA, em Santa Cruz. Rio de Janeiro, Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

JUSTIÇA GLOBAL. Empresas transnacionais brasileiras - exportando violações de direitos humanos na América Latina e na África. In: BARROS, J.; GUTTERRES, A.; SILVA, E. (Eds.). *BRICS*: tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais. Cadernos de debates. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE - Solidariedade e Educação, 2015.

LITTLE, P. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, v. 25, n. 12, p. 85 – 104, 2006.

LÖWI, M. *O que é Cristianismo da Libertação*: religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MACEDO, M.; ROCHA, F.; MARTINS, A. A formação de grupos de midiativismo no Rio de Janeiro. *Revista Alceu*, v. 18, n. 35, p. 94 – 113, 2017.

MAGALHÃES, A. *Transformações no "problema favela" e a reatualização da "remoção" no Rio de Janeiro.* 2013. 315 f. Tese (doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27 – 53. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

MENDES, T. *Rio Olímpíco:* Qual o legado um ano depois dos jogos? Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, 2017.

MENDONÇA, P.; TEODÓSIO, A.; ALVIM, F.; ARAÚJO, E. Desafios e dilemas das Ongs na Cooperação Internacional: Uma análise da realidade brasileira. *Revista Gestão.Org*, v. 7, n. 1, p. 69–83, jan. 2009.

MOREIRA, O. D. L.; SANTIAGO, I. M. L. F. Movimentos Sociais: Participação e Incidências nas políticas públicas locais. *Revista Debates Insubmissos*, v. 1, n. 1, p. 68, 7 maio 2018.

MITCHELL, T.. Sociedad, economía y el efecto del estado. *In*: ABRAMS, P.; GUPTA, A.; MITCHELL, T. (orgs.). *Antropología del Estado.* Col. Umbrales. trad. Marcela Pimentel. Mexico: FCE - Fondo de cultura económica, 2015. p. 145–158.

NADER, L. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. trad. Mirian Alves; Wellington Santos. *Antropolítica*, Trajetórias e perspectivas. v. 2, n. 49, p. 30, 2020.

NAVES, F..; REIS, Y. Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. *Cadernos EBAPE*, v. 15, n. 2, p. 309 – 325, 2017.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro:* Processo de um racismo mascarado. 4.ed. São Paulo: Perspectivas, 2019.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, v. 42, n. 20, p. 377 – 391, 2014.

PEIRANO, M. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito:* Ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 7 – 16. (Coleção Antropologia da política).

PINTO, J. Quintais e Usinas: O dia a dia de violações de direitos da produção de aço no Brasil. 2017a. *Violações na Siderurgia*. Disponível em: <http://violacoesnasiderurgia.pacs.org.br/>. Acesso em: 6 nov. 2020

PINTO, J. *Violações de direitos humanos na siderurgia:* o caso TKCSA. Rio de Janeiro: Instituto PACS e Justiça Global, 2017b.

PORTO, M.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 1493 – 1501, jun. 2012.

RODRIGUES, A.; GONÇALVES, G. CSA: uma siderúrgica que começou errado. *Estadão - Portal do Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 fev. 2011. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,csa-uma-siderurgica-que-comecou-errado-imp-,676084. Acesso em: 1 set. 2020.

SAID, E. *Orientalismo:* o Oriente como invenção do Ocidente. trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia do Bolso, 2010.

SANTOS, R. *A forja do Vulcano:* siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro. 2010. 245 f. UFRJ/IFCS/PPGSA, Rio de Janeiro, 2010.

SIDERÚRGICA SETEGUSA. *Produção de ferro gusa aciaria:* inovação e qualidade na produção do ferro gusa. Disponível em: <https://www.setegusa.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2021.

SOUZA LIMA, A.; CASTRO, J. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Políticas Públicas(s). *ANTHROPOLÓGICAS*, v. 26, n. 2, p. 17–54, 2015.

SOUZA LIMA, A. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. *In*: BASTOS, C; ALMEIDA, M.; FELDMAN-BIANCO, B. *Trânsitos coloniais:* diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 151–172.

SOUZA, R. *O discurso do protagonismo juvenil.* Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas , Universidade São Paulo, São Paulo 2006.

TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A. A Antropologia da Administração e da Governança no Brasil: Área Temática ou Ponto de Dispersão? In: MARTINS, C.; DUARTE, L. (orgs.).

Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 51 – 95.

TEIXEIRA, M.; BARRETO, M.; COSTA, M.; STRINA, A.; MARTINS JUNIOR., D.; PRADO, M. Áreas Sentinelas: uma estratégia de monitoramento em Saúde Pública. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 12, n. 1, p. 21–28, 2003.

TELLES, V. *A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea*. 2013. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/85556/a-gestao-do-conflito-na-producao-da-cidade-contemporanea-a-experiencia-paulista/. Acesso em: 3 nov. 2020.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação.* São Paulo: Cortez, 1986.

TOLENTINO, J.; SOARES, J. Companhia Mercantil e Industrial Ingá: 'A bomba de Itaguaí. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflito Social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 196 – 226.

TURNER, V. *Dramas, campos e metáforas:* ação simbólica na sociedade humana. trad. Fabiano De Morais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VIÉGAS, R.; MENDES, L. O jornalismo feito para a comunidade e inserido no "novo espírito do capitalismo": um estudo de caso do jornal Alô Comunidade. *Intercom - RBCC*, v. 40, n. 2, p. 111–128, 2017.

VIÉGAS, R.; GIFFONI PINTO, R.; GARZON, L. *Negociação e acordo ambiental:* O termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

WEBER, M. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXO A – Organizações de cooperação Internacional que financiam projetos do Instituto PACS

Instituição	Sede (país de origem)	Descrição
Médico International	**Alemanha**	Uma organização de ajuda humanitária e direitos humanos financiada pelo governo alemão, com sede em Frankfurt. A organização tem um orçamento anual de aproximadamente 11 milhões de euros, fornecidos pelo Ministério Federal das Relações Exteriores e pelo Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e outras fontes. A Médico fornece ajuda durante catástrofes e apoia atividades de longo prazo. Enfatiza um trabalho público e educacional crítico, no qual se engaja em debates e campanhas.
Fundação Rosa Luxemburgo	**Alemanha**	Instituição de formação política com escritórios na África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. Fundada em 1990, em Berlim, é vinculada ao partido A Esquerda (*Die Linke*). Conta com apoio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e do Ministério de Relações Exteriores da Alemanha. No Brasil, os eixos principais de trabalho são: resistência nas cidades, com foco na defesa de direitos, transparência e democracia; resistência no campo, com críticas a modelos extrativistas, transgenia e mercantilização da natureza; e alternativas ao desenvolvimentismo, com uso de experiências locais e conceitos como Bem Viver.
Heinrich Böll Stiftung	**Alemanha**	Uma organização política sem fins lucrativos, que faz parte da corrente política verde, que se desenvolveu em várias partes do mundo nos anos 1970 como uma resposta às tradicionais políticas socialista, liberal e conservadora. Trabalha em parceria com organizações da sociedade civil brasileira, nas áreas de direitos humanos, democracia, sustentabilidade e política de gênero.
Fastenopfer	**Suíça**	Uma organização não governamental católica que tem o lema "We share", colabora com organizações parceiras locais em 14 países na África, Ásia e América Latina, e organizações na própria Suíça.
Brot für die Welt	**Alemanha**	Também chamada de "Pão para o mundo". É a organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha, que atua a nível mundial, empenhando-se juntamente com o Serviço de Diaconia, em prol da justiça em nível global. Faz parte do cristianismo global, atua em parceria com igrejas e Obras eclesiásticas no mundo inteiro, assumindo responsabilidade nas redes ecumênicas.
Development and Peace	**Canadá**	Foi estabelecido em 1967 pela conferência Canandense de Bispos Católicos, em resposta à carta encíclica do Papa Paulo VI, Populorum Progressio, que diz que Desenvolvimento é a nova palavra para Paz. A Organização é o braço oficial internacional de desenvolvimento da Igreja Católica no Canadá. É membro da Caritas Internationalis e da Halifax Initiative.
DKA – Áustria	**Áustria**	Agência de cooperação eclesial austríaca, suas ações concretas se baseiam nos fundamentos da Doutrina Social Católica e dos Direitos Humanos. A organização concentra-se em cinco áreas temáticas. Essas áreas determinam o âmbito de abrangência de suas atividades do trabalho de projetos e programas, de incidência política, de formação e de comunicação e relações públicas. A DKA Áustria faz parte do Katholische Jungschar – Movimento de Crianças Católic@s da Áustria, cujas instâncias competentes tomam as decisões fundamentais. Para o trabalho técnico da agência de cooperação, o Movimento criou em Viena o Escritório Interdiocesano da DKA Áustria

Tabela 3: Instituições que financiam os projetos do Instituto PACS – 2017. Livre tradução de sites institucionais.

ANEXO B – Publicações do Instituto PACS registradas até o fim da pesquisa.

Material	Ano	Tema	Financiador
Companhia Siderúrgica do Atlântico: impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro	2008	*Siderurgia*	Fundação Rosa Luxemburgo
Filme: Treliça		*Siderurgia*	Development and Peace Fundação Rosa Luxemburgo
Responsabilidade social pra quê e pra quem?	2015	*Siderurgia*	Fundação Rosa Luxemburgo
Baía de Sepetiba: fronteira do desenvolvimentismo e os limites para a construção de alternativas	2016	*Siderurgia e economia*	Fundação Rosa Luxemburgo
Instituto PACS – 30 anos de construção de críticas e alternativas junto aos povos	2016	*História Institucional*	Fundação Rosa Luxemburgo
Atingidas: História de vida de mulheres na cidade olímpica	2016	*Gênero* *Direitos humanos*	DKA – Áustria
Instituto PACS 30 anos	2016	*Institucional*	Fastenopfer Brot für die welt
Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso TKCSA	2017	*Siderurgia* *Direitos Humanos*	Médico International Fundação Rosa Luxemburgo Fastenopfer
Rio Olímpico: Qual o legado um ano depois dos jogos?	2017	*Megaeventos*	DKA – Áustria Heinrich Böll Stiftung
Rumo das políticas de desenvolvimento: balanço crítico, alternativas e cenários futuros	2017	*Desenvolvimento* *Gênero* *Direitos humanos*	Fastenopfer Brot für die welt
Pesquisa: Quintais e usina (violações na siderurgia) e jogo Dragão de Aço	2017	*Siderurgia*	Fundação Rosa Luxemburgo Fastenopfer Development and peace
Mulheres e conflitos ambientais: Nem nossos corpos, nem nossos territórios – Da invisibilidade à resistência	2017	*Conflitos ambientais,* *Gênero*	Misereor
Vidas atingidas: histórias coletivas de luta na Baía de Sepetiba	2018	*Direitos humanos* *Gênero*	Development and peace Fastenopfer Brot für die welt
Militiva: enfrentamento dos racismos pelos olhares das mulheres (cartografia feminista)	2018	*Gênero* *Direitos Humanos*	Misereor

ANEXO C – Perguntas do jogo Dragão de Aço.

CADERNO DE PERGUNTAS

AS RESPOSTAS CORRETAS VALEM 3 PONTOS PARA SEREM SOMADOS À CORRELAÇÃO DE FORÇA DO ENFRENTAMENTO ENTRE VOCÊ E O DRAGÃO DE AÇO!

01 Qual empresa é responsável pela Estrada de Ferro Carajás? Qual a principal carga dos vagões?

02 Cite um crime que as fábricas de ferro-gusa cometeram no Norte do Brasil.

03 Cite duas semelhanças entre as cidades de Ipatinga-MG e Volta Redonda-RJ.

04 Cite duas estratégias usadas por comunidades prejudicadas por siderúrgicas.

05 Cite dois problemas que a TKCSA (hoje Ternium Brasil) causou para quem mora perto dela.

06 Quais os desafios para uma luta contra as violações de direitos envolvidas na produção de aço?

07 Em Vitória existem muitas toneladas de pó de ferro despejadas pela Vale S.A. de maneira irregular. Onde esse minério está?

08 No Ceará, a Companhia Siderúrgica do Pecém está dentro de um parque industrial. Cite o nome de dois dos 33 povoados vizinhos.

09 Em que cidade existe um monumento a operários siderúrgicos assassinados porque entraram em greve?

10 O que é leucopenia? O que ela tem a ver com a siderurgia?

11 As indústrias do aço e os governantes argumentam muitas vezes que alguns impactos são inevitáveis para produzir aço e que todo mundo tem alguma coisa de aço. Como você avalia esse argumento?

PARA REFLETIR

01 O que você diria em uma audiência pública sobre o uso da água pelas siderúrgicas?

02 O que você aprendeu a respeito das relações entre siderúrgicas e populações vizinhas. Como você avalia que essa relação deveria ser?

03 Para você, qual a importância do aço no mundo?

04 As empresas siderúrgicas de instalação mais recente dedicam uma quantidade de dinheiro por mês para programas locais voltados para educação, saúde, lazer, etc. Isso se torna propaganda da indústria e não impede as violações de acontecerem. Qual sua reflexão sobre isso?

ANEXO D – Respostas do jogo Dragão de Aço.

GABARITO DAS PERGUNTAS DO JOGO

01 Vale S.A.; minério de ferro.

02 Uso de madeira vinda de desmatamento ilegal; uso de carvão produzido com trabalho análogo à escravidão.

03 As duas são cidades fundadas em torno de uma usina siderúrgica, as duas enfrentam problemas de leucopenia.

04 Associação de moradores, ações civis públicas, parcerias com instituições, vigilância popular em saúde, educação ambiental popular, entre outras.

05 Alagamentos, chuva de prata, fundações de casas comprometidas pelas obras de instalação, intenso tráfego rodoviário, entre outras.

06 O alto poder econômico das empresas, as relações amigáveis entre empresas e governos, a articulação entre comunidades impactadas pelo aço no Brasil ainda é bastante pontual...

07 No fundo do mar, próximo à Praia de Camburi.

08 Lagoa do Pecém, Bolso, Parada, entre outras.

09 Volta Redonda (RJ).

10 Leucopenia é uma condição no sangue em que a quantidade de leucócitos da pessoa fica abaixo da média e, por isso, precisa cuidar da imunidade e evitar alguns comportamentos. Uma das causas dela é a exposição ao benzeno, o que acontece na vizinhança de siderúrgicas que trabalham com coque, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Usiminas.

11 Reflexão pessoal.

PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE O LINK VIOLACOESNASIDERURGIA.PACS.ORG.BR OU LEIA O QR CODE COM SEU CELULAR!

18